

CONTABILIZANDO CONHECIMENTO

Análises & Reflexões

Organizadores:

Polyandra Zampiere P. da Silva
Marcone Venâncio da Silva
Ramon Rodrigues dos Santos

VOLUME 1



ORGANIZADORES
POLYANDRA ZAMPIERE PESSOA DA SILVA
MARCONE VENANCIO DA SILVA
RAMON RODRIGUES DOS SANTOS

CONTABILIZANDO CONHECIMENTO: ANÁLISES E REFLEXÕES
(Volume 1)

JUAZEIRO DO NORTE
2020

ORGANIZADORES

Polyandra Zampiere Pessoa da Silva

Marcone Venâncio da Silva

Ramon Rodrigues dos Santos

CAPA

Tiago Morais de Souza

REVISÃO FINAL

Natália Brito Bessa

NORMALIZAÇÃO

Ana Lúcia Lucio Pinheiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

U58c Universidade Federal do Cariri (2013-).

v.1 Contabilizando conhecimento: análises e reflexões, volume 1/ Universidade Federal do Cariri – UFCA; Organizadores: Polyandra Zampiere Pessoa da Silva; Marcone Venancio da Silva; Ramon Rodrigues dos Santos; Normalização: Ana Lúcia Lucio Pinheiro; Revisão Final: Natália Brito Bessa – Juazeiro do Norte, CE: UFCA, 2020.

ISBN: 978-85-67915-52-4

Formato Ebook: PDF

E-pub. 149 p. (Inclui bibliografia e índice).

(Caderno de Resumos).

Prefácio: Prof. Dr. Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo – Pró-reitor Adjunto de Graduação.

1. Contabilidade. 2. Economia. 3. Epistemologia. 4. Conceitos. 5. Informações contábeis.

6. Educação e contabilidade. I. Silva, Polyandra Zampiere Pessoa da (org.). II. Silva, Marcone Venancio da (org.). III. Santos, Ramon Rodrigues dos. IV. Título.

CDD 657

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
---------------------------	----------

Capítulo 1

INFORMAÇÃO CONTÁBIL COM QUALIDADE.....	7 - 27
<i>Danival Sousa Cavalcante, George Alberto de Freitas e Emanuela Mota Silva</i>	

Capítulo 2

ESTUDO EPISTEMOLÓGICO DAS PESQUISAS NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE E ECONOMIA.....	28 - 46
<i>Danival Sousa Cavalcante e George Alberto de Freitas</i>	

Capítulo 3

APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE SHARPE PARA DEFINIR PERFIS DE INVESTIDORES.....	47 - 65
<i>Elias Pereira Lopes Júnior e João Marcos Fraga de Almeida</i>	

Capítulo 4

SOLVÊNCIA DE TESOURARIA: UM ESTUDO NA EMPRESA BETA.....	66 - 83
<i>Elias Pereira Lopes Júnior e Maria de Melo Lopes</i>	

Capítulo 5

PROVENTOS, ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E DECISÕES DE INVESTIMENTOS	84 - 99
<i>Pedro Igor de Sousa Damasceno e Polyandra Zampiere Pessoa da Silva</i>	

Capítulo 6

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA GRENDENE S/A.....	100 - 113
<i>Cícera Edna da Silva e Polyandra Zampiere Pessoa da Silva</i>	

Capítulo 7

EDUCAÇÃO E CONTABILIDADE: ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA IES DE JUAZEIRO DO NORTE – CE.....	114 - 129
<i>José Jonas Alves Correia, Andreza Cristiane Silva de Lima, Alexandre César Batista da Silva e Ramon Rodrigues dos Santos</i>	

Capítulo 8

CONHECIMENTO E TRANSPARÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: O CASO DE UM GESTOR ESCOLAR DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (RMR).....130 - 148

Andreza Cristiane Silva Lima, José Jonas Alves Correia, Ramon Rodrigues dos Santos e Nadielli Maria Santos Galvão

APRESENTAÇÃO

Estamos terminando a segunda década do século XXI, e torna-se cada vez mais relevante o desenvolvimento do Brasil em termos sociais, ambientais e econômicos. As empresas públicas e privadas no Brasil precisam, de forma constante, aprimorar sua gestão e o seu modo de controlar suas organizações. É neste meio que temos as principais preocupações dos contadores, administradores, economistas e gestores em geral que atuam no país. Nesse aspecto, a contabilidade é tema central que precisa ser cada vez mais estudada, pesquisada e aplicada em suas diferentes áreas.

A contabilidade é a ciência que estuda o controle, o patrimônio, os registros, as práticas e as funções de orientação para uma gestão econômica sustentável. Este livro é importante para profissionais e estudantes que queiram melhorar seu desempenho no avanço da contabilidade. Esta primeira obra teve um bom período de maturação e de escolha dos autores e dos seus respectivos trabalhos, prezando pelo essencial em se fazer um livro que traga conhecimento proeminente.

Na primeira edição deste livro, os capítulos perpassam por uma série de áreas pertinentes a contabilidade, desde estudos mais teóricos até estudos mais práticos. No primeiro (informação contábil com qualidade), os autores refletiram sobre a qualidade da informação contábil e os atributos que a compõem, dialogando com as diversas estruturas propostas pela literatura que tentam explicar o que atribui “qualidade” à informação contábil. Já no segundo capítulo (Estudo Epistemológico das Pesquisas nas Áreas de Contabilidade e Economia), o objetivo foi identificar se os artigos brasileiros publicados nas áreas de Contabilidade e afins falseiam mais do que as pesquisas na área de Economia.

No terceiro capítulo (Aplicação do Índice de Sharpe para definir Perfis de Investidores), os autores fizeram uma aplicação do Índice de Sharpe como um método de identificação inicial a respeito de qual perfil se encaixam os investidores que dele fizerem uso. Já o capítulo de número quatro (Solvência de Tesouraria: Um Estudo na Empresa Beta) foi baseado no método de simulação de Monte Carlo, realizando estudo de previsão de solvência, explorando a tesouraria da empresa. No capítulo cinco (Proventos, Assimetria de Informações e Decisões de Investimentos dos Gestores: Análise em um Mercado de Capitais Emergente) foi verificado o impacto das informações assimétricas sobre os proventos organizacionais das companhias presentes no mercado nacional de capitais. Já no capítulo seis (Análise do Desempenho Econômico-Financeiro: Um Estudo de Caso na Empresa Grendene S/A), as autoras analisaram o desempenho econômico-financeiro da empresa Grendene S/A no período de 2015 a 2017. No penúltimo capítulo do livro (Educação e Contabilidade: Estudo Sobre a Formação dos Docentes do Curso de Ciências Contábeis de uma IES de Juazeiro do

Norte – CE), os autores identificaram quais elementos compõem a prática pedagógica dos docentes do Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES).

Ainda na primeira edição, o capítulo de encerramento (Conhecimento e Transparência na Utilização dos Recursos do Programa Dinheiro Direto Na Escola: O Caso de um Gestor Escolar da Região Metropolitana do Recife) teve por objetivo verificar se os gestores escolares utilizam mecanismos para promover a transparência da utilização dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), quanto a eles delegados, e se os recursos disponíveis foram aplicados conforme versa a legislação específica durante o período de 2012 e 2013.

Deseja-se que a leitura seja agradável e de bom proveito, que tenha uma profícua aprendizagem nos saberes da contabilidade.

Prof. Dr. Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo
Pró-Reitor Adjunto de Graduação
Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Cariri - UFCA

INFORMAÇÃO CONTÁBIL COM QUALIDADE

DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

Universidade Federal do Cariri (UFCA) | E-mail: danivalsc@hotmail.com

GEORGE ALBERTO DE FREITAS

Universidade Federal do Ceará (UFC) | E-mail: ggfreitas03@yahoo.com.br

EMANUELA MOTA SILVA

Universidade Federal do Ceará (UFC) | E-mail: emanuela.mota@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio tem por objetivo refletir sobre a qualidade da informação contábil e os atributos que a compõem, dialogando entre as diversas estruturas propostas pela literatura que tentam explicar o que atribui “qualidade” à informação contábil, assim como apresentar os principais modelos que visam a mensurar a qualidade da informação contábil ou relacioná-la a outras variáveis endógenas ou exógenas à entidade. A justificativa decorre da percepção da dificuldade de conceituar “qualidade” em face das inúmeras perspectivas sob as quais pode ser vista. Para tentar entender melhor as diferenças conceituais e estruturais, buscamos analisar diversos atributos assumidos como de qualidade da informação contábil trazidos pela literatura e contidos nas estruturas conceituais do *Financial Accounting Standard Board* (FASB), da Norma Brasileira de Contabilidade – Estrutura Conceitual aplicada ao setor público (NBC TSP – EC) – aqui adotada como um contraponto interessante em relação às estruturas do setor privado – e Estrutura Conceitual emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00 - R1), que segue o *Framework* do *International Accounting Standards Board* (IASB). A maior lição que se extrai desse estudo é que a subjetividade que permeia todo processo de comunicação das informações contábeis levará sempre à percepção de diferentes perspectivas de “qualidade” da informação, conclusão que é corroborada pela falta de consenso dos estudos empíricos que tratam sobre o assunto. Entretanto, isso não retira a expressiva importância do tema.

Palavras-chave: Qualidade da informação contábil. Atributos. Conceitos.

1 INTRODUÇÃO

O termo “qualidade”, de maneira geral, está associado a características que tornam algo superior a outro de uma mesma espécie. Ter “qualidade”, então, é possuir bons predicados comparativamente preferíveis. No entanto, uma breve reflexão sobre o termo nos faz suscitar que qualidade pode não estar relacionada a um padrão unânime, dogmático ou universalmente aceito. De fato, a subjetividade – arraigada a diferentes valores, crenças, culturas e perspectivas de o ser humano ver o mundo – pode destruir padrões pré-definidos ou criar novos até então socialmente refutados. Portanto, falar de “qualidade” é mergulhar nas formas como as pessoas veem o mundo e como o mundo se apresenta às pessoas.

Nesse sentido, a contabilidade é campo fértil para se observar a construção do termo “qualidade” aplicado à informação contábil, a qual repercutirá intersubjetivamente, tentando congrega objetivos que, muitas vezes, são diferentes entre os usuários (ou receptores) da informação contábil. Para alcançar a aceitação é comum que os atributos de qualidade sejam alçados a postulados, princípios ou convenções; ou, podem lhes ser atribuídos força cogente, normatizados por meio de um processo legislativo formal; ou, ainda, virem de recomendação por parte de grupos colegiados formados por especialistas em contabilidade.

Se a “qualidade” pode ser entendida como o adjetivo que qualifica o objeto, a informação contábil é o substantivo, o qual será revestido de atributos tais, que permitirá a fluidez e a integridade da comunicação e, assim, ser eficaz para formar a cognição de seus usuários, garantindo a sua inteligibilidade.

O presente ensaio tem por objetivo refletir sobre o que é qualidade da informação contábil e os atributos que a compõem, dialogando entre as diversas estruturas propostas pela literatura que tentam explicar o que atribui “qualidade” a uma informação contábil, assim como apresentar, teoricamente, os principais modelos que visam a mensurar a qualidade da informação contábil ou relacioná-la a outras variáveis endógenas ou exógenas à entidade.

Com vistas a estabelecer uma separação didática, como forma de isolar os conceitos e depois imbricá-los, este trabalho está dividido em duas seções: na primeira, serão discutidos os conceitos e os principais atributos de “qualidade” da informação contábil, evidenciando como esses atributos estão inseridos nas diversas estruturas conceituais; na segunda, discorreremos sobre os modelos que buscam comprovar a “qualidade” e sobre alguns estudos icônicos que os fundamentam, momento em que ressaltaremos algumas variáveis que podem influenciar na qualidade da informação contábil. Acreditamos, assim, que entendendo melhor esse “fenômeno” que é “qualidade da informação contábil” poderemos, afinal, aproximar-nos da resposta ao questionamento: O que é, de fato, qualidade da informação contábil?

2 CONCEITOS E ATRIBUTOS DE QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Aprioristicamente, a expressão “qualidade da informação contábil” parece não ser consensual. Yoon (2007) define a “qualidade dos ganhos” como uma medida que representa fielmente as construções econômicas subjacentes e como os lucros reportados refletem os conceitos básicos de contabilidade. A expressão “qualidade dos ganhos”, nesse contexto, remete ao conteúdo da informação contábil que, em sua essência, agrega informações com a finalidade de representar os lucros da empresa.

Hendriksen e Van Breda (1999) asseveram que as características qualitativas são propriedades que fazem com que a informação seja útil. Desse modo, a utilidade da informação parece remeter a um conceito mais abrangente e mais subjetivo do que aquele definido por Yoon (2007) – que foca na realidade dos fatos econômicos –, capaz de acolher diversas características que, no entanto, podem não ser universais dado os anseios dos próprios usuários. Aqueles autores reconhecem essa limitação ao estabelecerem uma separação entre qualidades específicas para os usuários e específicas para as decisões.

É natural haver enfoques diferentes, uma vez que a informação percorre um longo caminho até atingir e formar a cognição dos usuários. Isso só é possível por causa do processo de comunicação, através do qual uma informação parte do seu emissor – que tem domínio e juízo de valor da informação emitida – e trafega por um canal de comunicação – do qual espera-se seja fluido o suficiente para diminuir os ruídos – até ser percebida pelo destinatário ou receptor da informação – do qual espera-se que absorva integralmente a informação, formando o seu conhecimento tal qual objetivado pelo emissor.

Assim, na preparação das informações contábeis, realizada pelo emissor, deve-se almejar a acurácia e evitar distorções e ambiguidades, de modo que as permitam fluir sem ruídos até os usuários externos. Para isso é comum a contabilidade se valer de estruturas conceituais ou de normas que estabeleçam as “regras do jogo” e que sejam o fio condutor que alinhe os interesses do emissor e do receptor, ainda que estes possam crer que as regras não são as ideais ou que não contemplem os anseios de todos.

Por mais que a informação contábil não contenha erros e flua perfeitamente até o destinatário, isso não garante que a informação gere, subjetivamente, o mesmo nível de conhecimento em todos os receptores ou que seja útil, objetivamente, em todos os contextos decisórios. Logo, afirmar que a informação útil leva, inexoravelmente, ao questionamento subjacente: para quem? Surge daí, por exemplo, as críticas à convergência aos padrões internacionais, pautadas em fatores internos e externos que podem influenciar no grau de relevância de um ou mais elementos contidos naquela informação contábil.

Em coerência ao que estamos aqui retratando, Dechow, Ge e Schrand (2010) afirmam que relatórios de qualidade são aqueles que fornecem mais informações relevantes sobre o desempenho financeiro para uma decisão específica tomada por um decisor específico. Reconhecem, porém, a incapacidade de um padrão único contemplar todas as informações ansiadas pelos usuários, tendo em vista que dependem do contexto de decisão. Acrescentamos que a qualidade da informação contábil pode até ser otimizada, mas está sujeita a restrições, o que significa inexistir um modelo de

“qualidade” que atenda simultaneamente a todos os usuários. Limitação esta que se acentua quanto maior e mais diversificado for o público a que se destina a informação.

Percebida a dificuldade de conceituar “qualidade” em face das inúmeras perspectivas sob as quais pode ser vista, passaremos a analisar os diversos atributos de qualidade da informação contábil trazidos pela literatura e contidas nas estruturas conceituais do *Financial Accounting Standard Board* (Fasb), da Norma Brasileira de Contabilidade – Estrutura Conceitual aplicada ao setor público (NBC TSP – EC) – aqui adotada como um contraponto interessante em relação às estruturas do setor privado – Da Estrutura Conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00 – R1). A Estrutura conceitual do *International Accounting Standards Board* (IASB) - *Conceptual Framework for Financial Reporting* -, está considerada nesse estudo indiretamente, por ser o padrão internacional de contabilidade, ao utilizar a estrutura conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - CPC 00 - R1 -, visto que o CPC utiliza o *framework* do IASB como base para a elaboração de sua estrutura conceitual, traduzindo e ajustando-o para o contexto brasileiro, mantendo a originalidade das características qualitativas da informação contábil, que são as mesmas definidas naquele *framework*, inclusive com a mesma classificação.

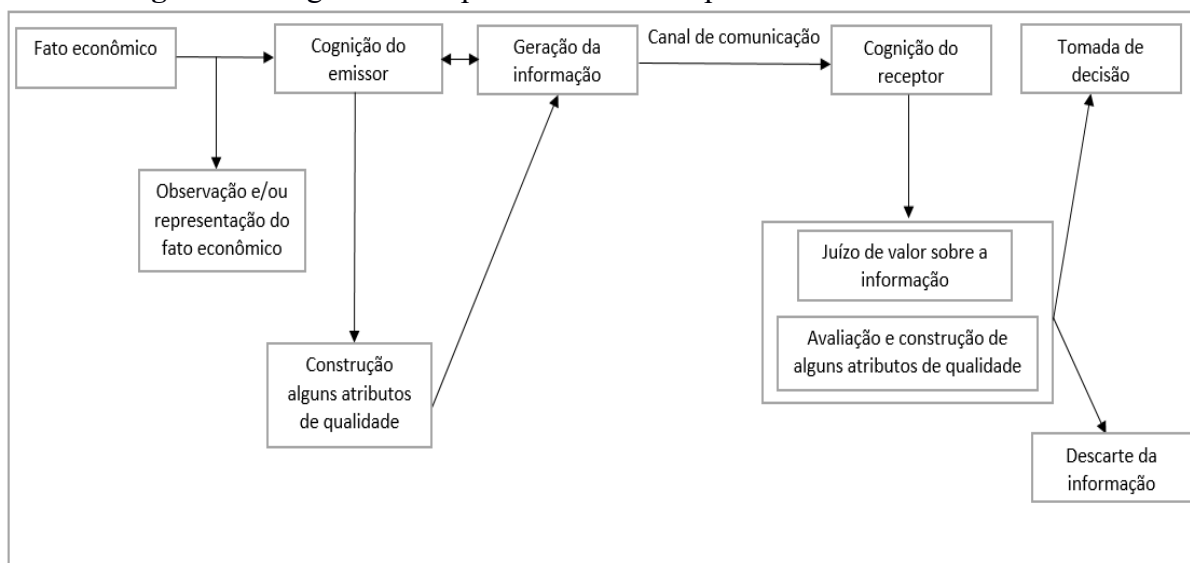
Alguns autores, como é o caso de Hendriksen e Van Breda (1999), ao estruturarem as características qualitativas da informação contábil, definiram uma espécie de juízo de admissibilidade do emissor ou restrição geral, prévia à geração da informação, que é a relação custo-benefício, cujos custos não podem superar os benefícios da informação gerada. Não entraremos em detalhes, pois se estamos tratando de qualidade da informação, pressupomos que a informação foi gerada.

Iniciamos o estudo dos atributos de qualidade da informação contábil pela compreensibilidade, que é conceituada pela NBC TSP – EC como a qualidade da informação que permite aos usuários compreenderem o seu significado e também pelo CPC 00, segundo o qual, para ser compreensível, a informação deve ter clareza e concisão. Por essa razão, Hendriksen e Van Breda (1999) defendem não somente que a compreensibilidade é um atributo de qualidade do usuário, mas que se encontra em um patamar hierárquico superior aos atributos decisórios. A lógica é que o usuário primeiro deve compreender a informação, em seguida atribuir um juízo de valor, a partir do qual decidirá se a utilizará ou não no processo decisório. Entretanto, a crítica a esse pressuposto decorre do fato de que nessa mesma estrutura hierárquica há elementos dos atributos decisórios, como a oportunidade e fidelidade de representação, que estão ligados ao polo emissor da informação que, por sua vez, podem afetar a própria compreensibilidade do usuário. Em outras palavras, não parece o melhor caminho criar uma estrutura hierárquica em que atributos de inferior hierarquia podem ser decisivos sobre o de superior hierarquia.

Essa crítica não subsiste ao considerarmos os atributos da NBC TSP – EC e do CPC 00, haja vista que a compreensibilidade é um atributo da qualidade da informação que está na mesma hierarquia dos demais. Quanto a esta última estrutura, curioso observar que a compreensibilidade é tratada como um atributo “menos crítico” e “altamente desejável”. Discordamos dessa classificação que, de certa forma, torna um atributo mais desejável que outro. E mais, defendemos que a compreensibilidade é um atributo fundamental; afinal, uma informação não compreendida ou mal compreendida não consegue cumprir a sua função de ser útil à tomada de decisão.

Desse modo, conquanto tenha grande parcela de subjetividade do usuário, a compreensibilidade deve ser vista como integrante de um sistema não hierárquico em relação aos atributos decisórios. Isso ocorre porque a compreensibilidade se relaciona ao fato econômico e passa pela cognição tanto na emissão como na recepção da informação, conforme o modelo proposto na figura 1.

Figura 1 – Lógica da compreensibilidade no processo decisório do usuário



Fonte: elaborado pelos autores.

Para que possa transmitir a informação contábil, o emissor deve observar o fato econômico, ou representá-lo, caso este não seja observável. A cognição por parte do emissor transforma-se em informação para o emissor que, no entanto, deverá ser refinada (em um processo de coleta, análise e mensuração) para gerar uma informação a ser transmitida. É nesse momento que podem emergir alguns atributos de qualidade. Transmitida a informação pelo canal de comunicação, o processo de cognição é reiniciado no polo receptor, com uma diferença, aquela informação já conterá os traços de percepção do emissor. Daí surgem novos atributos de qualidade e a avaliação daqueles repassados pelo emissor.

Nesse sentido, a compreensibilidade não se exaure na subjetividade do usuário, mais do que isso, ela ganha forma a partir da informação. Destarte, observa-se que os atributos de qualidade podem ser construídos tanto no polo emissor como no receptor. Contudo, é apenas no polo receptor que todos os atributos são avaliados e convergem para a tomada de decisão, conforme sejam úteis ou não.

Da compreensibilidade partimos para os atributos fundamentais que, segundo o Fasb, são a relevância e confiabilidade. A Estrutura Conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00) trata esses atributos como “fundamentais” e “críticos”, com apenas uma diferença: a denominação de confiabilidade como representação fidedigna, o que não ocorre em outras estruturas. Para Hendriksen e Van Breda (1999), esses atributos estão ligados às qualidades específicas das decisões.

De acordo com Houque et al. (2012), a relevância está associada à capacidade de fazer a diferença na tomada de decisão dos usuários, isto é, ter valor preditivo ou confirmatório, ou ambos. Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que a informação relevante deve ser pertinente à questão analisada, pelo menos de três maneiras: afetando metas, afetando a compreensão e afetando as decisões. Para estes autores, assim como Houque et al. (2012), os elementos que compõem a relevância são o valor preditivo e o valor como feedback (confirmatório). Todavia, inovam ao acrescentar a oportunidade como elemento da relevância.

O valor preditivo, consoante o *Statements of Financial Accounting Concepts* (SFAC) nº 2, é o elemento da relevância que permite o usuário fazer previsões de eventos passados, presentes e futuros. Em outras palavras, as informações divulgadas são representativas de eventos passados e presentes que servem de insumo para tomada de decisões futuras. Desse modo, distorções tanto na elaboração como na interpretação da informação podem comprometer ou enviesar esse elemento preditivo e, conseqüentemente, torná-la irrelevante e inútil. Bricker et al. (1995), Mikhail et al. (2003) e Yoon (2007) consideram a previsibilidade diretamente como atributo de qualidade, os quais conceituam como sendo a probabilidade de prever os lucros futuros.

A informação contábil passada ou presente, por si só, nem sempre é suficiente para formar a expectativa dos usuários, principalmente dos mais exigentes, fazendo com que a informação não seja relevante. Para Hendriksen e Van Breda (1999), as informações devem servir de insumos para os modelos de tomada de decisão. Eis a limitação do atributo da relevância: quais as informações podem satisfazer os inúmeros modelos decisórios? Entendemos que informação satisfaz graus de relevância diferentes, não sendo exagero afirmar que, por mais relevante que seja, a informação sempre será imperfeita.

O valor como *feedback* é o elemento da relevância que retroalimenta o sistema decisório, haja vista que permite o usuário confirmar as expectativas de decisões passadas, corrigindo-as para

eventos futuros. Esse elemento faz sentido se levarmos em conta que o usuário formou expectativas anteriores ao conhecimento da informação. De fato, é o que ocorre a cada relatório contábil emitido. Os usuários tomam suas decisões embasadas nas informações existentes e, à medida que sobrevêm novas informações, as expectativas são confirmadas ou contrariadas, constituindo insumo para novas decisões.

A oportunidade é o elemento da relevância que está relacionado à disponibilidade, de conteúdo e temporal, da informação para os usuários, de modo que estes possam avaliar a pertinência de utilizá-la ou não no processo decisório. Por outro lado, na perspectiva da empresa, a oportunidade relaciona-se à capacidade de a empresa captar as alterações do valor da empresa no tempo (BUSHMAN et al. 2004; ANTUNES et al., 2013). Segundo o modelo proposto na figura 1, seria a capacidade de o emissor interpretar o fato econômico.

A princípio, acreditamos que a falha na interpretação por parte do emissor não levará necessariamente à irrelevância da informação, uma vez que o usuário pode não identificar esse viés interpretativo e acreditar que a informação é relevante, às vezes pelo simples fato de ser a única disponível. A crise dos *subprimes* americanos é um exemplo, porém aqui estamos examinando apenas o viés de interpretação e não a má-fé do emissor, que pode sequer ter consciência do viés ou da capacidade reduzida da informação de captar as alterações do valor da empresa no tempo. Se o usuário, contudo, perceber reiterados erros, vieses ou a incapacidade, certamente afetará a oportunidade das informações geradas por aquele emissor no futuro, causando um problema de confiabilidade.

Se inoportunas, as informações não têm a capacidade de influenciar as decisões e, portanto, não são relevantes, tampouco úteis. Em que pese os efeitos da oportunidade serem sentidos pelos usuários, é um atributo de qualidade eminentemente construído pelo emissor.

Conforme Antunes et al. (2013), as duas faces da oportunidade são a tempestividade (ou pontualidade) e a integridade. O CPC 00, a NBC TSP – EC e alguns autores como Iudícibus (2015), Ball e Shivakumar (2006) e Levitt (1998) as utilizam – uma ou outra, ou ambas – como características da qualidade da informação, sendo independentes em relação à oportunidade. Alguns sequer a abordam como característica qualitativa. Não obstante, acreditamos que tratá-las como parte do elemento oportunidade é uma forma de agregar dois constructos em apenas um, como dois lados de uma mesma moeda.

A tempestividade é o caráter temporal da oportunidade, pois se refere à prontidão tanto da representação do fato econômico como da divulgação da informação. A integridade, que também está relacionada à confiabilidade, consiste no conteúdo da informação divulgada e reflete as escolhas feitas no momento da geração das informações.

O segundo atributo fundamental de acordo com a estrutura do Fasb é a confiabilidade. Para Yoon (2007), a confiabilidade é um critério para medir a qualidade da informação. Este atributo de qualidade consiste na relação de confiança que faz com que as informações geradas pelo emissor sejam levadas em consideração pelo receptor. Assim, informações emanadas de emissores sem credibilidade são inúteis do ponto de vista da tomada de decisão.

O SFAC nº 2 define confiabilidade como a qualidade da informação que garante a razoável isenção de erros e vieses, de modo que represente fielmente a representação dos fatos econômicos reportados. Para Iudícibus (2015, p. 66), é o atributo “que faz com que o usuário aceite a informação e a utilize como base para suas decisões”. Ainda Iudícibus (2015), para ser confiável, a informação contábil deve ser íntegra e baseada nos princípios de contabilidade, ou seja, devem seguir as “regras do jogo” definidas pela estrutura conceitual.

A Resolução nº 750 do Conselho Federal de Contabilidade, de 23 de dezembro de 1993, revogada pela Resolução CFC 1.374/2011, não conceitua expressamente a confiabilidade, mas sugere – no parágrafo único do art. 6º, *in fine* – a existência de um *trade-off* entre oportunidade e confiabilidade, sob a alegação de que a busca pela integridade e tempestividade não podem comprometer a confiabilidade.

O mais interessante disso é que, ao passo que em algumas estruturas a integridade constitui elemento primordial da confiabilidade, em outras, juntamente com a tempestividade, é uma característica da oportunidade. Assim, a depender da estrutura analisada, ao mesmo tempo a integridade compõe dois atributos que podem divergir entre si, à luz da mencionada norma do CFC.

Para o Fasb, a confiabilidade é função de três elementos: a fidelidade de representação (ou representação fidedigna), a verificabilidade e a neutralidade. Já a NBC TSP – EC, eleva a representação fidedigna e a verificabilidade diretamente ao nível de atributos da qualidade. Levitt (1998), por sua vez, afirma que a transparência é um atributo essencial da qualidade informacional que, segundo Hunton, Libby e Mazza (2006), pode ser capitada através de dois outros atributos: a oportunidade e o conservadorismo.

É importante perceber a forma como os atributos de qualidade se entrelaçam e como os efeitos podem afetar a realidade. Um exemplo são os estudos de Sen (2005) e Ball, Kothari e Robin (2000) que apontam que o conservadorismo pode reduzir a previsibilidade e, portanto, a qualidade da informação. Ora, trata-se aqui de um atributo de qualidade – conservadorismo, segundo Hunton, Libby e Mazza (2006) –, conflitando com um elemento do atributo relevância – conforme Hendriksen e Van Breda (1999) e Houque et al. (2012). Em outras palavras, são duas características que, ao mesmo tempo que contribuem para qualidade da informação, são conflitantes entre si.

Voltando à estrutura do Fasb, a fidelidade de representação consiste na correspondência fiel entre a medida ou descrição e o fato econômico que visa a representar. Hendriksen e Van Breda (1999) criticam essa definição em razão de que muitas medidas empregadas em contabilidade não possuem interpretação econômica, a exemplo do valor depreciado de um ativo.

Para a NBC TSP – EC, a representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro. Nessa estrutura, a representação fidedigna é um atributo de qualidade que têm como elementos a inexistência de erro ou viés, a integridade e a neutralidade – estas duas últimas são diretamente atributos de qualidade em outras estruturas.

A representação fidedigna – assim como a integridade, a confiabilidade, a tempestividade e a neutralidade – é um atributo de qualidade que está eminentemente vinculado ao polo emissor da informação, tendo como nascedouro o momento da formação da cognição do emissor em face da observação ou representação do fato econômico.

A verificabilidade, consoante Hendriksen e Van Breda (1999), consiste em estabelecer o que é verdadeiro. Está intrínseco nesse atributo o pressuposto da ausência de avaliação subjetiva, ou seja, que a medida existe separadamente da pessoa que faz a mensuração. De acordo com esses autores, ainda que se tente estabelecer evidências objetivas que sustentem a medida em separado do sujeito, a escolha da evidência terá algum viés subjetivo. Embora pareça possível, a verificabilidade por parte usuário é uma tarefa imprópria, pois esse atributo surge da relação entre o emissor e o fato econômico. Assim, na medida em que o observador se afasta do fato observado, menor será a capacidade de verificação. Com efeito, do mesmo modo que outros atributos, a qualidade da informação contábil é refém da subjetividade, seja do emissor, seja do usuário.

A neutralidade consiste na ausência de viés predeterminado. Apesar de a informação contábil influenciar a tomada de decisão dos usuários, o emissor não deve condicioná-la intencionalmente a um fim específico, de modo que a informação não se afaste da realidade do fato econômico. Dessa forma, independentemente dos usuários que irão receber essa informação, deve lhes ser garantida a total isenção do emissor. Isso significa que, sobretudo, a informação deve ao máximo representar a realidade.

A comparabilidade é outro atributo da qualidade da informação contábil. Está presente tanto na estrutura do Fasb como na NBC TSP – EC e no CPC 00. De acordo com o Fasb, é a qualidade que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos. A NBC TSP – EC acrescenta que a comparabilidade não é uma qualidade de um item individual, mas sim a relação entre dois ou mais itens de informação. É um atributo de qualidade que se inicia no emissor e repercute na compreensão dos usuários. Por sua vez, Hendriksen e Van Breda (1999) levantam dois aspectos relacionados à comparabilidade: a uniformidade e a consistência.

A uniformidade é um elemento da comparabilidade que impõe que eventos iguais devam ser representados de maneira idêntica, de modo que seja estimulada a apresentação de demonstrações financeiras, por empresas distintas, usando os mesmos procedimentos contábeis, o que facilita a predição e as decisões financeiras. Esse elemento deve ser visto com cautela, a fim de que não seja tão rígido ao ponto de eliminar a discricionariedade do emissor – o que poderia levá-lo a retratar um determinado fato econômico específico de forma diferente do que seria retratado se não tivesse que observar a uniformidade – ou tão omissivo ao ponto de comprometer a própria comparação entre empresas diferentes.

Há quem entenda a consistência como o uso de procedimentos entre empresas diferentes, ou seja, sinônimo de uniformidade. Hendriksen e Van Breda (1999), no entanto, empregam o termo consistência para se referir aos mesmos procedimentos contábeis de uma mesma empresa em períodos distintos (comparabilidade no tempo) ou procedimentos contábeis para itens afins nas demonstrações de uma mesma empresa.

O CPC 00 e a NBC TSP – EC, ao mesmo tempo que afirmam haver relação entre comparabilidade, uniformidade e consistência, mostram as diferenças entre esses conceitos, porém, em momento algum os trata como gênero e espécie.

Esses normativos traçam diferenças entre a comparabilidade e a uniformidade, estabelecendo que a comparabilidade deve fazer eventos iguais parecerem iguais e eventos diferentes parecerem diferentes, e não eventos diferentes parecerem iguais ou eventos iguais parecerem diferentes. Nesse momento, os normativos parecem subjugar a uniformidade, sugerindo que forçosamente a uniformidade faz com que eventos diferentes pareçam iguais ou eventos iguais pareçam diferentes. Ressaltamos que a uniformidade deve ser vista com cautela, mas sempre será desejável. Nesse ponto, portanto, preferimos nos filiar aos conceitos trazidos por Hendriksen e Van Breda (1999), por serem mais claros e coerentes, lembrando que os citados normativos sequer abordam o conceito de uniformidade.

Há diferença entre a comparabilidade e a consistência, conforme os normativos em análise. A consistência refere-se à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, período a período dentro da mesma entidade ou entre duas ou mais entidades para o mesmo período. Isto é, alinha-se ao conceito lecionado por Hendriksen e Van Breda (1999), acrescentando que a comparabilidade é a meta para qual a consistência contribui. A figura 2, de forma didática, ilustra a tênue diferença entre esses conceitos.

Todavia, a consistência não significa que um determinado procedimento nunca deva mudar. As mudanças ocorrem, principalmente devido ao contexto econômico dinâmico. Hendriksen e Van Breda (1999) asseveram que as mudanças, quando afetarem a tomada de decisão, devem ser

especificadas claramente, de modo que os usuários possam entendê-las e levá-las em conta no processo decisório.

Outro atributo de qualidade bastante difundido entre as estruturas é a materialidade. A NBC TSP – EC considera a materialidade, assim como o custo-benefício, como uma restrição, enquanto o CPC 00 tem como um atributo de qualidade fundamental e o Fasb a descreve como característica geral aproximando-a da relevância.

A materialidade tem a ver com a importância do conteúdo a ser informado, determinando a sua divulgação ou não. Ao nosso ver, a materialidade atua no campo discricionário do emissor, o qual definirá com base nesse atributo, se a informação será ou não divulgada. O exemplo de materialidade, apresentado por Hendriksen e Van Breda (1999), é o volume de dados a ser informado. O grande ou pouco detalhamento de informações pode esconder a relevância de alguns dados ou não fazer sentido para o receptor da informação. A materialidade, então, pode interferir na compreensibilidade do usuário e, por essa razão, algumas estruturas abordam esse atributo como geral ou restritivo. Afinal, reiteramos que a incompreensibilidade leva a informação a não cumprir a sua função precípua de formar a cognição dos seus receptores por meio do processo comunicativo.

O CPC 00 define materialidade como a característica na qual a omissão ou distorção da informação pode influenciar as decisões que os usuários tomam com base nas informações contábeis-financeiras. Dito de outro modo, é o aspecto da relevância baseado na natureza e/ou na magnitude dos itens a serem informados. De certa maneira, a materialidade relaciona-se com a uniformidade à medida que as entidades, a depender das particularidades de cada uma, escolhem informar itens de natureza ou magnitude diferentes de outras entidades.

Hendriksen e Van Breda (1999) elencam, conforme quadro 1, uma série de itens nos quais pode haver materialidade para a decisão de divulgar ou não a informação, ou seja, em que o emissor poderá avaliar a divulgação ou não da informação.

Quadro 1 – Tipos de itens que pode haver materialidade na divulgação da informação

1. Dados quantitativos, tais como os itens que afetam o lucro líquido e a avaliação de ativos.
2. O grau de agregação ou itemização de dados quantitativos nas demonstrações formais.
3. Dados quantitativos que não podem ser estimados com precisão suficiente para inclusão nas demonstrações.
4. Aspectos quantitativos que devem ser divulgados por meio de frases ou sentenças descritivas.
5. Relações especiais entre as empresas e indivíduos ou grupos específicos, afetando os direitos ou interesses de outros grupos específicos.
6. Planos e expectativas relevantes da informação.

Fonte: Hendriksen e Van Breda (1999, p. 103).

Discutidos os atributos qualitativos da informação contábil nas estruturas do Fasb, do CPC 00 e da NBC TSP – EC e de alguns autores que tratam sobre o assunto, faz-se mister trazer à discussão outros atributos qualitativos abordados pela literatura.

Nesse sentido, trataremos sobre os atributos definidos e agrupados por Yoon (2007), mormente pelo fato de congregarem diversos atributos usados em pesquisas empíricas que visam a mensurar os atributos de qualidade informacional. Desse modo, doravante, o enfoque será nas medidas de qualidade da informação, sem nos atermos à descrição matemática dos modelos de mensuração da qualidade, pois o interesse é a reflexão sobre os conceitos que estão por trás da modelagem.

Nesse contexto, Yoon (2007) afirma que são oito os atributos de qualidade da informação contábil: (a) qualidade da acumulação (*accruals*), (b) persistência, (c) previsibilidade, (d) suavidade, (e) confiabilidade, (f) relevância e (g) pontualidade. Vê-se que alguns novos conceitos surgiram e é sobre ele que nos deteremos a partir de agora.

A qualidade dos *accruals* se baseia na acumulação dos lucros como medida de qualidade informacional. Segundo Dechow (1994), o processo contábil destaca-se na compreensão do papel da acumulação na geração de lucros das empresas e assevera que a manipulação dos critérios faz com que o lucro seja uma medida menos confiável, ao passo que Ball e Shivakumar (2006) mostram que os *accruals* podem evidenciar mudanças transitórias no fluxo de caixa operacional causadas por manipulações. De fato, uma empresa pode ter elevado nível de acumulação, porém pouca disponibilidade, o que levaria a informação sobre o lucro ser uma medida pouco confiável e, conseqüentemente, com menos qualidade.

A persistência está relacionada à capacidade de perpetuação dos ganhos atuais no futuro. Assim, quanto maior o grau de persistência, mais relevante é a informação contábil. Percebe-se, ademais, uma relação estreita entre a persistência e a previsibilidade, uma vez que ambas repercutem a informação para o futuro, sendo a persistência utilizada como medida que envolve os ganhos extraordinários ou transitórios.

A suavidade é uma medida de qualidade que correlaciona a variação dos *accruals* com a variação do fluxo de caixa operacional, indicando que quanto menor o grau de suavidade, maior a qualidade da informação.

Já a relevância e a confiabilidade são medidas pela associação do preço das ações com as informações das demonstrações financeiras das empresas, de modo a mensurar como o mercado reage em relação aos lucros informados pelos relatórios. Quanto menor a correlação entre o preço das ações e o lucro contábil, menor será a confiabilidade e a relevância dessas informações.

Por fim, o conservadorismo é definido por Ball, Kothari e Robin (2000) como o reconhecimento tempestivo de perdas econômicas. Desse modo, pelo conservadorismo, as notícias econômicas ruins repercutirão nos resultados contábeis em maior grau do que as boas notícias.

A partir desta introdução sobre alguns atributos mensuráveis de qualidade da informação contábil, a seção seguinte dá continuidade a esses aspectos visando a discutir alguns estudos empíricos de como a informação contábil pode influenciar as ações dos usuários (agentes econômicos), no âmbito do mercado financeiro, bem como alguns modelos de referência para muitos estudos empíricos sobre a qualidade do conteúdo informativo da contabilidade.

3 MEDIDAS DE QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Pesquisadores de diversas partes do mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, empenham-se em comprovar a qualidade da informação fornecida pela contabilidade para o mercado financeiro. Para tanto, constroem modelos econométricos ou contabilométricos com o fim de demonstrarem que a informação contábil é de fato relevante e útil para os diversos usuários externos, cujos interesses são subjetivamente divergentes em razão de buscarem maximizar suas utilidades particulares com o uso da informação em comum. Desse modo, questiona-se se a informação contábil desempenha papel fundamental no contexto do mercado financeiro, como fonte de informação com utilidade econômica para os usuários. E como mesurar sua qualidade? Nessa seção expomos, teórica e resumidamente, alguns dos principais estudos que buscam relacionar a informação emanada da contabilidade com reflexos sobre os preços das ações e volume de negócios no mercado de capitais.

Ball e Brown (1968), em um dos estudos pioneiros em aferir se o conteúdo informativo dos relatórios contábeis realmente reflete no comportamento do mercado financeiro, verificaram se o anúncio dos lucros contábeis anormais (acima de expectativas anormais) agrega valor informativo para o mercado. Os autores usaram como medidas o lucro maior ou menor do que o esperado, a data do anúncio e o movimento dos preços das ações. Constataram que os resultados anormais começam a aparecer meses antes da divulgação dos lucros. Os resultados ficam prejudicados por outros fatores que se relacionam com o comportamento do mercado financeiro, como a existência de informações de outras fontes não contábeis, a ingenuidade, a *expertise* e acurácia do investidor, a aversão ou não ao risco, a subjetividade individual do analista da informação, dentre outros fatores intrínsecos aos usuários da informação.

Beaver (1968), com o mesmo interesse de determinar se a informação contábil é relevante e útil no ambiente do mercado de capitais, analisou se a divulgação de informações oriundas da contabilidade provoca alterações no comportamento dos preços e do volume negociado dos papéis em semanas próximas à publicação dos relatórios. Constataram que ocorre forte reação do mercado

(preço e volume dos títulos), principalmente na semana de publicação dos relatórios contábeis. Na mesma linha de associação, May (1971), Kiger (1972) e Brown e Kennelly (1972) incluíram nos modelos os lucros contábeis quadrimestrais e encontraram resultados associativos similares.

Um dos mais importantes produtos gerados por esse novo momento da contabilidade, com abordagem voltada para a informação, foi proposto por Sharpe (1964) e Lintner (1965), que foi o modelo de precificação de ativos financeiros com risco (CAPM – *Capital Asset Pricing Model*). Este modelo utiliza parâmetros fornecidos pela contabilidade para a definição de preços de ativos financeiros, que considera o preço em equilíbrio de títulos negociados em um mercado eficiente, estabelecendo relações entre risco e taxas de retorno exigidas. O CAPM exige que o título pretendido seja negociado em um mercado competitivo e eficiente, que os investidores possuam homogeneidade nas expectativas – inclusive quanto ao risco dos ativos – que haja aversão ao risco homogênea entre os agentes do mercado, além de diversas outras premissas que devem ser consideradas de forma constante. A taxa de retorno de uma ação considerada no modelo CAPM é usada como taxa de juros para o cálculo do valor presente do título, visto que o valor corrente deste equivale ao valor presente dos fluxos de caixa futuros. Assim, a contabilidade fornece informações contábeis sobre o passado relativas aos fluxos de caixa, lucros, dividendos, patrimônio líquido e outras informações que são utilizadas como dados de entrada para avaliação da empresa. Isso possibilita a projeção de dados para o futuro. Portanto, os principais dados contábeis utilizados se referem aos lucros passados, que possibilitam a projeção de lucros e, conseqüentemente, de fluxos de caixa futuros.

Outra contribuição marcante produzida nesse contexto foi o estudo de Fama (1970) sobre a hipótese de mercado eficiente (EMH – *Efficient Markets Hypothesis*), que reforçou essa nova abordagem informacional para a contabilidade, passando a dispor de modelações econométricas e estreitando os laços entre a teoria econômica e as informações contábeis, principalmente no que diz respeito à precificação de ativos financeiros. Contudo, as premissas do EMH são muito rígidas e fogem um pouco da realidade. O modelo considera que o mercado atue em concorrência perfeita, ou seja: que os preços estejam em equilíbrio (equilíbrio de mercado), que todos os participantes do mercado tenham a mesma informação e consigam observar os sinais produzidos pelo sistema de informação, que os lucros tendam a zero no longo prazo. Além disso, todos os usuários devem ter a mesma aversão ao risco e a mesma capacidade de interpretação e de precificação da informação, que o mercado seja eficiente e que não existam custo de transação. Portanto, todas essas condições estabelecidas pelo modelo teórico EMH não se aplicam à *práxis* econômica, conquanto seja um bom exercício teórico. Não obstante, o modelo adota variáveis explicativas contábeis, entre outras, o lucro econômico obtido depois de deduzir do lucro contábil o custo do capital empregado (patrimônio

líquido), considerando o risco do ativo. Vê-se, enfim, que o modelo estabelece uma relação qualitativa entre a informação contábil e a eficiência do mercado.

Tanto o CAPM, quanto o EMH, foram modelos desenvolvidos com o intuito de verificar a capacidade qualitativa da informação contábil no mercado de capitais.

Beaver, Clarke e Wright (1979), a fim também de investigarem a associação entre a informação contábil e os preços das ações, analisaram o impacto da magnitude dos lucros e demonstraram que há correlação positiva entre as alterações percentuais residuais nos preços dos títulos e nos lucros contábeis, ou seja, que os fatores que influenciam o resultado das empresas são os mesmos que influenciam o valor de mercado de suas ações.

Patell e Wolfson (1979) verificaram que o conteúdo informativo do resultado provoca reações antecipadas no mercado. Os autores observaram oscilações positivas nos preços das opções de ações antes da divulgação do lucro, concluindo que os investidores são sensíveis e percebem a volatilidade nos preços antes mesmo dos resultados se tornarem públicos. Morse (1981) utilizou informações de dois dias após a publicação das demonstrações contábeis e verificou fortes reações no preço e no volume negociado das ações, inferindo que o comportamento do mercado reage rapidamente à informação contábil divulgada. Wilson (1986) confirmou que a evidenciação do fluxo de caixa apresenta valor adicional superior à evidenciação do resultado contábil. Contudo, Bernard e Stober (1989) rebatem afirmando que as informações sobre o fluxo de caixa e o resultado dependem das condições da economia, o que foi contradito por Sloan (1996), ao concluir que o mercado não possui fatores determinantes que possam interferir sobre os componentes do resultado contábil.

Diversos outros pesquisadores atentaram para investigar a influência de outros componentes, inclusive externos, que se relacionam com os números contábeis, como variáveis explicativas para a alteração nos preços e volumes de negociações, como Hayn (1995), Collins, Maydew e Weiss (1997), Kormendi e Lipe (1987), Easton e Zmijewski (1989) e Collins e Kotari (1989), dentre esses fatores aparecem o tamanho da empresa, o nível de crescimento, a taxa de juros, funcionamento e eficiência do mercado, nível de desenvolvimento do mercado etc. Quanto aos dados contábeis, tais estudos consideram que os dados dos balanços são relevantes, porém menos do que os dados dos resultados, para fins de explicação dos preços e volume de negócios das ações.

Contrariando os estudos apresentados anteriormente, que encontraram evidências de relevância dos números contábeis para o mercado financeiro, Lev (1989) explica que, embora os resultados contábeis sejam usados pelos investidores, a utilidade dos lucros é bem limitada, afirmação essa baseada na verificação de fraca correlação entre o resultado contábil e o retorno das ações, justificada pela baixa qualidade dos lucros contábeis, principalmente em mercados menos desenvolvidos.

A partir dessas constatações, na maioria das vezes associativas e noutras nem tanto, será que podemos afirmar que, de fato, os números contábeis carregam qualidade informacional suficientemente em si, ao ponto de transmitir valor informacional para os investidores, capaz de influenciar o comportamento e suas decisões? E os outros fatores externos, como estão relacionados com a informação contábil e como podem impactar em sua qualidade? O que não há dúvida é que a Ciência Contábil se reinventou e inaugurou um novo tempo, com uma nova abordagem voltada para a relevância da informação, que passou a servir como fonte de dados para explicar e prever o comportamento dos agentes econômicos no mercado financeiro.

A fim de comprovar que a informação contábil é realmente relevante, outros modelos, como os de Ohlson (1995) e Feltham-Ohlson (1995), buscaram as informações de balanço patrimonial para explicar o comportamento dos preços, porém condicionadas a outras características, tais como: volume de ativos intangíveis, tamanho da empresa, dificuldades financeiras ou não, persistência nos resultados, concentração do capital, nível de regulamentação etc.

O modelo proposto por Ohlson (1995), conhecido como modelo de avaliação baseado em números contábeis, a fim de atestar a qualidade da informação contábil para o mercado de capitais, utilizou informações contábeis para medir o valor da empresa, representado pelo valor de sua ação. O modelo desenvolvido tem como variável dependente o valor da ação da empresa e como variáveis explicativas o lucro líquido e patrimônio líquido. O valor da empresa, desse modo, seria resultante da soma do patrimônio líquido no momento presente com o valor presente dos resultados anormais que a empresa produzirá em períodos futuros. Esse resultado anormal decorre do lucro obtido acima do custo de utilização do capital próprio, aplicando uma taxa de retorno sobre o seu patrimônio líquido do período anterior.

Destarte, o modelo explicativo busca associar o valor de mercado da empresa a partir da observação de variáveis contábeis, considerando a maior parte do poder explicativo do modelo no patrimônio líquido e não nos lucros anormais futuros. Entretanto, assim como o EMH, deve-se observar as premissas básicas: i) o valor de mercado do patrimônio líquido de uma empresa é função dos dividendos futuros esperados, descontados por uma taxa de retorno desejada; ii) o resultado contábil considerado pode divergir do lucro contábil, pois deve estabelecer uma relação de lucro limpo, incluindo somente as alterações ocorridas no patrimônio líquido no período, que não sejam de transações com os sócios; e iii) considera os lucros residuais (ou anormais), que é o lucro contábil ajustado pela despesa do uso do capital próprio, descontada uma parcela do lucro correspondente ao custo do capital próprio durante o período.

O outro modelo teórico que busca explicar a validade da informação contábil para prever a avaliação de empresas foi proposto por Feltham e Oslon (1995), ampliando o modelo anterior, por

dividirem os ativos líquidos entre ativos operacionais e ativos financeiros, considerando a premissa de que os ativos financeiros e os resultados financeiros estão presentes num mercado perfeito. Assim, o valor contábil e o de mercado coincidem, implicando que o resultado anormal financeiro é sempre igual a zero e que não existe valor presente líquido diferente de zero para as atividades financeiras. Logo, o modelo teórico fundamenta-se na avaliação dos ativos operacionais e resultados operacionais. Além disso, os pesquisadores incluíram no modelo uma medida para o conservadorismo contábil e parâmetros para medir o crescimento de lucros e patrimônio líquido. Assim, as variáveis contábeis consideradas no modelo são: patrimônio líquido, resultado contábil, dividendos líquidos, ativos financeiros líquidos, resultado financeiro, resultado operacional e fluxo de caixa operacional líquido dos investimentos operacionais. Os autores adotam também uma taxa de retorno livre de risco e o valor de mercado do patrimônio líquido como variáveis exógenas do modelo.

Diversos estudos posteriores a esses emergiram a fim de também verificarem empiricamente a qualidade da informação contábil para a precificação de ativos no mercado financeiro, dentre os quais podemos citar: i) Collins, Maydew e Weiss (1997) mensuraram a importância do lucro líquido e do patrimônio líquido como medidas do poder explicativo das informações contábeis, testando ambas as variáveis isoladamente e conjuntamente; ii) Myers (1999) objetivou a verificação dos modelos teóricos de Ohlson (1995) e Feltham e Ohlson (1995), desenvolvendo modelos dinâmicos de informação e de efeitos do conservadorismo contábil para serem testados; e iii) Brown, Lo e Lys (1999) também buscaram realizar testes para explicar a capacidade explicativa do lucro líquido por ação e/ou patrimônio líquido por ação para determinar os preços das ações, modelando o efeito escala em função do porte das empresas, do número de ações e da alteração na política de dividendos.

Vimos que diversos estudos foram desenvolvidos com o intuito de comprovar a qualidade da informação disponível pela contabilidade e sua capacidade de alterar as crenças dos usuários e suas decisões. Para tanto, o ponto de partida foi a construção de modelos econométricos ou contabilométricos, que utilizaram como variáveis, em sua maioria, as informações dos resultados (lucros ou prejuízos) anormais, patrimônio líquido, fluxos de caixa, dividendos, resultado operacional e financeiro, além de considerarem o conservadorismo contábil e a discricionariedade do uso dos *accruals*.

No entanto, não podemos simplesmente generalizar a aplicabilidade dos modelos apresentados para todos os mercados, visto que há diversas características que podem influenciar os resultados, tais como: i) a regulação e regulamentação; ii) as normas fiscais; iii) a concentração ou pulverização do capital. Além de tudo isso, como enfatizado neste estudo, a subjetividade está presente em todas as fases do processo contábil, desde o reconhecimento à evidenciação das informações, produzindo um processo comunicativo da informação contábil, a partir da produção dos

relatórios contábeis até a recepção destes pelos diversos usuários que possuem interesses específicos. Portanto, como assegurar, que de fato, a qualidade está intrínseca à informação contábil para todos os usuários?

Reconhecemos que na contabilidade existem diversas alternativas para se escolher entre modalidades de tratamento e escrituração dos fatos econômicos para situações similares. Isso se deve ao comportamento discricionário, que pode ser influenciado por diversos fatores, como a ausência de norma contábil específica para determinado fato econômico, sistemas de incentivo e remuneração aos gestores, antecipação ou diferimento de lucros, regulamentação contábil, normas fiscais, estrutura de capital, gerenciamento de resultados, dentre outras inúmeras justificativas motivadoras para o uso da discricionariedade e da subjetividade na contabilidade.

Os componentes discricionários são uma das principais formas de transmitir informações para o mercado por meio de sinais intrínsecos sobre a qualidade da informação contábil, sendo avaliado positivamente pelos usuários da informação, diferentemente da informação obrigatória, não tão bem avaliada pelo mesmo público.

Além da discricionariedade, que está diretamente vinculada à subjetividade presente na contabilidade, como vimos, o conservadorismo pode causar assimetria sobre o resultado econômico das entidades, contudo permite que o resultado contábil perca volatilidade no tempo.

Percebe-se que o mais importante para a qualidade da informação contábil é a capacidade de os emissores transmitirem a realidade dos fatos econômicos aos usuários da informação, de modo a influenciar (ser útil), na melhor medida e ao maior número de usuários possível, no processo decisório. Para isso, deve-se ponderar: i) a qualidade sobre a quantidade de informação presente em diversos demonstrativos e relatórios, obrigatórios e não obrigatórios; e ii) a decodificação das informações, quem muitas vezes dificulta a compreensibilidade por parte do receptor, principalmente se este não for profundo conhecedor das práticas contábeis.

A maior lição que se extrai desse estudo é que a subjetividade, que permeia todo processo de comunicação das informações contábil, levará sempre à percepção de graus diferentes de “qualidade” da informação, conclusão que é corroborada pela falta de consenso dos resultados de estudos empíricos que tratam sobre o assunto. Entretanto, de maneira alguma isso retira a importância expressiva sobre o tema. Pelo contrário, isso mostra que se deve reforçar ainda mais a busca incessante para mitigar ao máximo a assimetria da informação contábil, cujos reflexos repercutem não apenas na redução dos custos de capital e na confiança dos usuários, mas em toda a economia.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, G. A. TEIXEIRA, A.J.C.; COSTA, F.M.; NOSSA, V. Efeitos da adesão aos níveis de governança da Bolsa de Valores de São Paulo na qualidade da informação contábil. **Advances in Scientific and Applied Accounting- ASAA**, v. 3, n. 1, p. 109-138, 2013.
- BALL, R.; P. BROWN. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, n. 2, p. 159-178, 1968.
- BALL, R.; KOTHARI, S.P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, p. 1-51, 2000.
- BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. The Role of accruals in asymmetrically timely gain and loss recognition. **Journal of Accounting Research**, v. 44, n. 2, p. 207-242, 2006.
- BEAVER, William H. The information content of earnings announcements. Empirical research in Accountant: selected studies 1968. **Journal of Accountant Research**, v.6, p.67-92, 1968.
- BEAVER, William H.; CLARKE, Roger; WRIGHT, William F. The association between unsystematic security returns and the magnitude of earnings forecast errors. **Journal of accounting research**, p. 316-340, 1979.
- BERNARD, Victor L.; STOBBER, Thomas L. The nature and amount of information in cash flows and accruals. **Accounting review**, p. 624-652, 1989.
- BRICKER, R.; PREVITS, G.; ROBINSON, T.; YOUNG, S. Financial analyst assessment of company earnings quality. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v.10, n. 3, p. 541-554, 1995.
- BROWN, Stephen; LO, Kin; LYS, Thomas. Use of R2 in accounting research: measuring changes in value relevance over the last four decades. **Journal of Accounting and Economics**, v. 28, n. 2, p. 83-115, 1999.
- BROWN, Philip; KENNELLY, John W. The informational content of quarterly earnings: An extension and some further evidence. **The Journal of Business**, v. 45, n. 3, p. 403-415, 1972.
- BUSHMAN, R; CHEN, Q.; ENGEL, E.; SMITH, A. Financial accounting information, organizational complexity and corporate governance systems. **Journal of Accounting & Economics**, v.37, n. 2, p.167-201, 2004.
- COLLINS, Daniel W.; KOTHARI, S. P. An analysis of intertemporal and cross-sectional determinants of earnings response coefficients. **Journal of accounting and economics**, v. 11, n. 2-3, p. 143-181, 1989.
- COLLINS, Daniel W.; MAYDEW, Edward L.; WEISS, Ira S. Changes in the value-relevance of earnings and book values over the past forty years. **Journal of accounting and economics**, v. 24, n. 1, p. 39-67, 1997.
- DECHOW, P.M. Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. **Journal of accounting and economics**, v.18, p. 3-42, 1994.

- DECHOW, Patrícia; GE, Weili; SCHRAND, Catherine. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of accounting and economics**, v. 50, n. 2, p. 344-401, 2010.
- EASTON, Peter D.; ZMIJEWSKI, Mark E. Cross-sectional variation in the stock market response to accounting earnings announcements. **Journal of accounting and economics**, v. 11, n. 2-3, p. 117-141, 1989.
- FAMA, Eugene F. Multiperiod consumption-investment decisions. **The American Economic Review**, p. 163-174, 1970.
- FELTHAM, Gerald A.; OHLSON, James A. Valuation and clean surplus accounting for operating and financial activities. **Contemporary accounting research**, v. 11, n. 2, p. 689-731, 1995.
- HAYN, Carla. The information content of losses. **Journal of accounting and economics**, v. 20, n. 2, p. 125-153, 1995.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. trad. Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas. Tradução de: Accounting theory, 1999.
- HOUQE, M. N.; ZIJL, T. DUSTAN, K.; KARIM, W. The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. **The International journal of accounting**, v. 47, n. 3, p. 333-355, 2012.
- HUNTON, J.E, R. LIBBY, AND C.L. MAZZA. Financial reporting transparency and earnings management. **The Accounting Review**, v. 81, n. 1, p. 135-157, 2006.
- IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2015.
- KIGER, Jack E. An empirical investigation of NYSE volume and price reactions to the announcement of quarterly earnings. **Journal of Accounting Research**, p. 113-128, 1972.
- KORMENDI, Roger; LIPE, Robert. Earnings innovations, earnings persistence, and stock returns. **Journal of business**, p. 323-345, 1987.
- LEV, Baruch. On the usefulness of earnings and earnings research: Lessons and directions from two decades of empirical research. **Journal of accounting research**, p. 153-192, 1989.
- LEVITT, A. The importance of high quality accounting standards. **Accounting Horizons**, v. 12, n. 1, p. 79-82, 1998.
- LINTNER, John. The valuation of risk assets and the selection of risky investments in stock portfolios and capital budgets. **The review of economics and statistics**, p. 13-37, 1965.
- MAY, Robert G. The influence of quarterly earnings announcements on investor decisions as reflected in common stock price changes. **Journal of Accounting Research**, p. 119-163, 1971.

MIKHAIL, Michael B.; WALTHER, Beverly R.; WILLIS, Richard H. Reactions to dividend changes conditional on earnings quality. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 18, n. 1, p. 121-152, 2003.

MORSE, Dale. Price and trading volume reaction surrounding earnings announcements: A closer examination. **Journal of Accounting Research**, p. 374-383, 1981.

MYERS, Michael. Investigating information systems with ethnographic research. **Communications of the AIS**, v. 2, n. 4es, p. 1, 1999.

OHLSON, James A. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. **Contemporary accounting research**, v. 11, n. 2, p. 661-687, 1995.

PATELL, James M.; WOLFSON, Mark A. Anticipated information releases reflected in call option prices. **Journal of Accounting and Economics**, v.1, n. 2, p. 117-140, 1979.

SEN, P.K. Reported earnings quality under conservative accounting and auditing. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 20, n. 3, p. 229-256, 2005.

SHARPE, William F. Capital asset prices: A theory of market equilibrium under conditions of risk. **The journal of finance**, v. 19, n. 3, p. 425-442, 1964.

SLOAN, Allan. Create an account or Log In. **Accounting review**, v. 71, n. 3, p. 289-315, 1996.

WILSON, G. Peter. The relative information content of accruals and cash flows: Combined evidence at the earnings announcement and annual report release date. **Journal of Accounting Research**, p. 165-200, 1986.

YOON, Sora. **Accounting quality and international accounting convergence**. 2007. 107 f. Tese (Doctor of Philosophy) – Faculty of the Graduate College of the Oklahoma State University, 2007.

Capítulo 2

ESTUDO EPISTEMOLÓGICO DAS PESQUISAS NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE E ECONOMIA

DANIVAL SOUSA CAVALCANTE

Universidade Federal do Cariri (UFCA) | E-mail: danivalsc@hotmail.com

GEORGE ALBERTO DE FREITAS

Universidade Federal do Ceará (UFC) | E-mail: ggfreitas03@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo desse estudo é identificar se os artigos brasileiros publicados nas áreas de Contabilidade e afins falseiam teorias e estudos anteriores mais do que as pesquisas na área de Economia. Para alcançá-lo, foi feita uma análise de abordagens teórica e epistemológica de artigos publicados nos periódicos brasileiros classificados nas subáreas *Business, Management and Accounting* e *Economics, Econometrics and Finance*, da Base *Scopus Preview*. Ao todo, foram analisados os aspectos dos polos teórico e epistemológico de 110 artigos da área de contabilidade e 100 artigos da área de economia. Com foco na análise das hipóteses dos estudos, verificou-se se os artigos estão buscando falsear teorias ou estudos anteriores. Observou-se que os artigos publicados carecem de uma maior evolução da ciência a partir dos testes e verificação das hipóteses definidas com base em teoria que fundamente o estudo, como respostas provisórias, testáveis, dos problemas de pesquisas estabelecidos a partir da construção do objeto de estudo, assim como ainda são tímidos em buscar o falseamento de estudos anteriores ou de teorias vigentes, como forma de evoluir o conhecimento científico. Conclui-se com base nos artigos analisados que, embora as pesquisas em Economia falseiem mais do que as de Contabilidade, a maioria dos trabalhos não falseiam as hipóteses formuladas ou, no caso da Economia, sequer as utilizam como parâmetro de teste.

Palavras-chave: Epistemologia. Polo Teórico. Polo Epistemológico. Falseabilidade. Hipótese.

1 INTRODUÇÃO

Em ciências sociais ainda se discute a produção de conhecimento científico como se faz em outras ciências mais desenvolvidas, embora as ciências sociais investiguem os fatos do mundo real, assim como faz as ciências naturais (FARIAS; FARIAS, 2014).

A epistemologia possui um papel relevante na construção do conhecimento científico, pois é através dela que se busca entender e explicar a atividade científica em suas relações entre teoria e experiência, razão e fatos, métodos, resultados ou linguagem científica (JAPIASSU, 1992).

Alinhado a esse papel, o presente estudo tem o objetivo de identificar se os artigos brasileiros publicados nas áreas de Contabilidade e afins falseiam teorias e estudos anteriores mais do que as pesquisas na área de Economia. Para alcançá-lo, foi feita uma análise de abordagens teórica e epistemológica de artigos publicados nos periódicos brasileiros classificados nas subáreas *Business, Management and Accounting* e *Economics, Econometrics and Finance*, da Base *Scopus Preview*,

totalizando nove periódicos, sendo quatro de *Business, Management and Accounting* e cinco de *Accounting e Economics, Econometrics*.

No processo de avaliação dos artigos adotou-se a estrutura de análise proposta por Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), que propõem quatro abordagens metodológicas: a teórica, a epistemológica, a morfológica e a técnica.

Entre essas abordagens, julga-se que os polos teóricos e epistemológicos são os mais adequados para trilhar o caminho até o objetivo proposto. Isto porque o polo teórico guia-se pela elaboração das hipóteses como verdades provisórias a serem testadas, enquanto o polo epistemológico cuida da validação das teorias como produção do conhecimento.

Este estudo está segmentado em quatro seções. Na revisão de literatura será detalhada a estrutura analítica dos polos teórico e epistemológico. Na seção seguinte, será apresentada, num contexto epistemológico, a evolução das pesquisas nas áreas de ciências contábeis e de economia. Na terceira seção, serão discutidos os aspectos metodológicos, isto é, os procedimentos necessários à consecução dos resultados. Por fim, a última seção se destina à apresentação e discussão dos resultados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) propõem que a prática científica é dimensionada em quatro polos metodológicos, aplicados indistintamente às pesquisas quantitativas e qualitativas, quais sejam: teórico, epistemológico, morfológico e técnico. Segundo Machado *et al.* (2016), esses polos interagem metodologicamente, não havendo necessariamente uma separação entre esses polos.

No presente estudo, os polos teóricos e epistemológicos serão o fundamento de análise, uma vez que a categorização nesses polos responderá ao propósito da formulação de hipóteses e validação das pesquisas comparativamente nas áreas de Contabilidade e de Economia, condições necessárias para verificação do falseamento popperiano.

2.1 POLO TEÓRICO

No polo teórico é o lugar onde são discutidas as questões como a explicitação da problemática de pesquisa e a produção do objeto científico, além de considerar as concepções de causalidade, validação etc. (THEÓPHILO; IUDÍCIBUS, 2005). Martins e Theóphilo (2004) argumentam que no polo teórico se orienta a definição das hipóteses e construção dos conceitos, é onde se elaboram as linguagens científicas e se determina o movimento de conceituação, compreendendo as teorias, modelos, constructos e hipóteses.

Machado et al. (2016) asseveram que as teorias são associadas ao progresso da própria pesquisa, que não se limita apenas à acumulação de fatos científicos, mas uma transformação dos sistemas teóricos. Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) afirmam, ademais, que não se pode negligenciar o polo teórico, que é inerente a toda pesquisa empírica válida, sob pena de suas conclusões não transcenderem os limites do senso comum.

A estrutura do polo teórico é agrupada em quadros de referência, consoante especificado no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Descrição do polo teórico

Quadro de referência	Descrição
Positivismo	Consiste na observação de dados da experiência, das leis gerais que regem os fenômenos sociais, os quais são generalizados em função da constância e da regularidade com que são constatados, momento em que são formuladas leis positivas. Recorre ao uso intenso de quantificação e do conceito de verificável, para medir as relações entre os fenômenos, testar hipóteses e estabelecer generalizações.
Compreensão	Tem o intuito de apreender e explicitar o sentido da atividade social individual e coletiva enquanto realização de uma intenção, exibindo as significações internas dos comportamentos.
Funcionalismo	Investiga as formas duráveis da vida social e cultural que são produtos da institucionalização, a exemplo de organizações e normas.
Estruturalismo	É explícito na forma de método no contexto do problema de pesquisa, pensada na forma de ‘atividade’ como, por exemplo, a etnologia, análise de linguagens e retóricas.

Fonte: Adaptado de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977); Moraes et al. (2016); e Martins e Théophilo (2007).

Machado et al. (2016) ressaltam que o processo de teorização no modelo quadruplar de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) ocorre de forma dinâmica com os demais polos da prática científica. Do exposto, o polo teórico condiciona o valor das teorias em termos de validade e verdade, no sentido de que uma teoria válida é ao mesmo tempo falsificável, coerente e pertinente. Para Théophilo e Iudícibus (2005), a dimensão teórica compreende as posturas positiva e normativa de enunciação da teoria contábil.

2.2 POLO EPISTEMOLÓGICO

O polo epistemológico exerce uma função de vigilância crítica da pesquisa, é onde são consideradas dimensões como a explicitação da problemática de pesquisa e a produção do objeto científico e são consideradas as concepções como causalidade, validação e cientificidade (THEÓPHILO; IUDÍCIBUS, 2005).

De acordo com Souza (2005), é no polo epistemológico onde se constrói o objeto científico e se definem os limites da problemática de investigação, promovendo uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios científicos que orientam o processo de

investigação. Nesse polo, o pesquisador assegura a construção do seu objeto de conhecimento ou problemática de investigação, numa linguagem científica.

O polo epistemológico é necessário para a pesquisa porque se insere na lógica da descoberta e na lógica da prova, visto que a produção do conhecimento o interessa, assim como seus procedimentos de validação. É por essa razão que Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) o consideram como o motor interno, com a função de vigilância crítica, obrigatório na pesquisa científica. Martins e Theóphilo (2007) destacam que esse polo é responsável pela explicação das problemáticas de pesquisa e pela produção do objeto científico, o qual se distingue entre real, percebido e construído. Em torno do polo epistemológico orbitam os seguintes processos discursivos ou métodos: fenomenologia, dialética, quantificação e a lógica hipotético-dedutiva.

A fenomenologia qualifica o tipo de estudo puramente descritivo do fenômeno que se apresenta à nossa experiência (SOUSA; RODRIGUES; COELHO, 2017). Portanto, o objeto de estudo é o fenômeno entendido em relação à sua essência, não havendo separação entre o sujeito e o objeto. Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 79) concluem que “o rigor da observação exige uma metodologia que não dissocie a pesquisa das essências dos procedimentos de constatação dos fatos, a teoria não deve ser separada da experiência”.

A dialética, de acordo com Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), quer pensar a relação entre pesquisador e o seu objeto de conhecimento, recusando as abstrações da lógica formal e transcendental, bem como os fatos empíricos da experiência imediata, opondo-se, nesse sentido, ao método positivista. Isto é, o problema a ser pesquisado não pode ser visto isoladamente, cortado abstratamente da realidade (MOSER, 1987).

Na quantificação são consolidados os argumentos pela intervenção sugestiva e esporádica na pesquisa, dando-lhe precisão ao ligar a operacionalização das hipóteses e a coleta de informações. Desse modo, transforma o universo semântico do discurso em universo simbólico de números através da aplicação de métodos quantitativos (BOTELHO, 2012).

O último método epistemológico é o da lógica hipotético-dedutiva, em que o fato é observado e sobre ele é formulada uma hipótese ensejando a dedução das consequências, reiniciando o processo pela validação ou refutação da hipótese (BOTELHO, 2012).

3 EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS EM CONTABILIDADE

Até o início da década de 1960, a abordagem normativa prevaleceu nas pesquisas contábeis, como estudos essencialmente de cunho prescritivo, ao definir como a prática contábil deveria proceder. Martins (2005) explica que o normativismo contábil tem como base a lógica dedutiva,

preocupando-se com a definição prévia de uma estrutura conceitual básica para a contabilidade, seus conceitos fundamentais, com as características qualitativas da informação contábil a serem observadas e nas definições dos elementos básicos patrimoniais e suas mutações. Nesse contexto, Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) argumentam que a teoria normativa se apoia no método dedutivo e deriva de prescrições de como a contabilidade deveria proceder para maximizar a utilidade da informação para os usuários.

A partir do início da década de 1960 passou a avançar e, posteriormente, prevalecer, a abordagem positiva da contabilidade. Para Watts e Zimmerman (1986; 1990), o foco conceitual da abordagem positiva consiste em prever os efeitos de determinada informação ou prática contábil e explicar o porquê de sua utilização ou escolha, em termos informacionais. Lopes e Martins (2005) explicam que a abordagem positiva procura estabelecer hipóteses de pesquisa, advindas das teorias econômicas e de finanças e testá-las empiricamente verificando o real comportamento dos agentes econômicos frente à informação contábil.

Cardoso, Oyadomari e Mendonça Neto (2007) explicitam que a abordagem positiva ficou popularizada na década de 1950 em economia e passou a ser utilizada pela contabilidade no final da década de 1960 com o trabalho pioneiro de Ball e Brown (1968), fundamentando Watts e Zimmerman (1986) para a formulação da Teoria Positiva da Contabilidade.

De acordo com Sousa (2005) e Coelho, Soutes e Martins (2010), os estudos sobre análise epistemológica das pesquisas em Contabilidade ainda são incipientes no Brasil, assim como os produtos das pesquisas em contabilidade ainda são confusos.

Beaver (1968) desenvolveu um dos estudos pioneiros da teoria positiva na Contabilidade, ao relacionar o comportamento do preço das ações e seu volume de negociação nas semanas que antecediam a publicação das demonstrações contábeis. No Brasil, Lopes (2002) foi um dos pioneiros ao relacionar as demonstrações contábeis e o comportamento do mercado de capitais.

Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2006) constataram que entre os anos de 1981 a 2005 houve uma predominância crescente da abordagem positiva nos trabalhos publicados nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD. Do mesmo modo, Cardoso, Oyadomari e Mendonça Neto (2007) revelaram um crescimento da abordagem positiva no período de 2002 a 2005.

Pesquisadores epistêmicos como Martins (1994), Theóphilo (2000), Souza (2005), Theóphilo e Iudícibus (2005; 2009), Martins e Theóphilo (2007), Coelho, Soutes e Martins (2010), Cunha, Rausch e Cunha (2010), Kroenke, Söthe e Bezerra (2011), Farias e Farias (2014), Ykuno e Niyama (2015) preocupam-se com tal discussão e retratam suas preocupações quanto às questões teórica, epistemológica, metodológica e técnica das publicações científicas em contabilidade.

Segundo Coelho, Soutes e Martins (2010), no campo bibliométrico, há trabalhos mais incisivos no âmbito da contabilidade, porém tais estudos preocupam-se tão somente com a mensuração da produção científica. Na mesma ótica, Farias e Farias (2014) ressaltam que uma hipótese, mesmo que comprovada, não se constitui em si uma teoria, visto que esta não se fundamenta em uma hipótese apenas, mas num conjunto infinito delas. Bunge (1980) explica que as hipóteses devem enriquecer-se de dados para poderem ser testadas e comprovadas, enquanto as teorias devem enriquecer-se de dados e de hipóteses adicionais.

As pesquisas em contabilidade agregaram ao longo dos últimos cinquenta anos fundamentos do funcionalismo positivista, fazendo uso de métodos e técnicas quantitativas, originárias de áreas como estatística e matemática, aliada ao uso de novas tecnologias (SILVA *et al*, 2017).

Contudo, mesmo diante da evolução célere da abordagem positiva na contabilidade, ao longo das últimas décadas, ainda, atualmente, são produzidos e publicados trabalhos com abordagem estritamente normativa na área, com o objetivo de prescrever procedimentos.

4 EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS EM ECONOMIA

Segundo Paulani (2010), a ciência econômica já nasce sob a marca da indefinição metodológica, cuja evolução como ciência é marcada pela pouca ênfase em assuntos metateóricos. Não obstante, John Stuart Mill, em seu “Ensaio sobre a Liberdade”, de 1859, proclama a ciência econômica como dedutiva. Contudo, posteriormente, propõe o método dedutivo inverso, que nada mais é do que o método experimental e indutivo Comtiano.

Referida indefinição existia desde os primeiros pensadores clássicos. David Ricardo, por exemplo, era criticado pelas suas formulações absolutamente abstratas da realidade, fato que Schumpeter denominou de “vício ricardiano”. Mais recentemente, na segunda metade do século XX, Friedman notabilizou-se pela defesa do irrealismo dos supostos teóricos, que, no entanto, deveriam ser capazes de fornecer hipóteses testáveis. Com o seu pragmatismo, forneceu aos adeptos do *mainstream* argumentos às críticas feitas aos pressupostos irrealistas da teoria neoclássica (PAULANI, 2010).

A exemplo do que afirma Foucault (1966), a Economia conhece um único segmento teórico passível de duas leituras simultâneas e em sentido contrário: a primeira analisa a troca dos objetos úteis; a segunda, a partir da formação e do nascimento das coisas. Estas são, respectivamente, chamadas de teorias subjetiva e objetiva do valor.

Nesse contexto, o *mainstream*, representado pela economia neoclássica como teoria hegemônica, por muito tempo apresentou-se como única possibilidade de conhecimento racional,

desconhecendo tudo que estivesse alinhado aos seus supostos, métodos e conceitos (PAULA et al., 2003).

Desse modo, alerta-se que a pesquisa em economia não pode se pautar meramente em técnicas de mensuração. Como afirma Popper (1975), os pesquisadores devem ser iniciados na tradição científica e crítica da formulação de problemas, de serem testados e guiados pelos enigmas grandiosos e aparentemente indissolúveis ao invés de serem soluções para resolução de pequenos quebra-cabeças, o que levaria ao fim da ciência como que se conhece.

Todavia, as pesquisas atuais em economia que oferecem maiores contribuições são as que usam forte apelo matemático. Desse modo, ressalta que a “utilidade de modelos analíticos que representam analogias de processos reais não pode ser negada”, considerando, porém, que para as mudanças qualitativas não há outra solução senão a abordagem dialética.

Por fim, Bresser-Pereira (2006) propõe a convivência entre o argumento dedutivo, indutivo e, ainda, o funcional, utilizando-os conforme a conveniência e o tipo de problema, ainda que isso implique em consistência menos abrangente.

5 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Foram analisados artigos de periódicos brasileiros publicados em língua portuguesa no ano de 2016 e classificados nas subáreas de *Business, Management and Accounting* e *Economics, Econometrics and Finance* contidas na base *Scopus Preview*.

A escolha dessa base se deu em razão de sua funcionalidade, pois permite identificar e classificar os periódicos em subáreas específicas. Desse corte, a base de artigos resultante na área de Contabilidade e afins foi a seguinte:

Tabela 1 – Periódicos da área de Contabilidade e afins

Periódicos	Qde de artigos
Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN) da Fundação Álvares Penteado	31
Revista Contabilidade & Finanças (RC&F) da USP	25
Revista de Administração de Empresas (RAE) da Fundação Getúlio Vargas - FGV	10
Revista Gestão & Produção (RG&P), da Universidade Federal de São Carlos	44
Total	110

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dois primeiros periódicos da lista estão classificados com Qualis A2 e os dois últimos com Qualis B2.

Para a área de Economia, têm-se o seguinte recorte:

Tabela 2 – Periódicos da área de Economia

Periódicos	Qde de artigos
Economia Aplicada - USP/RP	21
Revista Estudos Econômicos – FEA/USP	30
Revista Nova Economia – UFMG	21
Revista Brasileira de Economia – FGV	14
Revista de Economia Contemporânea - UFRJ	15
Total	101

Fonte: elaborado pelos autores.

Quatro periódicos possuem Qualis B1. Apenas a Revista Nova Economia – UFMG possui classificação Qualis B2. No processo de coleta e análise de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977, p. 31), consiste num “conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

Seguindo os critérios de organização definidos pela autora, a análise foi dividida em três etapas: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados; foram estabelecidos os parâmetros de análise que visam ao enquadramento nos polos teórico e epistemológico; na leitura “flutuante” surgiram as primeiras percepções sobre o conteúdo dos artigos; e análise dos resultados.

6 RESULTADOS

A apresentação dos resultados está dividida em três seções: uma para a Contabilidade, outra para Economia e a última destinada à comparação entre ambas.

6.1 ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DAS PESQUISAS EM CONTABILIDADE

Embora classificados na base Scopus na área *Business, Management and Accounting*, dentre os 110 artigos, a menor parte deles (40) foi identificada como sendo vinculada diretamente à área de Contabilidade, sendo os demais relacionados às outras áreas como administração e suas subáreas, engenharias e suas subáreas.

A Tabela 3 evidencia os resultados para o polo teórico e a frequência com que foram utilizados os quadros de referência pelos artigos analisados.

Tabela 3 – Abordagem teórica na área de contabilidade

Quadro de referência	Frequência absoluta	Frequência %
Positivismo	48	43,6
Compreensão	30	27,3
Funcionalismo	3	2,7
Estruturalismo	8	7,3
Não identificado	21	19,1
Total	110	100

Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto às categorias teóricas dos trabalhos de contabilidade, quase metade dos trabalhos adotou uma postura positivista, buscando o conhecimento por meio da lógica, sobre o que é visto, observado e desprezando o caráter subjetivo das análises. Cada trabalho nesta categoria utilizou método quantitativo e teste de hipóteses, relacionando-as à problemática ou à validação dos procedimentos técnicos adotados.

Chamou a atenção a quantidade de trabalhos que não foi possível identificar a categoria teórica adotada na pesquisa, não sendo possível classificá-los em nenhuma das categorias do polo teórico.

Verificou-se que em menos da metade (49) dos artigos são definidas hipótese(s) de pesquisa e na maior parte restante não definem qualquer hipótese ou estabelecem somente pressupostos teóricos ou não, na minoria destes, não possibilitando passar por nenhuma forma de validação ou teste dos resultados do estudo, prejudicando em parte os critérios do polo epistemológico, o da validação dos resultados.

Dentre os estudos com hipóteses definidas, alguns chamaram a atenção pela excessiva quantidade de hipóteses numa mesma investigação. Como exemplo, foram observados artigos com até 11 hipóteses, provocando dificuldades de compreender a construção teórica para cada hipótese, individualmente, e que, por vezes, incorrem em falha na coesão e no alinhamento de todas elas conjuntamente com o problema de pesquisa e com o objetivo do estudo. Dentre os demais artigos que definiram hipóteses, em somente 13 houve a construção e definição de somente uma hipótese de pesquisa.

Espera-se que numa pesquisa científica seja definida uma hipótese central do estudo, como uma resposta provisória ao problema e um objeto de estudo construído, mesmo que esta possa ser verificada com o apoio de diferentes testes estatísticos complementares, a depender das análises propostas. Desta forma, artigos com excesso de hipóteses podem prejudicar o atendimento aos preceitos do polo teórico, que zela pela orientação e definição de hipóteses fundamentadas teoricamente e a construção de seus conceitos.

É no polo teórico em que, com base nos conceitos científicos, se definem as hipóteses a serem testadas, alinhadas com o tema de pesquisa, as verificadas e, se forem o caso, falseadas, para promover a construção e reconstrução do conhecimento da ciência contábil.

Outra análise da dimensão teórica refere-se ao alinhamento entre o problema, objetivo e teoria/conceitos com a(s) hipótese(s) definida(s). Dentre os que definiram hipóteses e estabeleceram problema/questão e objetivos de pesquisa, foi observado que a grande maioria apresentou efetivo alinhamento entre estes e a(s) hipótese(s) definidas. Naqueles que, embora não apresentem uma questão interrogativa de pesquisa, mas que apresentam uma problemática contextualizada sobre o tema investigado, constroem conceitualmente o objeto de estudo, tendo a hipótese alinhada à

problematização e ao(s) objetivo(s) da pesquisa, fundamentando conceitualmente a definição da(s) hipótese(s).

Assim, esse alinhamento entre problema, objetivo, teoria e hipótese, de forma coesa e sem desvios, facilita a compreensão do estudo, além de atender os preceitos do polo teórico, e contribuir com o avanço científico na área de contabilidade e afins.

Relativo à análise do polo epistemológico, a Tabela 4 evidencia a frequência com que foram utilizados os quadros de referência pelos artigos analisados.

Tabela 4 – Abordagem epistemológica na área de contabilidade

Método	Frequência absoluta	Frequência %
Dialética	3	2,7
Fenomenologia	9	8,2
Quantificação	78	70,9
Método hipotético-dedutivo	-	-
Não identificado	20	18,2
Total	110	100

Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto às categorias epistemológicas dos trabalhos de contabilidade, predominou a quantificação dos estudos, por meio do uso de métodos quantitativos, com apoio de análises estatísticas do problema de pesquisa, buscando estabelecer regularidades entre os fenômenos estudados, proporcionando relações entre os elementos observados. Cada trabalho nesta categoria utilizou algum tratamento quantitativo nas análises dos dados.

Os trabalhos que não utilizaram o método da quantificação lançaram mão de técnicas de análise dos problemas enquadradas dentro de estrutura puramente qualitativa, na maioria estudos de caso e multicasos, pesquisa bibliográfica e observação.

Chamou a atenção a não identificação de trabalhos enquadrados no método hipotético-dedutivo, sendo um método mais característico de pesquisas experimentais, com controles rigorosos. Bem como a quantidade de trabalhos que não foi possível classificar em nenhuma categoria referencial do polo epistemológico, talvez pela ausência de pertinência entre a problemática e uma solução adequada para o problema.

Um dos pontos que mereceu atenção foi a construção do problema ou problemática de pesquisa e do objeto de estudo. Sendo considerado o ponto de partida de uma investigação científica, o problema do estudo precisa de cuidado quanto à sua apresentação, que equivale à construção do objeto do estudo. Dos 110 artigos analisados, somente 29 apresentaram o problema de forma direta, na forma interrogativa, seguinte a uma contextualização ou problematização sobre o tema da pesquisa.

A maioria dos estudos, 75, apresentaram a questão da pesquisa por meio de uma problemática contextualizada, sem estabelecer uma questão interrogativa de forma direta, construindo um objeto de estudo. Um aspecto negativo observado foi que em 6 trabalhos analisados não foi possível compreender a construção do objeto do estudo, pois não foi verificada uma problemática para eles, condizente com o objeto de estudo, ou não ficou claro no texto, carecendo de uma problematização de pesquisa de forma eficaz.

Assim, verifica-se que, no geral, quase todos os artigos analisados se preocuparam com o atendimento dos preceitos do polo epistemológico, buscando explicitar a problemática do tema em estudo e produzir o objeto científico da pesquisa. Contudo, dentre esses, na maioria, não ficou claro o atendimento de questões quanto à causalidade, fundamentada na interação entre os elementos, e a validação dos resultados foi observada naqueles que definiram e testaram hipóteses de pesquisa.

Outro fato que chamou atenção foi que dentre os artigos que apresentaram problemas de pesquisa na forma interrogativa, alguns desses estabeleceram mais de uma questão de pesquisa, alguns com até 4 questões de pesquisa. Cabe aqui uma análise sobre o problema de pesquisa, que deve partir de uma inquietação individual do pesquisador, e não plural, dando cientificidade ao estudo ao privilegiar a construção de um objeto de estudo, apresentado na forma de um problema de pesquisa e não de vários num único relatório científico. Nesse caso, estudos com mais de um problema de pesquisa fica prejudicado quanto ao atendimento do polo epistemológico e suas consequências para o estudo.

Em 5 artigos não foi identificado nenhum objetivo para o estudo, seja de forma expressa ou latente. E dentre os que apresentaram objetivo(s), em alguns foram observadas a presença de 3 ou 2 objetivos, mas na maioria (93) um único objetivo de pesquisa, que é o que se espera, um problema de pesquisa seguido de um objetivo central traçado para o estudo.

A maioria dos estudos conseguiu definir e alinhar as dimensões epistemológica e teórica, atingindo critérios e níveis de coesão científicos que os permitem apresentar conclusões com suporte nos polos epistemológicos.

Buscou-se verificar também nos artigos que definiram hipótese(s), se os autores repetiram os resultados dos testes das hipóteses ou parte deles nas considerações ou conclusões dos trabalhos, além de apresentarem as análises no espaço próprio de discussão dos resultados. Observou-se que em parte dos artigos (22), as análises dos testes das hipóteses se concentraram exclusivamente no espaço próprio de apresentação e discussão dos resultados, não mais se repetindo nas conclusões ou considerações finais. Já em outros (27), utilizaram-se do espaço destinado às considerações ou conclusões para apresentar novamente parte dos resultados das hipóteses testadas, além de alguns desses repetir o objetivo da pesquisa, a amostra/população do estudo, os procedimentos e as técnicas

adotadas nas análises, ou seja, usando o espaço destinado para concluir ou fazer as considerações finais para repetir o que já foi apresentado anteriormente no relatório escrito, deixando de concentrar-se no relato final para fazer o fechamento da pesquisa, suas implicações, avanços e, principalmente, para apresentar a resposta ao problema ou problemática investigada.

Nesse contexto de apresentação das respostas ao problema de pesquisa, verificou-se ainda nas considerações finais ou conclusões, que na maioria dos artigos ficou clara a resposta para o problema de pesquisa, de forma coesa, atendendo os critérios de cientificidade, suportada pelas dimensões teórica e epistemológica necessárias do relatório científico. No entanto, em outros trabalhos, a resposta, de forma coesa e inteligível, não pôde ser verificada com clareza e cientificidade.

Apenas em um dos 49 artigos que definiram hipótese(s) não foi realizado nenhum teste estatístico sobre sua hipótese, o que causa estranheza a análise da hipótese sem passá-la por uma técnica estatística para validá-la ou não, prejudicando a questão da falseabilidade da hipótese. Os demais trabalhos aplicaram algum teste estatístico sobre as hipóteses.

Dentre os 48 artigos que aplicaram de testes para as hipóteses, foi observado que em 3 trabalhos todas as hipóteses construídas foram rejeitadas após a aplicação de testes estatísticos; em 18 trabalhos apenas parte das hipóteses definidas foram rejeitadas; e nos outros 27 trabalhos todas as hipóteses previstas foram suportadas ou não rejeitadas após a aplicação de testes estatísticos. Verificase a predominância dos achados em corroborar a hipótese prevista, com base em teorias e estudos anteriores, seguindo resultados na mesma linha, não falseando hipóteses, para a construção de novas teorias.

Espera-se que a construção do conhecimento científico ocorra com testes, validação, verificação e falsificação de estudos anteriores, a fim de fazer avançar o conhecimento a partir do estado da arte que se encontra, permitindo o nascimento de novas teorias que expliquem melhor os fatos e fenômenos contábeis vigentes. Nesse sentido, buscou-se analisar epistemologicamente também se a produção científica na área de Contabilidade e afins está promovendo o avanço do conhecimento científico por meio de verificação de estudos anteriores, ou mesmo de teorias, por seus pesquisadores.

Foi observado apenas em 12 estudos o falseamento de forma parcial e discreta de estudos anteriores, em uma parte dos achados, com base nos testes de hipóteses, contestando de forma parcial e tímida estudos já publicados. Não foi observado em nenhum deles o falseamento completo ou contestação de resultados de estudos anteriores ou de uma teoria vigente com base na integralidade dos achados. Os demais 98 artigos, na maioria das vezes, corroboraram estudos anteriores ou fundamentaram seus achados em teorias vigentes, alinhando-se a estes, em outros casos, numa minoria destes, simplesmente silenciaram quanto à comparação com resultados de estudos anteriores

ou com teorias vigentes, não fazendo nenhuma menção ou análise corroborando ou contestando estudos anteriores, o que não agrega evolução para o conhecimento científico, pois se espera que a ciência parta de seu estado da arte para a evolução, a partir da comparação com o estágio de estudos já publicados.

Portanto, de modo geral, os estudos na área de contabilidade e afins não estão promovendo o falseamento de teorias e estudos anteriores, permanecendo os conceitos e teorias estagnados na área sem o avanço da contabilidade como ciência social. Como certificado por Lima, Gerigk e Ribeiro (2016), os preceitos popperianos de cientificidade não vêm sendo empregados nas pesquisas em Contabilidade, e que as teorias existentes e os estudos anteriores conduzem as pesquisas nesta área do conhecimento.

6.2 ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DAS PESQUISAS EM ECONOMIA

Relativo à análise do polo teórico, a Tabela 5 evidencia a frequência com que foram utilizados os quadros de referência pelos artigos analisados.

Tabela 5 – Abordagem teórica na área de economia

Quadro de referência	Frequência absoluta	Frequência %
Positivismo	93	92,07
Compreensão	1	1,00
Funcionalismo	3	2,97
Estruturalismo	0	0
Não identificado	4	3,96
Total	101	100

Fonte: elaborado pelos autores.

A quase totalidade dos trabalhos em economia adotou uma postura teórica positivista, visando estabelecer regras gerais para a realidade dos fenômenos econômicos a partir dos objetos criados e relações entre variáveis. Observou-se em todos os artigos enquadrados nessa classificação o uso de algum método quantitativo para testar hipóteses, seja esta relacionada à problemática ou à validação dos procedimentos técnicos escolhidos.

Das pesquisas positivistas da área de economia, em apenas 37% dos casos os autores evidenciaram alguma hipótese a ser testada. Desses, somente em 3 houve a formulação de mais de uma hipótese, sendo que um deles se identificou 15 hipóteses. Contatou-se que 4 artigos não usaram o quadro de referência positivista. Em um deles identificou-se a tentativa de compreensão das significações internas de comportamento, explicitado na forma de resenha de uma obra específica. Em outros três, predominou a discussão normativa e o impacto desta na vida social.

Na classificação denominada “Não identificado” estão os artigos destinados à validação ou à proposição de uma nova técnica matemática. Desse modo, em face de o conteúdo ser extremamente abstrato, não foi possível categorizá-los em nenhum dos quadros.

Em referência ao polo epistemológico, as pesquisas em economia utilizam métodos de quantificação, hipotético-dedutivo ou ambos. Conforme Botelho (2012), é na tentativa de explicação do fenômeno pesquisado, baseado num problema, que surge a hipótese.

Nesse diapasão, é oportuno ressaltar a dificuldade de identificar o método hipotético-dedutivo, uma vez que nem o problema nem a hipótese são evidenciados na maioria dos trabalhos, ou seja, tanto a formulação da hipótese como os testes a ela relacionados ficam subtendidos e, muitas vezes, envoltos pela própria quantificação.

Para contornar esse fato, buscou-se identificar se o autor utilizou uma lógica dedutiva a partir dos fatos, ainda que não lastreados em uma hipótese evidenciada. Ainda assim, a análise restou prejudicada por não ser possível perceber essa lógica, situação que foi classificada como “Não identificado”.

Dessa forma, conforme destaca Botelho (2012), a partir da dedução dos fatos relacionados à hipótese, é possível testá-los ou falseá-los, sendo passível de invalidação a qualquer momento que um novo fato surja. Os resultados relacionados ao polo epistemológico estão dispostos na tabela 6 a seguir:

Tabela 6 – Abordagem epistemológica na área de economia

Métodos	Frequência absoluta	Frequência %
Fenomenologia	0	0
Dialética	0	0
Quantificação	57	56,4
Método hipotético-dedutivo	2	2,0
Quantificação e Método hipotético-dedutivo	22	21,8
Não identificado	19	19,8
Total	101	100

Fonte: elaborado pelos autores.

Dos artigos analisados, não foram identificados métodos compatíveis à fenomenologia e à dialética. Vê-se que os trabalhos em economia têm um método bastante homogêneo, pautado pela quantificação. Dentre os trabalhos não quantitativos, em apenas 2 havia uma lógica hipotético-dedutiva, caracterizada pela discussão de uma hipótese, também implícita, por meio da argumentação. Ademais, a maioria evidenciou as suas verdades provisórias, ficando clara a rejeição ou não em relação a uma teoria determinada.

6.3 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PESQUISAS DE CONTABILIDADE E DE ECONOMIA

Apesar de a maioria dos estudos não se filiarem a uma teoria propriamente dita, o fazem por meio de estudos anteriores. Assim, a falseabilidade aqui analisada considerou tanto as hipóteses testadas em face de uma teoria ou de estudos anteriores, sobre o qual se chegou à seguinte conclusão, ilustrada na tabela 7 a seguir.

Tabela 7 – Falseabilidade entre das pesquisas em Contabilidade e Economia

Falseabilidade	Contabilidade	Economia
Falseiam Teorias ou estudos anteriores (total ou parcialmente)	12	19
Corroboram Teorias ou estudos anteriores	98	55
Não identificado	0	27
Total	110	101

Fonte: elaborado pelos autores.

Destaca-se a quantidade de estudos nos quais não foi possível identificar o falseamento, seja por falta de identificação de hipótese formulada ou de uma teoria ou referencial de estudos anteriores. Não raramente, os estudos em economia utilizam o suporte teórico para contextualizar o estudo proposto e não para utilizá-los como parâmetro de teste.

Assim, os artigos publicados carecem de uma maior evolução da ciência a partir dos testes e verificação das hipóteses definidas com base em teoria que fundamente o estudo, como respostas provisórias, testáveis, dos problemas de pesquisas estabelecidos a partir da construção do objeto de estudo, assim como ainda são tímidos em buscar o falseamento de estudos anteriores ou de teorias vigentes, como forma de evoluir o conhecimento científico.

Como observa-se, as pesquisas, tanto na área de contabilidade como de economia, de modo geral, não vêm promovendo o falseamento de teorias e estudos anteriores, permanecendo os conceitos e teorias estagnados na área sem o avanço da contabilidade como ciência social. Desse modo, os preceitos popperianos de cientificidade não vêm sendo atendidos.

As conclusões corroboram com a afirmação de Lima, Gerigk e Ribeiro (2016), para os quais as pesquisas na área de contabilidade no Brasil, visto que vêm se estruturando cada vez mais, deveriam contribuir de maneira ativa no desenvolvimento de pesquisas com a finalidade de aplicar, testar e contrapor as teorias que alicerçam a área com as diversas realidades empíricas para que ocorra a evolução teórica da área.

Nesse contexto, assim como evidenciaram Cardoso et al. (2005) e Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2009), observa-se que a produção científica na área de contabilidade ainda tem pouca representatividade, se comparadas às outras áreas de estudo, como a própria economia.

Desta feita, conclui-se com base nos artigos analisados que, embora as pesquisas em economia falseiem mais do que as de contabilidade, a maioria dos trabalhos não falseiam as hipóteses formuladas ou, no caso da economia, sequer as utilizam como parâmetro de teste.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na proposta do presente estudo epistemológico, focado na análise dos polos teóricos e epistemológico das pesquisas em contabilidade e economia no Brasil, e na busca de identificar se as ciências estão, de fato, promovendo a construção e reconstrução do conhecimento científico em ambas as áreas, de modo geral, não foram encontradas novidades ao se comparar com outros estudos similares, visto que verificou-se a ausência da falseabilidade de teorias, com o objetivo de promover o avanço das ciências.

No geral, os artigos publicados na área de Contabilidade e afins carecem de promover uma maior evolução da ciência a partir dos testes e verificação das hipóteses definidas com base em teoria que fundamente o estudo, como respostas provisórias, testáveis, dos problemas de pesquisas estabelecidos a partir da construção do objeto de estudo, assim como ainda são tímidos em buscar o falseamento de estudos anteriores ou de teorias vigentes, como forma de evoluir o conhecimento científico. O que corrobora às conclusões de Lima, Gerigk e Ribeiro (2016), que as pesquisas na área de contabilidade no Brasil, visto que vêm se estruturando cada vez mais, deveriam contribuir de maneira ativa no desenvolvimento de pesquisas com a finalidade de aplicar, testar e contrapor as teorias que alicerçam a área com as diversas realidades empíricas para que ocorra a evolução teórica da área.

Nesse contexto, assim como evidenciaram Cardoso et al., (2005) e Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2009), observa-se que a produção científica na área de contabilidade ainda tem pouca representatividade, se comparadas às outras áreas de estudo, como a própria Economia. Verifica-se o domínio de estudos positivistas e o aumento de pesquisas empíricas, mudando o paradigma da pesquisa contábil até antes à década de 90 (THEOPHILO; IUDÍCIBUS, 2009).

Os artigos analisados seguem a mesma tendência dos achados de estudos anteriores, na maioria das vezes corroborando-os, não criticando resultados anteriores e não refletindo numa postura falsificacionista, conquanto as pesquisas em economia ainda falseiam mais do que as de contabilidade.

Espera-se com esse estudo apresentar o estado da arte das pesquisas em Contabilidade e Economia, e as contribuições que ambas estão fazendo para a ciência, motivando pesquisadores e estudiosos a passarem a desenvolver pesquisas que de fato mude o rumo das pesquisas científicas em

ambas a áreas, no sentido de sempre fazer evoluir a ciência a partir da descoberta de novas teorias e novos conceitos.

REFERÊNCIAS

BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, n. 2, 1968, p.159-178.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. Paris: Presses universitaires de France, 1977.

BEAVER, W. The information content of annual earnings announcements. Empirical research in accounting: selected studies. **Journal of Accounting Research**, v. 6 (Suppl.), p. 67-92, 1968.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica de pesquisa em ciências sociais: os polos da prática epistemológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUNGE, M. **Epistemologia: curso de atualização**. Tradução de Cláudio Navarra. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

BOTELHO, D. R. **Epistemologia da pesquisa em contabilidade internacional: enfoque cultural-reflexivo**. 174 f. 2012. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis– Universidade de Brasília–UNB, Brasília, DF, Brasil, 2012.

CARDOSO, R. L., MENDONÇA, O. R., NETO RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p, 43-55, 2005.

CARDOSO, R. L.; OYADOMARI, J. C. T.; MENDONÇA NETO, O. R. de. A influência da positive accounting nos programas de mestrado em contabilidade: uma análise bibliométrica da produção acadêmica de 2002 a 2005. **Brazilian Business Review**. v. 4, n. 2, p. 158-170, 2007.

COELHO, A. C.; SOUTES, D. O.; MARTINS, G. D. A. Abordagens Metodológicas na Área “contabilidade para usuários externos” – ENANPAD: 2005-2006. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 4, n. 1, p. 18–37, 2010.

CUNHA, P. R. Da; RAUSCH, R. B.; CUNHA, J. V. A. Da. Contabilidade internacional: uma análise metodológica e técnica das pesquisas publicadas no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e na Revista de Contabilidade & Finanças da USP. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 3, p. 116–131, 2010.

FARIAS, M. R. S.; FARIAS, K. T. R. O papel epistemológico da teoria e sua importância para o avanço da pesquisa científica em contabilidade. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, São Paulo, 2010.

_____. Papel epistemológico da teoria e pesquisa em contabilidade. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 3, p. 121–135, 2014. Disponível em:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/24563>.

FOUCAULT, Michel. **Les mots et les choses**. Paris, Gallimard, 1966.

IKUNO, L. M.; NIYAMA, J. K. Uma análise epistemológica das pesquisas em contabilidade internacional: um estudo em periódicos internacionais de língua inglesa. **Revista Ambiente Contábil**, v. 7, n. 1, p. 109, 2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 38, p. 7-19, 2005.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

KROENKE, A.; SÖTHER, A.; BEZERRA, F. A. Evolução do conhecimento contábil nos artigos científicos da revista de contabilidade e finanças sob a visão epistemológica de Ludwik Fleck. **Enfoque: reflexão contábil**, v. 30, n. 2, 2011.

LIMA, I. V. de; GERIGK, W.; RIBEIRO, F. A falseabilidade de Popper nas pesquisas em contabilidade no Brasil de 2009-2014. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 55, n. 72, p. 123–148, 2016.

LOPES, A. B. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Pioneira, 2002.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo, Atlas, 2005.180 p.

MACHADO, D. D. Q.; MATOS, F. R. N.; SENA, M. A. C. de; BAPTISTA, M. M. O Modelo Metodológico Quadripolar de Bruyner, Herman e Schoutete e as Pesquisas Qualitativas de Fenômenos Sociais. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, p. 276–285, 2016.

MARTINS, Eliseu. Normativismo e/ou positivismo em contabilidade: qual o futuro? **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 39, p. 3-3, 2005.

MARTINS, G. A. **Epistemologia da pesquisa em administração**. Tese de livre docência. São Paulo, 1994. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDONÇA NETO, O. R. de; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. Dez anos de pesquisa contábil no Brasil: análise dos trabalhos apresentados nos ENANPADs de 1996 a 2005. **Revista de administração de empresas - RAE**, v. 49, n. 1, 2009.

MORAES, J. et al. Uma proposição epistêmica quadripolar do constructo empreendedorismo. **Revista de Gestão - REGE**, v. 22, n. 4, p. 545-564, 2016.

MOSER, Alvino. Tendências epistemológico-teóricas da pesquisa educacional. **Educar em Revista**, n. 6, p. 87-99, 1987.

PAULA, João Antônio de et al. Conhecimento e interesse em economia. **Estudos Econômicos**, v. 33, n. 3, p. 559-595, 2003.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. **Hegemonia às avessas. São Paulo: Boitempo**, p. 109-136, 2010.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Edusp. 1975.

RESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.

SILVA, S. A. de L. e; SANT'ANA, N. L. dos S.; MENEZES, J. P. C. B.; PAULA, J. S. de; CHAIN, C. P. Métodos E Técnicas Quantitativas Em Contabilidade E Finanças : Uma Análise Sob a Ótica Do Software R. **Pensar Contabil**, v. 19, n. 68, p. 37-46, 2017.

SOUSA, E. DA S.; RODRIGUES JÚNIOR, M. S. R.; COELHO, A. C. Abordagens morfológica e metodológica na produção científica sobre ensino e pesquisa em administração. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 20, 2017. **Anais...**São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

SOUZA, I. G. A. **Uma análise das abordagens epistemológicas e metodológicas da pesquisa contábil no programa do mestrado multiinstitucional em Ciências Contábeis**. Distrito Federal, 2005. Dissertação de mestrado, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UnB, UFPB, UFPE e UFRN, Brasília, DF, Brasil.

THEÓPHILO, C.R. **Uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade**. São Paulo, 2000. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

THEÓPHILO, C. R. **Pesquisa em contabilidade no Brasil: uma análise crítico-epistemológica**. São Paulo, 2004. 2004. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

THEÓPHILO, C. R.; IUDÍCIBUS, S. de. Uma análise Crítico-Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil. **UnB Contábil**, v. 8, nº 2, Jul/Dez, 2005.

THEÓPHILO, C.R.; IUDÍCIBUS, S. de. Uma análise crítico-epistemológica da produção científica em contabilidade no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, n. XXIX, p. 147-175, 2009.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **Accounting review**, p. 131-156, 1990.

ZIMMERMAN, J. L. WATTS, R. L. **Positive accounting theory**. Prentice-Hall contemporary topics in accounting series, 1986. 388 p.

Capítulo 3

APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE SHARPE PARA DEFINIR PERFIS DE INVESTIDORES

ELIAS PEREIRA LOPES JÚNIOR

Universidade Federal do Cariri (UFCA) | E-mail: elias.junior@ufca.edu.br

JOÃO MARCOS FRAGA DE ALMEIDA

Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) | E-mail: joaomarcosfraga@hotmail.com

RESUMO

Existem diversas barreiras às quais o investidor iniciante se depara, entre elas, a falta de conhecimento a respeito do mercado de ações ou mesmo não estar provido de ferramentas que o auxiliem na tomada de decisão. Nesse contexto, o objetivo dessa monografia é aplicação do Índice de Sharpe como um método de identificação inicial a respeito de qual perfil se encaixam os investidores que dele fizerem uso. O estudo foi feito por meio de pesquisa bibliográfica, coleta de dados e processamento em planilhas eletrônicas. Os dados coletados foram os retornos históricos de uma amostra de ações da bolsa brasileira e sobre essa amostra foi aplicado o Índice de Sharpe. O indexador escolhido foi índice Bovespa do período e os resultados obtidos foram alocados em três perfis de investidores conforme a amplitude entre eles. Por fim, foi feita uma comparação de desempenho entre todas as carteiras decorrentes da amostra e o próprio Ibovespa. É de suma importância destacar que os resultados aqui obtidos não vinculam os leitores a formarem opinião e muito menos selecionar ou acrescentar esses ativos em novas carteiras. É de inteira responsabilidade dos investidores todo e qualquer manuseio do método aqui exposto, assim como todas as projeções e resultados futuros.

Palavras-chave: Perfil de investidores. Índice Sharpe. Ações.

1 INTRODUÇÃO

Empregar recursos em iniciativas como ingressar em uma universidade, abrir o próprio negócio ou adquirir títulos da dívida pública são meios para, daqui a algum tempo, se atingir uma situação econômica mais confortável. Ao investir em si mesmo, você está gastando tempo e dinheiro na expectativa de que irá alcançar uma posição financeira mais elevada no futuro (REILLY; NORTON, 2008).

São denominados de agentes superavitários os indivíduos ou instituições que possuem excedente de recursos financeiros e o disponibilizam aos agentes deficitários (indivíduos ou instituições carentes de recursos) mediante acordo de recebimento de juros. Instituições especializadas, nesse cenário, prestam serviço de intermediação financeira, na qual a operacionalização ocorre da seguinte maneira: as intermediadoras captam o excedente monetário dos agentes superavitários e disponibilizam aos agentes carentes de recursos, suprindo-lhes as necessidades financeiras (PINHEIRO, 2008).

Figurando no polo deficitário (agentes carentes de recursos), sociedades anônimas negociam

participação no seu capital para obterem recursos necessários à expansão dos negócios. É através do mercado de ações que as sociedades anônimas captam recursos indispensáveis ao crescimento de seu patrimônio e à elevação de sua capacidade negocial, garantindo aos seus acionistas a remuneração devida quanto aos resultados futuros (FORTUNA, 2015).

Assim como outros papéis, sobretudo por serem investimentos de renda variável, as ações estão sujeitas a um grau mais elevado de risco. Isso significa que há maior possibilidade de seu retorno não atender às expectativas quando da época de aquisição ou, pior ainda, de resultarem em retorno negativo. Investidores que são avessos ao risco evitam investimentos de alto risco, por isso exigem taxas de retorno mais elevadas para compensar uma possível perda (BRIGHAM; HOUSTON, 1999). Estando o investidor no mercado de ações, deve ele, por presunção lógica, buscar o máximo retorno possível de seu investimento dentro do nível de risco que ele aceita.

Segundo Markowitz (1952), o processo de seleção de carteiras possui duas etapas. A primeira etapa é iniciada com a observação e experiência e termina com uma opinião a respeito do desempenho futuro dos papéis disponíveis. Em seguida, a segunda etapa parte dessa opinião do desempenho futuro dos papéis disponíveis e é concluída com a escolha de uma carteira.

Esta pesquisa baseou-se na segunda etapa descrita acima e, diante da existência dos mais variados perfis de investidores, tomando-se como parâmetro o nível de risco aceitável e o retorno a ele atrelado, torna-se relevante instituir a seguinte pergunta: como aplicar o Índice de Sharpe em uma carteira de ações para definir perfis de investidores?

Buscando solucionar a questão abordada, esta obra tem como objetivo geral sugerir a aplicação do Índice de Sharpe em uma carteira de ações com o propósito de definir perfis de investidores. O Índice de Sharpe é um dos métodos mais utilizados na avaliação de investimentos e a amostra de ativos deve possibilitar ao investidor diferentes alternativas para sua tomada de decisão. Para chegar a esse resultado, adotou-se a formulação de um Problema de Pesquisa Operacional, proposto por Gonçalves Junior, Pamplona e Montevechi (2002), com uso de planilhas eletrônicas. O método é dividido em 3 partes: (1) definição das variáveis de decisão, (2) definição das limitações ou restrições e (3) definição da função objetivo. Como função objetivo, entende-se a aplicação do Índice de Sharpe para definição de perfis de investidores.

Por visar a oferecer maiores esclarecimentos e possibilidade de adaptação ao uso de planilhas eletrônicas, o trabalho justifica-se por proporcionar maior segurança a investidores ativos e potenciais no mercado de ações e oferece, até mesmo àqueles que possuem pouco conhecimento a respeito do tema abordado, uma visão prática e uso simplificado do processo de seleção de carteiras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Brigham e Houston (1999), espera-se que todo ativo financeiro gere fluxos de caixa, sendo seu grau de risco avaliado em função da medida de risco dos seus respectivos fluxos de caixa. Além disso, pode-se analisar o grau de risco de um ativo sobre duas vertentes: risco isolado e risco de carteira, sendo aquele referente a um fluxo de caixa analisado isoladamente e, na hipótese do risco de carteira, seus fluxos de caixa serão combinados com outros fluxos de diversos ativos e a análise recairá sobre a consolidação.

Para Neves (2007), estima-se o risco de um ativo sobre dois pilares complementares: (1) risco não sistemático, o qual, por ser inerente a um ativo específico, pode ser eliminado através da diversificação; (2) risco sistemático, sendo este o reflexo de grandes instabilidades na conjuntura econômica interna e externa, determinado por eventos políticos e sociais advindos principalmente do Estado.

Um ativo que tenha alto grau de risco de mercado só será considerado um investimento atraente aos investidores caso tenha uma taxa de retorno esperado relativamente alta se comparada ao risco (BRIGHAM; HOUSTON, 1999). A seguir serão abordados alguns tópicos que são relacionados a investimentos.

2.1 DISTRIBUIÇÃO DE PROBABILIDADES

Define-se probabilidade de um evento como a possibilidade de ocorrência deste evento, estando ele listado no conjunto de resultados. Ao conjunto de todos os resultados possíveis, desde que todos tenham probabilidade de ocorrência, dá-se o nome de distribuição de probabilidades (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

Trazendo a distribuição de probabilidades para o contexto do mercado de ações, Brigham e Houston (1999) destacam que quanto menor for a probabilidade de ocorrência de resultado positivo de um papel, maior deverá ser sua taxa de retorno esperada.

2.2 RETORNO ESPERADO DE UM ATIVO

Brum (2008) destaca que o retorno esperado de um ativo coincide com a expectativa de retorno que tem o investidor, dado um período futuro. No cálculo, são postos os retornos históricos das ações de uma empresa na aplicação de medidas de tendência central, sendo, comumente, a média aritmética. Brigham e Houston (1999) corroboram com Brum (2008) e acrescentam o elemento Condição Econômica como um fator determinante para se obter uma mensuração mais precisa da taxa de retorno esperada.

Para encontrar a taxa de retorno esperada de um ativo, é preciso multiplicar cada resultado possível por sua probabilidade de ocorrência e então somar todos os produtos (BRIGHAM; HOUSTON, 1999). Os pesos são as probabilidades e a taxa de retorno esperada (E) é representada pela média ponderada e pode ser expressa através da seguinte equação.

Figura 1: Taxa de retorno esperada

$$E = P_1.k_1 + P_2.k_2 + P_3.k_3 + \dots + P_n.k_n$$

ou

$$E \sum_{i=1}^n (P_i K_i)$$

Fonte: Adaptado de Brigham e Houston (1999).

Sendo k_i o i -ésimo resultado possível, P_i a probabilidade do i -ésimo resultado e n a quantidade de resultados possíveis. Sendo assim, (E) é a média ponderada dos possíveis resultados e o peso de cada um deles é a sua probabilidade de ocorrência.

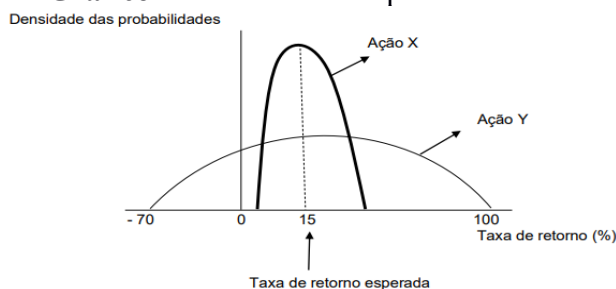
Tabela 1 - Taxas de retorno sobre condições econômicas

Condição econômica	Probabilidade de ocorrência	Ação X		Ação Y	
		Taxa de retorno	Produto	Taxa de retorno	Produto
Expansão	0,3	100%	30%	20%	6%
Normal	0,4	25%	6%	15%	6%
Recessão	0,3	-70%	-21%	10%	3%
		E	15%	E	15%

Fonte: Adaptado de Brigham e Houston (1999).

Apesar de ambos investimentos expressarem a mesma taxa de retorno esperada, a Ação Y se mostrou menos volátil, uma vez que os resultados possíveis estão mais próximos um do outro. Na prática, o conjunto de retornos possíveis se dá em um intervalo de números reais, sendo melhor exemplificado em gráficos de parábola, na qual pode-se perceber visualmente que os prováveis resultados da Ação X estão bem mais próximos quando comparados com as possibilidades dos resultados da Ação Y (GRÁFICO 1).

Gráfico 1: Densidade das probabilidades



Fonte: Adaptado de Brigham e Houston (1999).

2.3 O DESVIO PADRÃO

Para se obter maior eficiência na análise dos dados, é necessário adotar uma medida de estreitamento da distribuição de probabilidades. Portanto, faz-se relevante adotar o desvio padrão para tornar essa medida ainda mais clara.

Brigham e Houston (1999) sugerem o cálculo em 4 etapas:

- 1) Calcula-se a taxa de retorno esperada:

$$E \sum_{i=1}^n (P_i K_i).$$

- 2) Subtrai-se a taxa de retorno esperada (E) de cada resultado possível (k) a fim de obter um grupo de desvios em relação a (k):

$$\text{Desvio} = k_i - E$$

- 3) Eleva-se cada desvio ao quadrado e multiplica o valor resultante pela probabilidade de ocorrência do resultado a ele atrelado.

- 4) Feito isso, basta somar os produtos para se chegar à variância da distribuição de probabilidades:

$$\text{Variância} = \sigma^2 = \sum_{i=1}^n (k_i - k)^2 P_i$$

- 5) Por último, o desvio padrão é igual à raiz quadrada da variância:

$$\text{Desvio padrão} = \sigma = \sqrt{\sum_{i=1}^n (k_i - k)^2 \cdot P_i}$$

2.4 RISCO ISOLADO

Sendo um elemento inerente aos investimentos, risco é a possibilidade de não se atingir as metas de investimento devido à impossibilidade de prever os resultados futuros, ou seja, o retorno esperado de um ativo tem caráter de volatilidade, demonstrando incerteza sobre sua existência e quantificação ao longo do tempo (REILLY; NORTON, 2008).

Brum (2008) propõe a volatilidade dos retornos históricos como inerente à mensuração do risco. Além disso, tal volatilidade é mensurada pelo desvio padrão da amostra que compõe esses retornos.

A relação entre risco e retorno se baseia na hipótese de que não existirá investimento a não ser que a taxa de retorno esperada seja suficientemente alta a ponto de compensar o risco a que o investidor esteja disposto a correr (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

2.5 RETORNO DE CARTEIRA

O retorno esperado de uma carteira é igual à média ponderada dos retornos esperados dos ativos individuais e os pesos representam as frações do total da carteira investida em cada ativo (BRIGHAM; HOUSTON, 1999). Para ilustrar, tem-se na Tabela 2 um exemplo prático de retorno de uma carteira.

Tabela 2: Exemplo de retorno de carteira

	Percentual de investimento	Retorno esperado
Ação A	22	12%
Ação B	35	15%
Ação C	18	21%
Ação D	25	18%

Fonte: própria pesquisa.

O cálculo foi realizado da seguinte maneira:

$$R = c1.E1 + c2.E2 + c3.E3 + c4.E4$$

$$R = 22.12\% + 35.15\% + 18.21\% + 25.18\%$$

$$R = 16,17\%$$

No cálculo acima, foi tomado como valor base R\$ 100,00 e dividido entre quatro opções de ativos, sendo distribuídos R\$ 22,00 na ação A (22%), R\$ 35,00 na ação B (35%), R\$ 18,00 na ação C (18%) e R\$ 25,00 na ação D (25%). Logo após, foram aplicados os percentuais de retorno esperado sobre cada uma delas e o resultante da soma é R\$ 16,17 ou 16,17% de retorno esperado.

Apesar de os valores acima não refletirem com 100% de acerto os retornos futuros, é possível chegar próximo ao retorno de carteira esperado, devido à compensação de eventual perda individual com retornos superiores dos demais.

2.6 RISCO DE CARTEIRA

O risco de carteira não representa a soma do risco individual de cada ativo contido nela, assim como cada risco individual possui um comportamento diferente quando mensurado em um contexto de carteira. A inclusão de novos ativos desencadeia um processo de redução de risco decrescente, devido, principalmente, pela covariância existente entre os ativos dela (BRUM, 2008).

Brum (2008) também cita que esse processo é chamado de “diversificação” e nele é possível elevar o número de títulos de uma carteira com o fim de reduzir, de maneira decrescente, o risco total, ao ponto de, na prática, tal redução não mais ser possível pela inclusão de novos ativos.

2.7 RISCO DIVERSIFICÁVEL E RISCO DE MERCADO

O risco diversificável (não sistemático) é inerente à gestão de cada empresa e, devido a isso, é ocasionado por eventos aleatórios, tais como greves, processos judiciais, programas de marketing malsucedidos, entre outros. Por esses eventos serem aleatórios e incidirem em um ativo específico, seus efeitos negativos sobre uma carteira podem ser eliminados por conta da diversificação e o resultado negativo em uma empresa pode ser balanceado pelas demais (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

Por outro lado, tem-se o risco de mercado (sistemático). O risco de mercado está associado a eventos cujo potencial é suficiente para influenciar grandes ambientes econômicos. A exemplo, estão as guerras, a inflação, as recessões, as taxas de juros altas e todo e qualquer evento que seja capaz de gerar efeitos negativos em todos os ativos da carteira ou em pelo menos em grande parte dela, não sendo possível, portanto, eliminá-lo pela diversificação (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

2.8 PERFIS DE INVESTIDORES

Tanto as pessoas jurídicas como o investidor pessoa física possuem um nível de aceitação de risco diferente e essa medida de aceitação tem papel crucial na definição de retorno esperado. Devido a isso, alguns investidores optam por investimentos de maior retorno e, conseqüentemente, de maior risco, enquanto outros preferem aplicar seu capital em papéis que não tenham uma taxa de retorno significativamente alta para não passar por períodos de grandes oscilações de preço. De acordo com a expectativa que cada investidor possui sobre o mercado e seu respectivo grau de risco aceitável, são definidos três perfis de investidores, que, de acordo com Neves (2007), são:

CONSERVADOR: Basicamente, este tipo de investidor opta pelos tradicionais investimentos de renda fixa, cujas oscilações são baixas e os rendimentos acompanham o *benchmarking* do CDI. Os vencimentos, geralmente, são de curto prazo;

MODERADO: Possuem ligeira expectativa de ultrapassar o *benchmarking* do CDI e podem optar por aplicações passíveis de volatilidade média, preferindo índices de menores riscos. Indivíduos que possuem esse perfil estão dispostos a correr o risco de investir em fundos de Derivativos e Multimercados;

ARROJADO: expectativa já consolidada de obter rentabilidade superior ao *benchmarking* do CDI com diversificação de investimentos de alta volatilidade, tais como ações e derivativos.

Costumam possuir mais recursos financeiros que os indivíduos anteriores e são atraídos por papéis de maiores rentabilidades. Não dão muita importância a possíveis retornos negativos.

2.9 CURVAS DE INDIFERENÇA

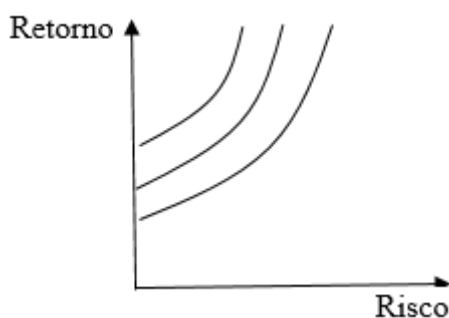
O risco isolado e o risco de carteira variam de acordo com a expectativa que cada investidor tem em obter o máximo de eficiência possível de seus investimentos, sendo mais propenso a risco aquele almeja extrair maiores retornos do mercado e vice-versa.

O foco da teoria da preferência é identificar a posição de um investidor diante das mais diversas combinações de risco e retorno existentes. Espera-se, então, que o investidor racional defina como objetivo a maximização da sua utilidade esperada (BRUM, 2008).

Ainda segundo o autor, é possível criar uma escala para classificar a preferência dos investidores dentre os ativos financeiros disponíveis, sempre com a intenção de maximizar a eficiência de seu investimento. É por meio desta escala que se chega em curvas de utilidades nas quais existem infinitas possibilidades de investimentos, e que, apesar de apresentarem riscos e retornos diferentes, em qualquer ponto da curva (s) escolhida (s), estará o ponto de maior satisfação do investidor; pode-se chamar essas curvas de utilidades de curvas de indiferença. Chamado de Mapa de curvas de indiferença, Brum (2008) apresenta um gráfico contendo curvas de indiferença postas em ordem de preferência, sendo as mais distantes preferíveis às anteriores.

No mapa, um investidor cujo perfil seja conservador tende a escolher uma curva que esteja mais próxima do eixo das ordenadas (Retorno) ou mais distante do eixo das abcissas (Risco). Investidores mais propensos a risco, pelo contrário, estão dispostos a aceitarem maiores riscos em troca de retornos menores, ou seja, tendem a se sentir satisfeitos com curvas mais distantes do eixo das ordenadas (Retorno) e mais próximas ao eixo das abcissas (Risco), como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Aceitação Risco x Retorno

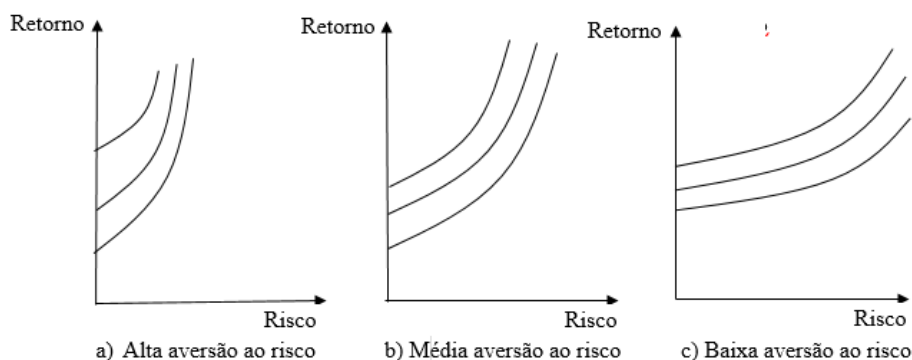


Fonte: Adaptado de Brum (2008).

Por último, existem investidores que possuem um perfil mediano quando comparados aos anteriores. Nesse caso, a curva de indiferença deles tende a demonstrar a mesma proporção de risco e retorno. Curvas desse tipo possuem praticamente a mesma distância entre ambos os eixos.

No Gráfico 3 existem diversos níveis de risco a serem aceitos a depender da inclinação da curva. De acordo com cada perfil, os investidores que possuem baixa aversão ao risco o aceitam em maiores níveis, dado o mesmo retorno médio esperado.

Gráfico 3 – Risco x Retorno baseado em perfis



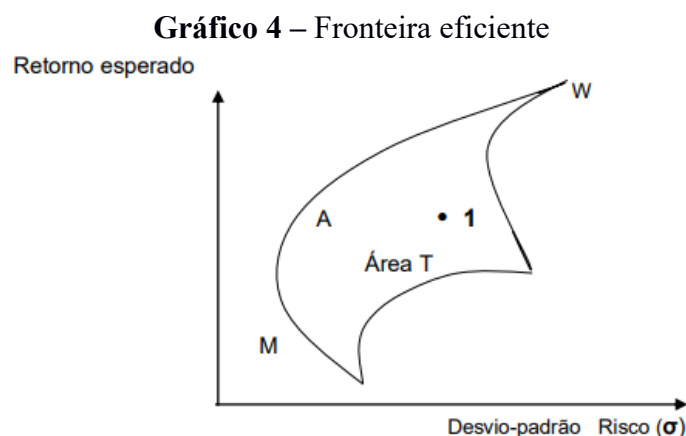
Fonte: Adaptado de Brum (2008).

2.10 FRONTEIRA EFICIENTE

Para Neves (2007), um investidor racional que busca pela máxima eficiência de uma carteira terá de optar por uma das combinações possíveis inserida no trecho MW (Gráfico 4). O seguimento MW é conhecido como fronteira eficiente e nele estão inseridas todas as possíveis carteiras a serem construídas. De acordo com o nível de risco a que o investidor aceita, ele deverá escolher aquela que melhor represente o seu perfil.

Para Markowitz (1952), um investidor que seja racional deverá escolher, para o menor nível de risco possível, a combinação que extraia o máximo de retorno esperado possível, e as possibilidades de investimento que se enquadram nestes critérios estão dispostas ao longo do seguimento MW, sendo chamadas de Markowitz de eficientes. No gráfico 4, Neves (2007) compara as carteiras A e 1 (ambas situadas na fronteira eficiente) e conclui que a carteira A apresenta menor risco, ainda que ambas possuam o mesmo retorno esperado.

Assaf Neto (2003) avalia que qualquer que seja a carteira, uma vez que esteja situada à direita da linha MW apresentará risco maior para o mesmo retorno esperado ou, ainda, para um retorno esperado menor, apresentará o mesmo nível de risco.



Fonte: Assaf Neto (2003 p. 318).

Brum (2008) considera ativo sem risco aquele que possui retorno garantido. Uma vez que o desempenho deste ativo não sofrerá alteração, o autor considera seu desvio padrão como sendo zero. E por ser o desvio padrão do ativo igual a zero, Brum (2008) apresenta a reta de mercado de capitais, a qual estabelece uma ligação entre o retorno do ativo livre de risco e o ponto em que outro de risco pertencente à carteira está situado.

2.11 ÍNDICE DE SHARPE

Segundo Brum (2008), o Índice de Sharpe é um dos mais utilizados na avaliação de investimentos por definir de forma numérica a relação Risco x Retorno de uma carteira de ativos, ou seja, o índice mostra se a rentabilidade da carteira é compatível com o risco a que ela carteira está exposta.

Através do Índice de Sharpe, o investidor pode comparar as possibilidades de investimentos e basear a tomada de decisão segundo as aplicações que tenham a melhor relação Risco x Retorno, sendo essa melhor relação demonstrada pelos maiores valores encontrados pelo o índice (BRUM, 2008). A fórmula do Índice de Sharpe é apresentada na Figura 2.

Figura 2 – Índice de Sharpe tradicional

$$IS = \frac{E(R_i) - R_f}{\sigma_c}$$

Onde:

- E (R_i) é o retorno esperado da carteira de mercado;
- R_f é o retorno do ativo livre de risco;
- σ_c é a volatilidade da carteira de mercado;

Fonte: Brum (2008, p. 34).

Para Brum (2008), a fórmula acima refere-se ao Índice de Shape tradicional, pois ela relaciona os resultados entre a carteira ou fundo que está sendo avaliado com a taxa de juros sem risco

(indexador Rf), entretanto, pode-se utilizar outros indexadores, como o próprio Ibovespa. É importante ressaltar que através desse índice não é possível obter a correlação entre os ativos, e, além disso, o que é levado em consideração na formulação do índice é o desempenho obtido pela carteira em períodos passados, não sendo aplicado para períodos futuros (BRUM, 2008).

Para Brum (2008), conforme a fórmula acima, o numerador diz qual é a rentabilidade real média, pois mostra se a média do desempenho mensal do ativo em análise ficou acima ou abaixo do indexador escolhido livremente, enquanto que o denominador expressa o desvio padrão do período e, quanto maior o desvio padrão, maior o risco. Conforme o Índice de Sharpe, não é viável investir em um ativo cujo resultado obtido seja negativo, uma vez que o próprio indexador se mostrou mais vantajoso.

Del Mar Miralles-Quiros, Miralles-Quiros e Gonçalves (2017) utilizaram o Índice de Sharpe para procurar a existência do efeito dia da semana no mercado brasileiro e, por outro lado, identificar estratégias de investimento a partir do referido efeito que pudessem resultar na obtenção de retornos superiores àqueles que poderíamos obter se recorrêssemos a uma estratégia de negociação de comprar e manter. Já o estudo de Santos e Pessoa (2017) utilizou o Índice de Sharpe para investigar o desempenho da estratégia de arbitragem estatística (*Pairs Trading*) utilizando os testes de cointegração para ações negociadas na Bovespa no período de 2003 a 2014.

O estudo de Maestri e Malaquias (2018) utilizou o Índice de Sharpe como variável dependente e tentou identificar se algumas características dos gestores e a composição de suas carteiras influenciam no desempenho dos fundos. Como resultado, a efetividade de gestão dos fundos, ou seja, os melhores retornos ajustados ao risco foram entregues por gestores menos experientes, fundos que investiram mais em renda fixa, gestores com maior quantidade de fundos e por fundos maiores.

A pesquisa de Moreira, Tavares e Malaquias (2017) analisou a relação entre o foco do gestor e a performance dos fundos de investimentos multimercados. Os resultados demonstram que o foco do gestor apresentou relação positiva com a performance dos fundos quando considerado o Índice de Sharpe. Outro resultado encontrado foi que fundos maiores e fundos pertencentes a famílias maiores apresentaram melhores indicadores de performance.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho torna-se relevante no campo científico no sentido de auxílio na elaboração de uma carteira de ações. Partindo de um modelo de fácil compreensão, o assunto pode ser explorado e posto em prática até por investidores iniciantes.

Os métodos aplicados nesta obra classificam-se como estatístico e comparativo. Segundo Marconi e Lakatos (2010), o método estatístico permite, através da redução de influência dos fatores externos a termos quantitativos, comprovar as relações dos fenômenos entre si e extrair ocorrências ou significados. Para Marconi e Lakatos (2010), por meio do método comparativo é possível deduzir os elementos abstratos, gerais e constantes de um dado e analisá-lo de maneira concreta. No tocante a este trabalho, o método comparativo fornece a análise do comportamento de cada ativo tanto pela ótica individual quanto cada um deles relacionados com os demais.

O problema elencado no estudo possui abordagem quantitativa-descritiva, a qual, para Marconi e Lakatos (2010), possui como uma das principais motivações o levantamento ou análise das características de fatos por meio de uma investigação de pesquisa. Baseado na obra de Brum (2008), este estudo se valeu da contribuição do Microsoft Office Excel, propondo as seguintes restrições: (1) Participação das ações individuais ≥ 0 ; (2) Soma das participações das ações = 100%.

Para que o objetivo proposto seja atingido, foi feita uma coleta de dados de ações aleatórias dos períodos de janeiro de 2014 a setembro de 2016 no site da BM&FBOVESPA (2016a) de dezesseis papéis de diferentes seguimentos (BM&FBOVESPA, 2016b) e todos pertencentes ao Índice Bovespa, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Segmentos por ativos

EMPRESA	SEGMENTO	CÓDIGO
AMBEV	CERVEJAS E REFRIGERANTES	ABEV3
AMERICANAS	PRODUTOS DIVERSOS	LAME4
BRDESCO	BANCOS	BBDC4
BRASIL FOODS	CARNES E DERIVADOS	BRSF3
CIELO	SERVIÇOS FINANCEIROS DIVERSOS	CIEL3
CETIP	SERVIÇOS FINANCEIROS DIVERSOS	CTIP3
EMBRAER	MATERIAL AERONÁUTICO E DE DEFESA	EMBR3
ESTÁCIO	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	ESTC3
FIBRIA	PAPEL E CELULOSE	FIBR3
HYPERMARCAS	PRODUTOS DIVERSOS	HYPE3
ITAÚ	BANCOS	ITUB4
LOCALIZA	ALUGUEL DE CARROS	RENT3
LOJAS RENNER	TECIDOS. VESTUÁRIO E CALÇADOS	LREN3
PÃO DE AÇÚCAR	ALIMENTOS	PCAR4
QUALCORP	SERV. MÉD. HOSPIT. ANÁLISES E DIAGNÓSTICOS	QUAL3
VALE	MINERAIS METÁLICOS	VALE3

Fonte: BM&FBOVESPA (2016b).

Os cálculos do retorno médio e desvio-padrão foram feitos pelo Excel através das fórmulas [=MÉDIA] e [=DESVPAD.A], respectivamente. Para se chegar ao Índice de Sharpe, foi dividida a média pelo desvio padrão [=MÉDIA/=DESVPAD.A].

Infelizmente, não foi encontrada na literatura alguma métrica que pudesse diferenciar e classificar os números. Como uma forma de solucionar a questão, esta obra utilizou-se da amplitude existente entre os índices encontrados.

Para classificar os perfis de investidores, conforme a amplitude do conjunto, este trabalho utilizou-se da nomenclatura proposta por Neves (2007) em conservador, moderado e arrojado. O resultado obtido da amplitude total foi dividido por 3 e distribuído igualmente a todos os perfis.

Por fim, foi criado um quadro de comparação de desempenho entre as carteiras com índice de Sharpe positivo, índice de Sharpe negativo, carteiras por perfis e o próprio Ibovespa. O critério aplicado foi uma simulação de investimento em todas as opções, com valor fixo e distribuição igualitária entre as ações de cada carteira.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Após obtidos todos os retornos mensais em valores absolutos e percentuais, tem-se o retorno médio mensal, desvio-padrão e índice de Sharpe dos ativos pelas respectivas fórmulas no Excel (TABELA 3). De acordo com os resultados, os maiores valores de desvio-padrão estão em ESTC3 (15,06%), VALE3 (14,47%) e FIBR3 (11,93%), respectivamente. Quanto ao retorno médio, LREN apresentou o maior valor (2,42%), seguido de LAME4 (2,26%) e CTIP3 (2,19%).

De modo análogo, os menores valores de desvio-padrão estão em ABEV3 (3,51%), CTIP3 (4,80%) e LAME4 (7,15%). Como resultado dos menores retornos médios mensais, são eles: PCAR4 (-1,47%), VALE3 (-0,81%), e EMBR3 (-0,53%). Quanto ao Índice de Sharpe por ativo, as ações seguintes apresentaram valores negativos: PCAR4 (-20,84%), EMBR3 (-14,96%), VALE3 (-9,79%), FIBR3 (-1,44%) e QUAL3 (-1,92%), os demais foram positivos.

Tabela 3 – Desvio padrão, retorno médio e Índice de Sharpe

	DESV. PADRÃO	MÉDIA	IS ATIVO	IS ATIVO (+)
ABEV3	3,51%	0,77%	4,66%	4,66%
LAME4	7,15%	2,26%	23,13%	23,13%
BBDC4	10,38%	1,57%	9,25%	9,25%
BRSF3	7,52%	0,81%	2,60%	2,60%
CIEL3	7,73%	1,53%	11,93%	11,93%
CTIP3	4,80%	2,19%	33,03%	33,03%
EMBR3	7,59%	-0,53%	-14,96%	
ESTC3	15,06%	0,79%	1,17%	1,17%
FIBR3	11,93%	0,44%	-1,44%	
HYPE3	10,53%	1,92%	12,49%	12,49%
ITUB4	8,81%	1,69%	12,26%	12,26%

LREN3	7,86%	2,42%	23,01%	23,01%
PCAR4	9,98%	-1,47%	-20,84%	
QUAL3	10,72%	0,40%	-1,92%	
RENT3	9,01%	1,08%	5,17%	5,17%
VALE3	14,47%	-0,81%	-9,79%	

Fonte: própria pesquisa.

4.1 CARTEIRA POR ÍNDICE DE SHARPE POSITIVO

A carteira a seguir foi elaborada selecionando todos os ativos para os quais o índice foi maior que zero. Conforme a Tabela 4, percebe-se que ESTC3 alcançou 1,17% (o menor índice entre eles) e CTIP3 alcançou 33,03% (o maior de todos). Comparando-se o desempenho desses ativos com o Ibovespa, ESTC3 teve 1,17% de retorno acima do Ibovespa para cada ponto percentual de volatilidade, a mesma interpretação vale para a CTIP3 (33,03%).

Tabela 4 – Carteira por Índice de Sharpe positivo

ATIVO	IS (+)
ABEV3	4,66%
LAME4	23,13%
BBDC4	9,25%
BRSF3	2,60%
CIEL3	11,93%
CTIP3	33,03%
ESTC3	1,17%
HYPE3	12,49%
ITUB4	12,26%
LREN3	23,01%
RENT3	5,17%
IS MÉDIO	12,61%

Fonte: própria pesquisa.

É válido o mesmo raciocínio para o IS Médio, ou seja, o investidor que tivesse escolhido essa carteira pelo período em análise, teria um rendimento de 12,61% acima do Ibovespa para cada ponto percentual de volatilidade da carteira.

4.2 CARTEIRAS POR PERFIS DE INVESTIDORES

No Quadro 2 tem-se a distribuição dos ativos para cada perfil conforme a amplitude. Nesse caso, o perfil conservador, com intervalo entre 22,42% e 30,03%, ficou com três opções de investimento (LREN3, LAME4 e CTIP3), o perfil moderado, com intervalo entre 11,80% e 22,41%,

ficou com três opções de investimento (CIEL3, ITUB4 e HYPE3) e o perfil arrojado, com intervalo entre 1,17% e 11,79%, ficou com cinco opções de investimento (ESTC3, BRSF3, ABEV3, RENT3 e BBDC4).

Quadro 2 – Carteiras por perfis de acordo com amplitude

CARTEIRAS POR PERFIS DE INVESTIDORES						
	CONSERVADOR		MODERADO		ARROJADO	
Amplitude	30,03% a 22,42%		22,41% a 11,80%		11,79% a 1,17%	
	LREN3	23,01%	CIEL3	11,93%	ESTC3	1,17%
	LAME4	23,13%	ITUB4	12,26%	BRSF3	2,60%
	CTIP3	33,03%	HYPE3	12,49%	ABEV3	4,66%
					RENT3	5,17%
					BBDC4	9,25%

Fonte: própria pesquisa.

4.3 COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO

O quadro 3 apresenta a comparação do retorno total das carteiras com o retorno do Ibovespa no mesmo período pela simulação de um valor fixo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Quadro 3 – Simulação de investimento

IS (+)	R\$	CONSERVADOR R\$		MODERADO R\$		ARROJADO R\$		IBOV R\$
ABEV3	909,09	LREN3	3333,33	CIEL3	3333,33	ESTC3	2000,00	
LAME4	909,09	LAME4	3333,33	ITUB4	3333,33	BRSF3	2000,00	
BBDC4	909,09	CTIP3	3333,34	HYPE3	3333,34	ABEV3	2000,00	
BRSF3	909,09					RENT3	2000,00	
CIEL3	909,09					BBDC4	2000,00	
CTIP3	909,09							
ESTC3	909,09							
HYPE3	909,09							
ITUB4	909,09							
LREN3	909,09							
RENT3	909,10							
TOTAL	10000,00		10000,00		10000,00		10000,00	10000,00

Fonte: própria pesquisa.

O investimento inicial de R\$ 10.000,00 foi então dividido pela quantidade de ações contida em cada carteira. Dessa forma, na carteira IS (+), que contém 11 ações, seria investido R\$ 909,09 em cada ativo. Nas opções conservador e moderado foram distribuídos R\$ 3.333,33 reais em cada uma

delas (resultado da divisão de R\$ 10.000,00/3) e o mesmo para a carteira de investidor arrojado. No Quadro 4 tem-se o retorno obtido de cada opção.

Quadro 4 – Retorno de cada opção

IS (+)	R\$	CONSERVADOR R\$		MODERADO R\$		ARROJADO R\$		IBOV R\$
ABEV3	1149,85	LREN3	6685,79	CIEL3	5021,62	ESTC3	1849,43	
LAME4	1761,47	LAME4	6458,73	ITUB4	5136,65	BRSF3	2385,51	
BBDC4	1288,17	CTIP3	6583,75	HYPE3	5263,45	ABEV3	2529,67	
BRSF3	1084,32					RENT3	2512,51	
CIEL3	1369,53					BBDC4	2833,98	
CTIP3	1795,57							
ESTC3	840,65							
HYPE3	1435,49							
ITUB4	1400,91							
LREN3	1823,40							
RENT3	1142,05							
TOTAL	15091,40	19728,26		15421,73		12111,11		11331,83

Fonte: própria pesquisa.

Como visto, todas as carteiras apresentaram resultado positivo. Entre elas, a opção conservador se mostrou a mais eficiente, com retorno total de R\$ 19.728,26 (97,28%). Em seguida, tem-se a opção moderado com R\$ 15.421,73 (54,22%), IS positivo com R\$ 15.091,40 (50,91%) e arrojado com R\$ 12.111,11 (21,11%). De modo análogo, o Quadro 5 apresenta o desempenho da carteira de ativos de IS negativo.

Quadro 5 – Carteira por Índice de Sharpe negativo

INVESTIMENTO		RESULTADO	
IS (-)	R\$	IS (-)	R\$
EMBR3	2000,00	EMBR3	1526,14
FIBR3	2000,00	FIBR3	1787,88
PCAR4	2000,00	PCAR4	1037,01
QUAL3	2000,00	QUAL3	1898,07
VALE3	2000,00	VALE3	1093,98
TOTAL	10000,00	TOTAL	7343,08

Fonte: própria pesquisa.

É de grande importância ressaltar que ativos com IS negativo não apresentam necessariamente um prejuízo, pois não há relação entre essas grandezas. A interpretação correta dos dados acima é a que as carteiras que tiveram IS positivo possuíram desempenho melhor que o indexador escolhido no

período. Como o retorno do indexador foi de 13,32%, seria perfeitamente possível que todos os ativos cujo IS foi negativo também auferissem lucro no período, mas um lucro inferior a 13,32%. Da mesma forma, caso o indexador obtivesse um retorno negativo, não haveria óbice para que todos os ativos cujo IS foi positivo também apresentassem prejuízo, mas um prejuízo inferior ao do indexador. Além disso, o investidor tem total liberdade para remanejar a quantidade de ações por empresa e também não é obrigado a investir em todas de uma vez.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem todas as pessoas possuem o mesmo conhecimento a respeito da natureza dos mercados e de como aproveitar as oportunidades que ele oferece. O procedimento utilizado neste trabalho permite que mesmo os aspirantes a investidores consigam ter uma visão prévia do desempenho das ações na bolsa brasileira. Por esse método, fica a cargo do investidor decidir quantos ativos farão parte da sua carteira e qual indexador escolher.

O trabalho encontrou uma limitação no sentido de que para ser possível mensurar os índices com mais precisão, é necessária a utilização de todas as ações da Bovespa ou, no mínimo, de todas as ações do Ibov. Através da escolha de uma amostra com apenas 16 ações, a amplitude resultante certamente não reflete os mesmos valores percentuais para cada perfil quanto a amplitude do conjunto total de ações da Bovespa ou Ibov.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se duas modificações: (1) integração entre uma coleta de retornos históricos de novas ações e as já trabalhadas aqui: essa integração permitirá que o trabalho seja estendido e que a amplitude resultante seja mais precisa (lembrando sempre de reajustar o período dos dados para que todos estejam compreendidos no mesmo lapso temporal) e (2) a inclusão da correlação na mensuração do risco, pois esse método permite relacionar o desempenho entre os ativos a fim de obter possíveis padrões de comportamento em comum.

Acredita-se que o objetivo deste trabalho foi alcançado visto a utilização do índice de Sharpe nos ativos escolhidos e as características resultantes de cada carteira. Como visto, todos os ativos cujo IS foi positivo tiveram retorno superior ao Ibovespa do período, sendo a opção conservadora a mais rentável entre elas.

Apesar dos resultados encontrados expressarem apenas o comportamento desses ativos no passado e, portanto, não haver projeção de desempenhos futuros, o trabalho mostrou-se eficiente, uma vez que a simulação feita no contexto de perfis de investidores é uma ferramenta útil na tomada de decisão.

A importância da pesquisa é de abrangência geral, já que a oferta de ativos em bolsa é pública, ou seja, qualquer pessoa que seja maior de 18 anos e não esteja enquadrada nas situações de

impedimento dispostas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) pode participar do pregão. Sendo assim, sejam investidores veteranos ou novatos, acadêmicos, estrangeiros ou mesmo aqueles que nunca tiveram contato com os mercados podem fazer uso dessa pesquisa. Assim, conclui-se que a realização do presente trabalho se mostrou satisfatória por alcançar os resultados a partir dos conceitos abordados e objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BM&FBOVESPA (2016a). **Cotações**. São Paulo. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/market-data/cotacoes/. Acesso em 03 out. 2016.

BM&FBOVESPA (2016b). **Listagem**. São Paulo. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm#. Acesso em 03 out. 2016.

BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. **Fundamentos da moderna administração financeira**. 1. ed. Rio De Janeiro: Campus, 1999.

BRUM, Felipe Meneghetti. **Aplicação da Teoria de Markowitz e Índice de Sharp em um clube de investimento**. Janeiro de 2008. Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16808/000685570.pdf?sequence=1> Acesso em 25/04/2016.

DEL MAR MIRALLES-QUIROS, Maria; MIRALLES-QUIROS, José Luís; GONÇALVES, Luís Miguel. Estimação do Efeito Dia da Semana e Estratégias de Investimento no Mercado de Capitais Brasileiro. **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 7, n. 4, p. 1-23, 2017.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 20 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2015.

GONÇALVES JUNIOR, Cleber; PAMPLONA, Edson De O.; MONTEVECHI, José A. **Seleção de Carteiras Através do Modelo de Markowitz para Pequenos Investidores (Com o Uso de Planilhas Eletrônicas)**. IX Simpep outubro de 2002. Bauru, SP. Disponível em: http://www.rodrigofernandez.com.br/ecompep/ref/excel_markowitz.pdf. Acesso em 11 mar. 2015.

MAESTRI, Cláudia Olímpia Neves Mamede; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Aspectos do gestor, alocação de carteiras e desempenho de fundos no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 29, n. 76, p. 82-96, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.

MARKOWITZ, Harry. **The Journal of Finance**, Vol. 7. No. 1. (Mar., 1952), pp. 77-91. Disponível em: https://www.math.ust.hk/~maykwok/courses/ma362/07F/markowitz_JF.pdf. Acesso em 11 mar. 2015.

MOREIRA, Patrycia Olivo; TAVARES, Vitor Borges; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Performance e Foco do Gestor em Fundos Multimercados. **Revista de Administração - RACE, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 2, p. 633-654, 2017.

NEVES, Marlize Pereira. **Investimento em mercado de capitais**: estudo do equilíbrio entre riscos e retorno, através da diversificação eficiente. 2007. Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14139/000649899.pdf?>. Acesso em 25 abr. 2016.

PINHEIRO, Juliano Lima; **Mercado de Capitais**: Fundamentos e Técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REILLY, K. Frank; NORTON, A. Edgar; **Investimentos**. Tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANTOS, Julio Fernando Costa; PESSOA, Marcelo de Sales. Arbitragem Estatística entre Dois Ativos: um Estudo da Abordagem de Cointegração no Brasil entre 2003 e 2014. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace - RACEF** v. 8, n. 2, p. 124-139, 2017.

Capítulo 4

SOLVÊNCIA DE TESOURARIA: UM ESTUDO NA EMPRESA BETA

ELIAS PEREIRA LOPES JÚNIOR

Universidade Federal do Cariri (UFCA) | E-mail: elias.junior@ufca.edu.br

MARIA DE MELO LOPES

Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) | E-mail: mari_130904@hotmail.com

RESUMO

As empresas são desafiadas, devido às mudanças que ocorrem na economia, a adaptar-se de forma a não deixar cair a qualidade dos serviços prestados. Diante deste cenário, é necessário traçar estratégias e planos que possam nortear o processo de planejamento e a administração para manter-se firme no mercado. Quando se fala em empresa, abrange-se o planejamento financeiro, tesouraria, fluxo de caixa, e não se pode deixar de citar a solvência, que é a capacidade que a empresa tem em honrar seus compromissos financeiros e por consequência manter-se no mercado. O tesoureiro busca o equilíbrio na empresa e se utiliza da linguagem contábil em seus relatórios desenvolvendo acompanhamento da gestão da empresa. Este trabalho tem como objetivo, após explorar a tesouraria da empresa, realizar estudo de previsão de solvência, utilizando ferramentas computacionais estocásticas baseadas no método de simulação de Monte Carlo. Os procedimentos metodológicos envolvem abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, descritiva, bibliográfica, documental e de campo, por meio de estudo de caso em uma empresa nacional do segmento financeiro. A análise demonstrou que a empresa apresenta razoável nível de solvência para o período estudado, mantidos os parâmetros e premissas do mercado em que atua.

Palavras-Chave: Tesouraria. Fluxo de caixa. Solvência. Planejamento. Simulação de Monte Carlo.

1 INTRODUÇÃO

Com o dinamismo da economia moderna, tornou-se necessária a capacitação do tesoureiro que antigamente não se preocupava com as taxas de câmbio, pois as empresas não compravam de outros países. Com a globalização surgem as incertezas e preocupações com as possíveis flutuações, exigindo do tesoureiro uma visão global desses riscos e uma atuação que identifique, mensure e avalie os riscos.

As operações de registro nas tesourarias estão mais seguras com o uso dos *Enterprises Resource Planning* – ERP, pois cada registro, alteração e exclusão ficam registradas e jamais poderão ser excluídos, fortalecendo os controles internos das tesourarias. O tesoureiro utiliza alguns controles internos: fluxo de caixa (FC), disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, contas a receber, talões de cheques, cheques devolvidos de clientes, tarifas bancárias, fundos fixos de caixa e títulos enviados para empresas de cobrança.

A tesouraria é um setor importante na empresa, por isso ela tem que estar equilibrada, não pode faltar nem sobrar dinheiro, pois se sobra a empresa perde e se falta dinheiro para honrar

compromissos, perde também, pois irá arcar com juros e multas. Apesar de todos os controles utilizados, ainda não se tem a certeza se os clientes pagarão em dia e se os cheques serão compensados na data prevista. Então, se houver déficit, o tesoureiro recorrerá a contas garantidas, empréstimos através de cheque especial ou até mesmo postergar pagamentos quando necessário. Se houver superávit, deverá fazer aplicações financeiras para assim obter rendimentos.

Este trabalho justifica-se pela relevância da tesouraria nas empresas. Ademais, é crescente a importância no que tange ao cuidado com os recursos financeiros das empresas de pequeno, médio e grandes portes, abrangendo e enfocando as características e funcionamento do dia a dia de uma tesouraria, evidenciando a sua importância em relação à vigilância da solvência, evitando perdas e ou prejuízos para a empresa. Tendo conhecimento das estratégias de funcionamento do setor financeiro, o tesoureiro buscará o equilíbrio entre as entradas e saídas de recursos.

Diante do exposto, esta pesquisa pretende responder o seguinte questionamento: Como promover a manutenção de disponibilidade de numerário na tesouraria para honrar os compromissos da empresa? Para tanto, foi demonstrada, por meio de simulação computacional, uma ferramenta utilizada na tesouraria, buscando promover a manutenção da disponibilidade de numerário na tesouraria e ao mesmo tempo atentar para a rentabilidade e sua segurança.

O setor de tesouraria sofreu mudanças e evoluções juntamente com a contabilidade e alguns conhecimentos essenciais são atribuídos ao perfil deste profissional, assim como ao profissional de contabilidade em geral, deixando de ser simplesmente um membro operacional ou gerencial para contribuir na gestão estratégica.

Este trabalho tem como objetivo geral realizar estudo de previsão de solvência, utilizando ferramentas computacionais estocásticas baseadas no método de simulação de Monte Carlo, tendo como ambiente de análise uma empresa do ramo financeiro com matriz em Fortaleza e filial em São Paulo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O referencial teórico abordará aspectos relativos ao planejamento financeiro e à tesouraria.

2.1 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Planejar é o primeiro passo e etapa essencial no processo de controle financeiro de uma companhia. Para que a empresa garanta condições de cumprir com as obrigações correntes e apresentar lucros que promovam o crescimento e garanta sua solidez. Para Zdanowicz (2003, p. 127), o planejamento financeiro deve obedecer a alguns princípios básicos na sua elaboração, tais como:

- Exequibilidade: a meta planejada deve ser viável, ou seja, possível de ser realizada, de acordo com a realidade da empresa;
- Objetivo e quantificável: o planejamento não deve se basear em dados hipotéticos, opiniões subjetivas, especulações, mas sim utilizar-se de dados objetivos com tratamento estatístico;
- Flexibilidade: ao elaborar, é conveniente fixar margens de segurança para frear situações imprevistas;
- Unidade: todos os planos específicos da empresa devem integrar-se a um plano geral, deve existir um equilíbrio e interação entre eles.

De acordo com Hoji (2014, p. 411), “o planejamento consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades, para atingir objetivos fixados”.

Existem três tipos de planejamento financeiro: estratégico, tático e operacional. Com relação ao tempo ainda pode ser de curto, médio e longo prazo. O estratégico é de longo prazo e é de responsabilidade da alta administração e são definidos com base em estudo de mercado e conhecimentos mais profundos de economia para que se tenha a projeção ideal do negócio para os próximos anos (HOJI, 2014).

O plano tático tem a finalidade, segundo Hoji (2014, p. 412), de “otimizar o que foi planejado estrategicamente e tem um alcance mais curto”. É realizado o desdobramento do plano estratégico a níveis menores, onde cada área baseando-se neste plano inicial define as metas e indicadores que farão a medição correta durante o ano. Enquanto que “o planejamento operacional tem a finalidade de maximizar os recursos da empresa aplicados em operações de determinado período. Esse tipo de planejamento, geralmente, é de curto e médio prazo, e envolve decisões mais descentralizadas, mais repetitivas e de maior reversibilidade” (HOJI, 2014, p. 413).

Conforme Padoveze (2012), o planejamento estratégico pode ser considerado como a etapa inicial do processo de gestão e nessa etapa a empresa formula ou reformula suas estratégias empresariais, levando em consideração sua visão específica de futuro. Já o planejamento operacional tem a função de definir planos, políticas e objetivos operacionais da empresa e tem como finalidade principal gerar o orçamento operacional.

O planejamento é uma parte essencial da estratégia de qualquer empresa. Segundo Padoveze (2012), o planejamento estratégico tem como função preparar a empresa para as situações que ocorrerão no futuro e deve se basear em informações como o setor de atuação da empresa; os

mercados em que a empresa vai competir; os competidores no mercado; os produtos e serviços que a empresa pretende oferecer; os seus clientes; a rentabilidade da empresa, dentre outras.

Oliveira (1999, p. 33) afirma que:

O planejamento estratégico corresponde ao estabelecimento de um conjunto de providências a serem tomados pelo executivo para a situação em que o futuro tende a ser diferente do passado, entretanto, a empresa tem condições e meios de agir sobre as variáveis e fatores de modo a que possa exercer alguma influência; o planejamento é ainda um processo contínuo, um exercício mental que é executado pela empresa independentemente de vontade específica dos seus executivos.

Padoveze (2012) também indica a utilização do planejamento estratégico concomitantemente com o modelo de SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*), no qual identifica os pontos fortes, os pontos fracos, as ameaças e as oportunidades. A matriz SWOT também auxilia na formulação das estratégias da empresa, pois, a partir dos dados da sua análise, a empresa pode aperfeiçoar suas forças, minimizar suas fraquezas, tirar proveito das oportunidades e neutralizar as ameaças.

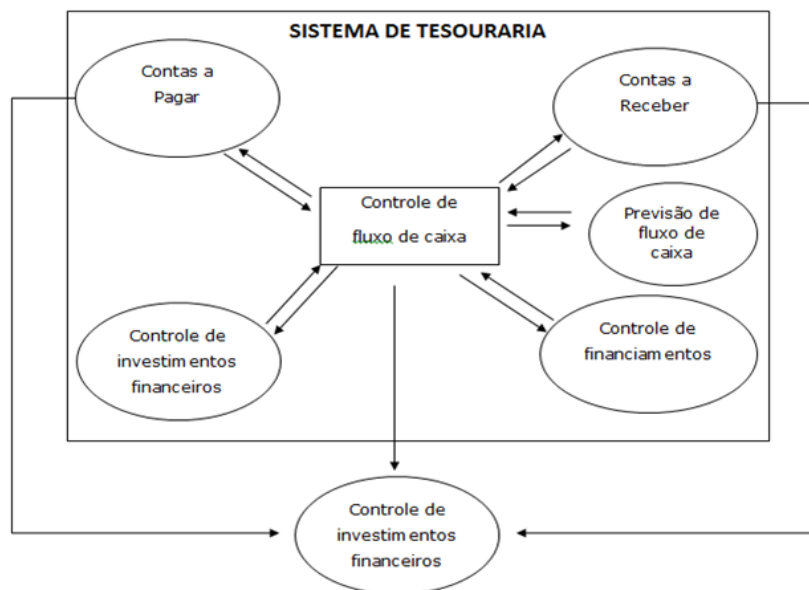
Muitas pesquisas já foram realizadas utilizando o modelo SWOT e em diversas áreas. O trabalho de Fenili, Correa e Barbosa (2017), por exemplo, identificou nível de entendimento dos servidores públicos municipais da área da saúde no município de Blumenau – SC sobre planejamento estratégico. Já a pesquisa de Silva *et al.* (2017) relacionou planejamento estratégico e crescimento empresarial quando analisou o planejamento estratégico de uma empresa de Caicó – RN, buscando refletir sobre a eficiência deste para o crescimento da instituição.

Ainda demonstrando a importância do tema, Santos, Ferreira e Nunes (2017) realizaram um estudo no setor de gestão de pessoas de uma panificadora em Porto Velho, Rondônia, na qual propuseram um planejamento estratégico. Silveira *et al.* (2017) verificaram o alinhamento entre o planejamento estratégico e planejamento orçamentário na reitoria e nos *campi* de uma instituição pública federal de ensino.

2.2 TESOURARIA

Na Figura 1 é indicado o esquema do Sistema de Tesouraria, enfatizando as etapas de controles. Percebe-se que todas as áreas da empresa mantêm algum vínculo com o setor de tesouraria, e obrigatoriamente todos os valores devem transitar por este setor para que fiquem registrados para consultas futuras.

Figura 1 – Sistema de Tesouraria



Fonte: Hoji (2014).

A importância da tesouraria está relacionada com recursos que passam por ela e seus controles são executados na empresa de diversas formas. Em contas a pagar, por exemplo, é realizada a veracidade do compromisso através da conferência da nota fiscal e agendado o pagamento para a data prevista. Em contas a receber, o sistema interno de controle é conciliado diariamente e verificam-se os pagamentos em atraso, sendo estes enviados para o setor de cobrança.

Securato (2012 p. 129) afirma que o tesoureiro precisa estar atento ao mercado para elaborar suas estratégias em captar ou aplicar recursos.

Todos os dias as tesourarias devem iniciar suas atividades, antes da abertura do mercado, estabelecendo um conjunto de informações sobre taxas de juros e as conjunturas econômica, política e social em termos de curto, médio e longos prazos. A partir dessas previsões é que são traçadas as estratégias da tesouraria para cada ocorrência de conjuntura prevista.

Portanto, conforme Securato (2012), a tesouraria necessita estar constantemente em contato com as áreas de captação e aplicação de recursos, nos casos em que ocorram mudanças das taxas de juros, para que a tesouraria possa manter zerada sua posição diária, que é o ideal. Esses controles são possíveis por meio do acompanhamento em tempo real, contribuindo para a tomada de decisão.

Sá (2014, p. 67) define que o objetivo da tesouraria é “a gestão do disponível, o problema é que o disponível é uma conta paradoxal, pois, se de um lado, é o ativo mais importante da empresa, por outro lado é seu ativo menos rentável”. Conforme Hoji (2014), todas as áreas da empresa têm algum vínculo com a tesouraria, já que quase todos os atos praticados em qualquer área da empresa transformam-se em contas a receber ou contas a pagar.

Hoji (2014) diferenciou o tesoureiro do *controller*; o primeiro é o responsável pelo planejamento, controle e movimentação de recursos financeiros; e o segundo é responsável pelo planejamento, controle e análise das operações e investimentos. Além disso, “o tesoureiro, que é o executivo responsável pela administração do caixa, deve ter uma visão integrada do fluxo de caixa de sua empresa e interagir preventivamente junto a áreas geradoras de recebimento e de pagamentos” (HOJI, 2014, p. 111).

Por ser o executivo responsável pela administração do caixa, o tesoureiro necessita ter uma visão integrada da empresa, visto que ele deve interagir preventivamente junto às áreas geradoras de recebimentos e pagamentos, tendo em vista que os valores das contas podem sofrer oscilações. Segundo Figueiredo e Caggiano (2008, p. 26), “a missão da controladoria é zelar pela continuidade da empresa, assegurando a otimização do resultado global”. Assim, a tesouraria também zela pelos valores e conhecimentos que assegurem a perpetuidade da empresa na gestão empresarial atual.

A existência ou não do órgão de controladoria varia de acordo com o porte da empresa, geralmente as empresas de médio e grande portes possuem esse setor, e as funções de tesouraria e controladoria se complementam. Nas empresas de pequeno porte geralmente não existe essa função, mas como unidade administrativa deve estar atuando em todas as áreas da empresa e participante ativa de todo o processo de gestão estratégica.

De acordo com Padoveze (2012), a tesouraria de uma empresa deve contribuir substancialmente para geração de seu lucro, com viabilização econômica de projetos, obtenção de recursos a custos adequados e maximização da rentabilidade das aplicações financeiras. Ainda conforme o autor, a tesouraria é uma atividade de linha operacional desenvolvida pela área financeira da empresa, assim, está subordinada à diretoria de finanças da empresa.

2.3 FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa e o orçamento são ferramentas utilizadas pelas empresas para projetar as entradas e saídas de recursos em pequenos e a longos prazos buscando equilibrar financeiramente a empresa. O fluxo de caixa pode ser considerado como um controle financeiro onde os dados são organizados e projetados reproduzindo a fotografia financeira do negócio.

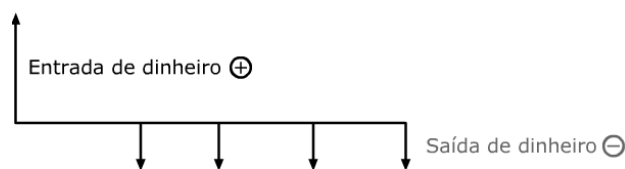
Segundo Hoji (2012), o fluxo de caixa é um esquema que representa as entradas e saídas de caixa ao longo do tempo. Para Zdanowicz (1998, p. 33), o fluxo de caixa possibilita uma análise mais precisa para as decisões quanto às aplicações financeiras da empresa, visto que “o fluxo de caixa é o instrumento que permite demonstrar as operações financeiras que são realizadas pela empresa”.

De acordo com Padoveze (2012, p. 3), a geração operacional de caixa decorre da diferença recebida da venda de produtos e serviços.

As operações para produzir e vender produtos e serviços exigem recursos, que, por sua vez, têm que ser pago em dinheiro. O recebimento de dinheiro pela venda desses produtos e serviços é a contrapartida pelos esforços realizados. A diferença entre os valores pagos pelos serviços utilizados e os valores recebidos pela venda dos produtos e serviços é a geração operacional de caixa, que decorre do lucro gerado pela venda desses produtos e serviços.

Para Securato (2012, p. 27), “fluxo de caixa de um projeto ou investimento é o conjunto de entradas e saídas de capital ao longo do tempo [...]”. Desse modo, o fluxo de caixa pode ser representado, esquematicamente, por meio da Figura 2.

Figura 2 – Fluxo de caixa



Fonte: própria pesquisa.

Fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira que projeta períodos futuros e todas as entradas e saídas de recursos financeiros da empresa, indicando como será o saldo de caixa para o período projetado. De fácil elaboração para as empresas que possuem os controles financeiros bem organizados, ele deve ser utilizado para o controle e principalmente como instrumento na tomada de decisões. Para Gitman (1997, p. 586):

O fluxo de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se saberá quando haverá recursos suficientes para sustentar as operações ou quando haverá necessidade de financiamentos bancários. Empresas que necessitem continuamente de empréstimos de última hora poderão se deparar com dificuldades de encontrar bancos que as financiem.

A projeção do saldo pode ser determinada por dois métodos: o método 1, chamado de fluxo de caixa, é resultante das movimentações de entradas e saídas de caixa; no método 2, denominado Valor Residual no Balanço Patrimonial, o saldo final de caixa é obtido pela diferença de ativos e passivos antes do saldo final de caixa. Nesse caso, não é necessário fazer o fluxo de caixa para saber o saldo final de caixa.

Por meio da elaboração do fluxo de caixa, a empresa pode planejar melhor seus investimentos, identificar onde será aplicado o lucro e identificar quando seria o momento certo de fazer tal aplicação. O controle dos custos e despesas é maior e, a partir daí, pode-se montar estratégias e um planejamento mais sólido e coerente.

3 METODOLOGIA

A metodologia busca oferecer cientificidade ao trabalho desenvolvido, através de procedimentos, métodos e técnicas. Uma vez cumprida com rigor e exatidão, proporciona à pesquisa confiabilidade e segurança das informações obtidas. “O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com segurança e economia, permite alcançar o objetivo-conhecimentos válidos e verdadeiros traçando o caminho a ser seguido” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 65).

Este estudo é classificado como quantitativo, pois foi realizada uma análise numérica por meio da técnica de Simulação de Monte Carlo. Segundo Marconi e Lakatos (2011), no método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e/ou de informações numéricas.

Este estudo pode ser considerado como uma pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas de instituições (GIL, 1991). Para Andrade (2005), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, facilitar a delimitação de um tema de trabalho, definir os objetivos ou formular hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

3.1 SIMULAÇÃO DE MONTE CARLO

A Simulação de Monte Carlo é uma ferramenta utilizada para avaliar o valor da empresa no mercado e tem o benefício de gerar uma informação importante para a tomada de decisão, na quais seus valores representam uma probabilidade de ocorrência da variável simulada (PAULA; CAPELO JUNIOR; COSTA, 2007).

Segundo Paula, Capelo Junior e Costa (2007, p. 1):

A simulação de Monte Carlo utiliza a geração de números aleatórios para criar futuros prováveis com base em uma distribuição de frequência, conhecida previamente. Com o levantamento de distribuições de frequência das variáveis independentes, tornar-se possível gerar um conjunto de novas alternativas para o Valor Presente Líquido.

De acordo com Moore (2005, p. 428), a explicação para esse tipo de simulação tem esse nome “método de Monte Carlo, em função das roletas dos cassinos em Monte Carlo, que podem ser vistas como um artifício para gerar eventos incertos ou aleatórios” [...]. O mesmo autor complementa afirmando que “o objetivo é criar um ambiente no qual a informação sobre ações alternativas possíveis possa ser conseguida através da experimentação”.

3.2 SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL

Em finanças, os métodos de simulação são utilizados para transformar as incertezas em risco. Para Gitman (2001, p.315), “simulação é uma abordagem comportamental baseada na estatística que aplica distribuições de probabilidade predeterminadas e números ao acaso para estimar resultados de risco” onde é projetado um modelo computacional real, simulando os vários comportamentos que os dados podem produzir, com o propósito de entender seu comportamento e/ou avaliar estratégias para sua operação. Desta maneira, pode-se entender a simulação como em processo amplo experimental que se segue buscando:

- Descrever o comportamento do sistema;
- Construir teorias e hipóteses considerando os obstáculos efetuados;
- Usar o modelo para prever o comportamento futuro, isto é, os efeitos produzidos por alterações no sistema ou nos métodos empregados em sua operação.

Padoveze (2012, p. 261) diz que “a incorporação do instrumento da simulação no planejamento financeiro e orçamentário é fundamental para o processo de avaliação final do plano orçamentário”. Para Coelho, Botini e Waehneltd (1997 p. 58), “além da agilidade e da sensível diminuição da probabilidade de erros, uma vantagem apresentada pela informática se refere ao armazenamento de uma quantidade considerável de informações que podem ser facilmente acessadas”.

3.3 DETALHAMENTO DA EMPRESA

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos em uma empresa do ramo de consultoria financeira que atua no mercado há dez anos, tem sede em Fortaleza (CE) e filial em São Paulo (SP). A contabilidade é executada internamente e toda a administração é subordinada à matriz. Suas receitas são geradas pela prestação de serviços a empresas de médio e grande porte. A identificação dos negócios parte da análise de crédito e seleção de ativos para estruturação de fundos de investimentos.

Os ativos financeiros estão compostos principalmente por duplicatas e cheques e a sua carteira de clientes está representada principalmente por indústrias, empreiteiras, empresas de serviços e redes de varejo. O desenvolvimento das atividades é baseado no potencial da região de atuação e no compromisso permanente com a inovação. A empresa disponibilizou os dados por meio de balanços e balancetes mensais. O estudo de caso foi realizado com base em 64 períodos, sendo que cada período corresponde a um mês.

Todos os dados são reais, porém, a empresa optou em manter a razão social em sigilo, pelo fato de tratar-se de uma empresa local com forte atuação no Estado do Ceará. Nesse caso, adotou-se o nome de Beta.

3.4 DESENVOLVIMENTO DAS PLANILHAS

Os dados foram formatados em planilhas do Microsoft Excel, para que pudessem ser aplicadas as simulações propostas. Foram coletados dados de 64 dias úteis com valores de receita e despesas realizadas pela empresa. Estes valores foram agrupados em distribuições de frequência com seis classes (TABELAS 1 e 2).

Para realizar a simulação de Monte Carlo, calculou-se o ponto médio de cada classe, sendo esse valor calculado pela média aritmética dos dois valores da classe. Na Tabela 1, o valor R\$ 46.486,00, por exemplo, foi obtido por meio da média dos valores R\$ 1.395,00 e R\$ 91.577,00. O valor do ponto médio foi o valor utilizado para gerar as despesas no período de previsão.

A partir do valor da frequência, calculou-se a probabilidade de ocorrência de cada valor do ponto médio, dividindo-se o valor da frequência (Fi) pelo total de observações. O valor 0,55, por exemplo, foi obtido dividindo-se 35 por 64. De posse dos valores das probabilidades, gerou-se uma matriz de probabilidades, levando-se em consideração a probabilidade de ocorrência de cada ponto médio. O intervalo de probabilidade da matriz foi utilizado para gerar a planilha de simulação, que será abordada mais adiante.

Tabela 1 – Distribuição de Frequência das Despesas

Despesa	Despesa	Fi	Ponto Médio	Probabilidade	Intervalo		Despesa
					Início	Fim	
1.395,00	91.577,00	35	46.486	0,55	0	0,55	46.486
91.577,00	181.759,00	13	136.668	0,20	0,55	0,75	136.668
181.759,00	271.941,00	6	226.850	0,09	0,75	0,84	226.850
271.941,00	362.123,00	3	317.032	0,05	0,84	0,89	317.032
362.123,00	452.305,00	3	407.214	0,05	0,89	0,94	407.214
452.305,00	542.487,00	4	497.396	0,06	0,94	1,00	497.396

Fonte: própria pesquisa.

Na Tabela 2, o valor R\$ 60.975,00, ponto médio, foi obtido por meio da média dos valores R\$ 690,00 e R\$ 121.260,00. O valor do ponto médio foi o valor utilizado para gerar as receitas no período de previsão. O mesmo procedimento feito para os valores das despesas foi realizado para as receitas. O valor 0,52, por exemplo, foi obtido dividindo-se 33 por 64. De posse dos valores das probabilidades, gerou-se uma matriz de probabilidades, levando-se em consideração a probabilidade de ocorrência de cada ponto médio. O intervalo de probabilidade da matriz foi utilizado para gerar a planilha de simulação, que será abordada mais adiante.

Tabela 2 – Distribuição de Frequência das Receitas

Receita	Fi	Ponto Médio	Probabilidade	Intervalo		Receita	
				Início	Fim		
690,00	121.260,00	33	60.975	0,52	0	0,52	60.975
121.260,00	241.830,00	15	181.545	0,23	0,52	0,75	181.545
241.830,00	362.400,00	12	302.115	0,19	0,75	0,94	302.115
362.400,00	482.970,00	1	422.685	0,02	0,94	0,95	422.685
482.970,00	603.540,00	2	543.255	0,03	0,95	0,98	543.255
603.540,00	724.110,00	1	663.825	0,02	0,98	1,00	663.825

Fonte: própria pesquisa.

A geração de números aleatórios na simulação é possível com o uso de planilhas Excel. O número gerado aleatoriamente representa a probabilidade de ocorrência de eventos, e estará entre 0 e 1. O número obtido representa a probabilidade de o evento ocorrer, através da função =ALEATORIO(), cada vez que a tecla F9 for acionada serão gerados novos valores. O próximo passo será atribuir o resultado para o intervalo de probabilidades. A função =PROCV() é utilizada para parametrizar ou delimitar um universo na busca de valores na simulação.

Na Tabela 3, no primeiro dia, a receita de R\$ 302.115,00 foi obtida através da função =PROCV (ALEATÓRIO(); DISTRIBUIÇÃO!\$N\$15:\$P\$20;3). Esta função é baseada na distribuição de frequência apresentada anteriormente (TABELA 2). Portanto, como o valor gerado foi de R\$ 302.115,00, então o número aleatório gerado estava entre 0,75 e 0,94. Diante deste número aleatório gerado, a função PROCV() buscou o valor de R\$ 302.115,00 na distribuição de frequência das receitas (TABELA 2). O mesmo procedimento foi realizado para os demais dias da simulação. Portanto, no segundo dia, por exemplo, o valor de R\$ 181.545,00 foi incluído na planilha porque o aleatório gerado foi entre 0,52 e 0,75.

A despesa de R\$ 136.668,00 foi obtida através da função = PROCV (ALEATÓRIO(); DISTRIBUIÇÃO!\$N\$3:\$P\$8;3), representada na Tabela 1. Este valor apareceu porque o número aleatório gerado estava entre 0,55 e 0,75, portanto, a função PROCV() o buscou na distribuição de frequência das despesas (TABELA 1).

4 RESULTADOS

A média dos créditos foi de R\$ 134.999,76 e a média dos débitos foi de R\$ 149.230,75. Percebe-se que a maioria dos valores dos créditos está entre R\$ 1.395 e 91.577, com 35 observações, e a maioria dos valores dos débitos estão entre R\$ 690,00 e R\$ 121.260,00, com 33 observações.

Na Tabela 3 tem-se a planilha reduzida com os valores de uma simulação. Foram simulados 120 períodos dos quais foram observadas as infinitudes de possibilidades dos eventos ocorridos. A planilha inicia-se no período 0(zero), pois o valor do crédito de R\$ 11,619,76 é o saldo que havia em

caixa na empresa. O valor R\$ 84.618,76 é o resultado acumulado final após os 120 períodos. Contudo, ao pressionar a tecla F9 seriam, possivelmente, gerados outros números aleatórios, o que alteraria o resultado acumulado final.

Tabela 3 – Simulação

Dias	0	1	2	...	118	119	120
Receitas	11.619,76	302.115,00	181.545,00		60.975,00	60.975,00	60.975,00
Despesas		136.668,00	317.032,00		46.486,00	46.486,00	317.032,00
Resultado	11.619,76	165.447,00	-135.487,00		14.489,00	144.89,00	-256.057,00
Acumulado	11.619,76	177.066,76	41.579,76		326.186,76	340.675,76	84.618,76

Fonte: própria pesquisa.

No primeiro dia, o acumulado foi igual ao resultado R\$ 177.066,80. Este resultado foi obtido a partir da diferença entre os créditos de R\$ 302.115,00 e os débitos de R\$ 60.975,00, totalizando R\$ 165.447,00, que foi somado ao valor do saldo do dia anterior (R\$ 11.619,76). No segundo dia, o resultado foi negativo em R\$ -135.487,00, pois os créditos foram no valor de R\$ 181.545,00 e os débitos foram no valor de R\$ 317.032,00. Somou-se o resultado acumulado do dia anterior (R\$ 177.066,76) com o acumulado do segundo dia (R\$ -135.487,00), gerando um saldo positivo de R\$ 41.579,76. Seguindo esta mesma lógica, o valor R\$ 84.618,76 representa a situação do Fluxo de Caixa após os 120 dias.

O Gráfico 1, que é o resultado de apenas uma iteração (simulação), mostra que o saldo inicial foi positivo e que entre os dias 1 ao 8 ficaram negativos. Em seguida, os valores ficaram positivos dos dias 9 ao 21, houve um déficit entre os dias 22 a 27 e, em seguida, o caixa permaneceu positivo até o dia o final do período. Porém, uma iteração não é suficiente, serão efetuadas com 2, 3, 10, 20, 30, 40 e 50 iterações.

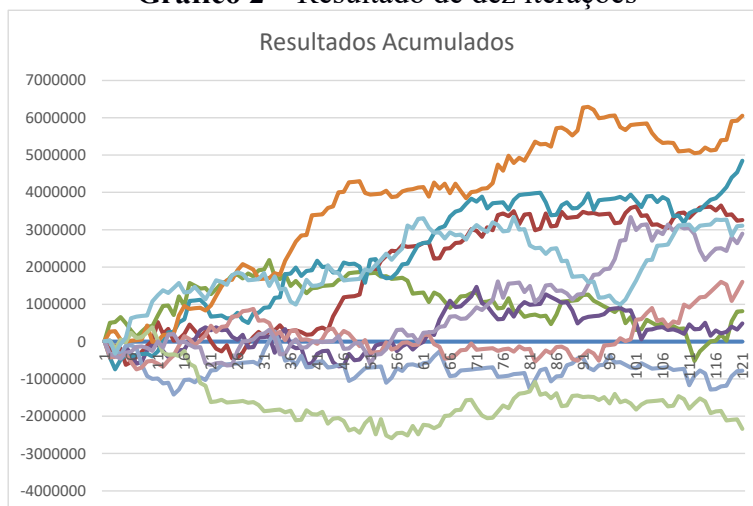
Gráfico 1 – Resultado de uma iteração



Fonte: própria pesquisa.

O Gráfico 2 mostra o resultado de dez iterações, ou seja, dez possíveis resultados, na qual tem-se um início onde as iterações se entrelaçam mostrando que no início do mês ou em curto prazo há probabilidade de períodos negativos ocorrerem, porém, das iterações feitas, apenas 30% apresentaram períodos negativos, demonstrando credibilidade e solvência no caixa.

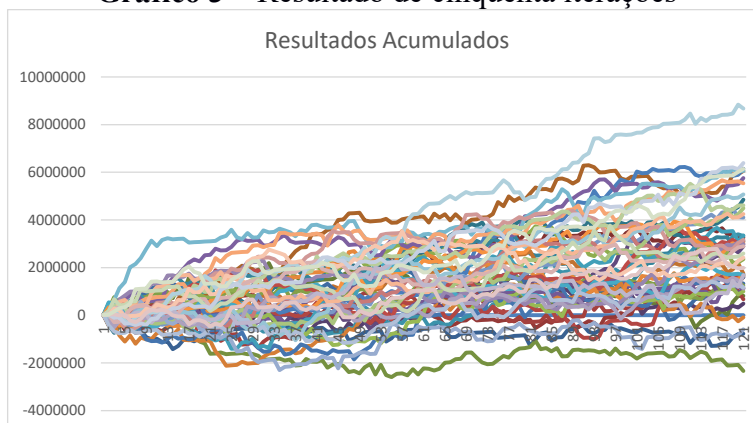
Gráfico 2 – Resultado de dez iterações



Fonte: própria pesquisa.

Adicionando-se novas iterações, o Gráfico 3 mostra o resultado de 50 iterações. Neste caso, o gráfico mostra a probabilidade de um início de cenário deficitário, necessitando a atenção redobrada no setor. A partir do segundo mês, o caixa passa a se recuperar, mostrando um cenário favorável, finalizando o período com apenas quatro iterações negativas, mostrando que essa empresa tem grandes probabilidades de ser solvente e sólida no mercado financeiro. Vale ressaltar que toda empresa iniciante precisa de reserva de caixa, e linhas de crédito para suprir as insolvências, quanto maior for o caixa inicial da empresa, maiores serão as probabilidades de sucesso.

Gráfico 3 – Resultado de cinquenta iterações



Fonte: própria pesquisa.

Os dados das 50 iterações foram organizados, ordenando-se do maior valor para o menor valor, ou seja, os maiores positivos no início e os maiores negativos ao final. Cada um dos 50 valores representa 2% do todo. Desta forma, o primeiro valor, o maior positivo, apresenta 2% de probabilidade de ser o maior valor a ocorrer. Isso se deve ao fato de que em 50 tentativas igualmente prováveis de se prever o futuro, em apenas uma vez aquele valor ocorreu e todos os demais foram menores que ele.

Para um melhor entendimento, observe-se o valor R\$ -989.320,24, mostrado na coluna semana 4, na linha iteração 45 (TABELA 4). Em cada coluna, os valores foram ordenados e existem apenas cinco valores piores que o valor citado, ou seja, 10% dos 50 valores gerados. Logo, pode-se afirmar que o valor R\$ -989.320,24 é o pior valor para 90% de todos os valores gerados. Por outro lado, o valor R\$ 2.260.177,76, que aparece na semana 4, na linha 6, é o melhor valor para 90% de todos os valores gerados. Então, com estes valores, o gestor da empresa pode se programar para trabalhar com um orçamento que, com 80% de probabilidade, pode ser entre R\$ -989.320,24 e R\$ 2.260.177,76.

Tabela 4 – Detalhamento do Nível de Confiança

iteração	Semanas			
	1	2	3	4
1	2.403.872,76	3.201.273,76	3.122.332,76	3.258.071,76
2	1.107.990,76	1.694.639,76	2.791.010,76	3.134.555,76
3	1.078.584,76	1.663.269,76	2.397.930,76	2.921.839,76
4	1.017.808,76	1.662.287,76	1.887.226,76	2.381.729,76
5	867.832,76	1.602.493,76	1.825.468,76	2.293.511,76
6	807.056,76	1.573.087,76	1.768.620,76	2.260.177,76
7	747.262,76	1.300.577,76	1.646.086,76	2.229.789,76
8	687.468,76	1.241.765,76	1.554.922,76	1.928.855,76
9	658.062,76	1.212.359,76	1.496.110,76	1.869.061,76
10	566.898,76	1.210.395,76	1.405.928,76	1.750.455,76
11	565.916,76	940.831,76	1.344.170,76	1.750.455,76
12	415.940,76	939.849,76	1.223.600,76	1.659.291,76
13	385.552,76	910.443,76	1.134.400,76	1.510.297,76
14	324.776,76	881.037,76	893.260,76	1.416.187,76
15	265.964,76	879.073,76	803.078,76	1.267.193,76
16	264.982,76	699.691,76	772.690,76	1.206.417,76
17	235.576,76	638.915,76	771.708,76	1.206.417,76
18	206.170,76	519.327,76	683.490,76	1.206.417,76
19	115.006,76	431.109,76	621.732,76	1.086.829,76
20	114.024,76	398.757,76	591.344,76	996.647,76
21	114.024,76	338.963,76	560.956,76	877.059,76
22	55.212,76	307.593,76	442.350,76	784.913,76
23	54.230,76	279.169,76	382.556,76	783.931,76
24	24.824,76	278.187,76	353.150,76	756.489,76
25	23.842,76	277.205,76	320.798,76	665.325,76
26	-5.563,24	246.817,76	261.986,76	366.355,76
27	-5.563,24	157.617,76	200.228,76	365.373,76
28	-94.763,24	96.841,76	111.028,76	304.597,76
29	-126.133,24	69.399,76	-9.541,24	214.415,76
30	-126.133,24	66.453,76	-69.335,24	185.009,76
31	-156.521,24	38.029,76	-130.111,24	126.197,76
32	-186.909,24	6.659,76	-132.075,24	63.457,76
33	-245.721,24	-21.764,24	-161.481,24	34.051,76
34	-246.703,24	-53.134,24	-187.941,24	33.069,76
35	-276.109,24	-82.540,24	-188.923,24	-25.742,24
36	-276.109,24	-111.946,24	-189.905,24	-28.688,24
37	-306.497,24	-111.946,24	-280.087,24	-146.312,24
38	-335.903,24	-143.316,24	-281.069,24	-300.216,24
39	-335.903,24	-143.316,24	-340.863,24	-358.046,24
40	-335.903,24	-204.092,24	-491.821,24	-418.822,24
41	-336.885,24	-231.534,24	-522.209,24	-537.428,24
42	-336.885,24	-232.516,24	-581.021,24	-539.392,24
43	-366.291,24	-233.498,24	-612.391,24	-566.834,24
44	-395.697,24	-383.474,24	-642.779,24	-628.592,24
45	-546.655,24	-444.250,24	-761.385,24	-989.320,24
46	-607.431,24	-444.250,24	-879.991,24	-1.141.260,24
47	-696.631,24	-594.226,24	-973.119,24	-1.141.260,24
48	-698.595,24	-775.572,24	-1.062.319,24	-1.622.558,24
49	-728.001,24	-986.324,24	-1.513.229,24	-1.799.976,24
50	-937.771,24	-1.286.276,24	-1.604.393,24	-2.012.692,24

Fonte: própria pesquisa.

Foi elaborada a Tabela 5 com valores semanais, apresentando um total de 17 semanas e com percentuais de confiança de 90%, 92%, 94%, 96% e 98%. Percebe-se que na primeira semana o gestor

da companhia sempre terá que trabalhar com valores negativos. Neste caso, se o gestor trabalhar com 90% de confiança, por exemplo, irá precisar de R\$ 547.655,24 e com 98% irá precisar de R\$ 728.001,24. Então, quanto maior o nível de confiança na decisão a ser tomada, maior será a necessidade de capital.

Tabela 5 – Resultados por nível de confiança

Saldo de Caixa Esperado					
Semana	90%	92%	94%	96%	98%
1	-546.655,24	-607.431,24	-696.631,24	-698.595,24	-728.001,24
2	-444.250,24	-444.250,24	-594.226,24	-775.572,24	-986.324,24
3	-761.385,24	-879.991,24	-973.119,24	-1.062.319,24	-1.513.229,24
4	-989.320,24	-1.141.260,24	-1.141.260,24	-1.622.558,24	-1.799.976,24
5	-946.709,24	-978.079,24	-1.428.989,24	-1.609.353,24	-1.851.475,24
6	-992.316,24	-1.023.686,24	-1.024.668,24	-1.625.554,24	-1.804.936,24
7	-709.547,24	-982.057,24	-1.099.681,24	-1.462.373,24	-1.551.573,24
8	-335.614,24	-755.154,24	-787.506,24	-815.930,24	-997.276,24
9	40.282,76	-140.081,24	-262.615,24	-293.003,24	-502.773,24
10	112.299,76	-130.804,24	-217.058,24	-731.690,24	-1.031.642,24
11	151.964,76	-237.187,24	-265.611,24	-507.733,24	-870.425,24
12	171.061,76	-254.370,24	-313.182,24	-765.074,24	-1.067.972,24
13	241.114,76	-240.183,24	-451.917,24	-694.039,24	-936.161,24
14	105.325,76	14.161,76	-201.500,24	-620.058,24	-920.992,24
15	270.470,76	235.172,76	203.802,76	-698.017,24	-968.563,24
16	341.505,76	122.897,76	-262.326,24	-775.976,24	-1.045.540,24
17	804.638,76	324.322,76	-251.085,24	-793.159,24	-850.989,24

Fonte: própria pesquisa.

A partir da nona semana, para 90% de confiança, o saldo passa a ser positivo, mostrando que em 90% das iterações realizadas ele não precisará de reforço de caixa. Com 92%, não precisaria a partir da décima quarta semana. Na décima sétima semana, o gestor tem a probabilidade de 90% de ter pelo menos R\$ 804.638,76 em caixa e tem a probabilidade de 98% de precisar de R\$ 850.989,24. Pode-se perceber que se a empresa reforçar o caixa nas primeiras semanas, seja com aporte de capital próprio ou empréstimo bancário, ela poderá melhorar a probabilidade de solvência. A gestão do risco depende da ousadia ou conservadorismo do gestor.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho abordou a solvência de tesouraria nas empresas e apontou a relevância do setor. Com o avanço da tecnologia, o setor passou a tomar ações mais assertivas, visto que os *Enterprises Resource Planning* proporcionam rapidez e segurança nos registros, pois estes não permitem que lançamentos sejam excluídos e tudo fica registrado para consultas futuras.

O objetivo deste trabalho foi desenvolver análise de previsão de solvência utilizando modelo estocástico de previsão de fluxo de caixa como ferramenta de auxílio para tomada de decisão. Para tanto, foram revisadas bibliografias abordando temas como planejamento financeiro, que é o primeiro passo e etapa essencial no processo e controle financeiro da empresa. Verificou-se que os controles precisam ser sempre checados e a função financeira seja sempre segregada.

Num cenário de instabilidade, na qual a incerteza está presente em quase todos os setores empresariais, é importante uma técnica que mensure os riscos viabilizando a tomada de decisão. A viabilidade da empresa só é possível se ela for capaz de honrar seus compromissos, ou seja, for solvente no mercado em que atua.

A utilização da simulação de Monte Carlo nas empresas permite uma série de análises que não seriam possíveis por meio tradicional e é uma ferramenta poderosa de análise de risco nas empresas. O objetivo foi alcançado, pois a empresa, embora não tenha sido identificada, forneceu todas as informações suficientes para a elaboração do fluxo de caixa, e, conseqüentemente, para a aplicação da técnica da simulação de Monte Carlo.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o presente estudo de caso foi satisfatório para o que foi proposto. O trabalho é importante para o meio acadêmico e para o público em geral, pois agrega conhecimento e mostra a importância do uso do método da simulação de Monte Carlo para a prática empresarial, tornando possível a avaliação da empresa a nível gerencial.

Como limitação do estudo, pode-se elencar a utilização de apenas 64 dias úteis na coleta das informações operacionais de fluxo de caixa. Mesmo assim, para a finalidade didática deste trabalho, não houve comprometimento do resultado. Outra dificuldade encontrada foi que, por se ter trabalhado com o livro razão, teve-se acesso apenas ao valor total diário de receitas e despesas, não sendo possível ter acesso às parcelas que compunham estes valores totais.

Finalmente, se espera que haja um aprofundamento do estudo do método simulação de Monte Carlo, para que o mesmo continue a ser explorado. Seriam interessantes para pesquisas futuras que fossem incluídas outras variáveis no detalhamento do fluxo de caixa, pois, nesse estudo, foram utilizadas apenas os créditos e os débitos.

REFERÊNCIAS

COELHO, Cláudio Ulysses F. Botini, Joana WAEHNELDT, Anna B. de A. **Administração Financeira**. Rio de Janeiro: SENAC Departamento Nacional, 1997.

FENILI, Romero; CORREA, Carla Eunice Gomes; BARBOSA, Leonardo. Planejamento estratégico em saúde: ferramenta de gestão para o complexo de regulação em saúde. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 8, n. 1, p. 18-36, 2017.

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar trabalhos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7 ed. São Paulo: HARBRA Ltda. 1997.
- _____. **Princípios da Administração Financeira**. Essencial; trad. Jorge Ritter. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. 6ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MOORE, Jeffrey H. **Tomada de decisão em administração com planilhas eletrônicas**; trad. Lúcia Simonini e Edson Furmankiewicz. 6ed. Porto Alegre: Bookman 2005.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**. 14ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- PADOVEZE, Clovis Diniz. **Controladoria Estratégia e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. 3ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- PAULA, R. A.; CAPELO, E. J.; COSTA, C. C. O cálculo do valor presente líquido com tratamento do risco através do método de simulação de Monte Carlo. **Anais... XXXI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2007.
- SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SANTOS, Anna Karlla Veras; FERREIRA, Crislane Batista; NUNES, Karolina Gomes. Elaboração de um planejamento estratégico para a panificadora Nova Esperança. **Ciência Amazônica**, v. 1, n. 1, 2017.
- SECURATO, José Roberto. **Cálculo financeiro das tesourarias–bancos e empresas**. São Paulo: Saint Paul, 2012.
- SILVA, Leandro Aparecido; SANTOS, Aniele Fernandes dos; CARNEIRO, Tiago Douglas Cavalcante; ARAÚJO, Pablo Phorlan Pereira de. Análise do planejamento estratégico de uma MPE do setor de vestuário: estudo de caso na empresa galpão boutique de Caicó-RN. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 4, p. 229-266, 2017.
- SILVEIRA, Nauana Gaivota; MARTINS, Laís Karine Sardá; LUNKES, Rogério João; GASPARETTO, Valdirene. Alinhamento entre planejamento estratégico e planejamento orçamentário em uma instituição pública federal de ensino. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 8, n. 1, 2017.
- ZDANOWICZ, José Eduardo. **Criando valor através do orçamento**. Porto Alegre Novak, 2003.
- _____. **Fluxo de Caixa**. 7 ed. Porto Alegre: Sagra, 2004.

Capítulo 5

PROVENTOS, ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E DECISÕES DE INVESTIMENTOS DOS GESTORES

PEDRO IGOR DE SOUSA DAMASCENO

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) | E-mail: pedroigordamasceno.94@gmail.com

POLYANDRA ZAMPIERE PESSOA DA SILVA

Universidade Federal do Cariri (UFCA) | E-mail: polyandra@live.com

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar o impacto das informações assimétricas sobre os proventos organizacionais das companhias presentes no mercado de capitais nacional. A amostra compreendeu 518 observações e uma média analisada de 74 firmas listadas na B3 – Brasil Bolsa Balcão, por ano observado, considerando que se trata de um painel não balanceado, sendo excluídas as corporações de seguros e financeiras, cujas informações de mercado e contábeis foram obtidas por meio do banco de dados da *Thomson Reuters*®. A assimetria informacional utilizou como *proxy* a dispersão dos analistas de mercados para as projeções de lucros das ações, baseando-se nos estudos de Li e Zhao (2008), Drobetz, Grüninger e Hirschvogel (2010) e Lin, Chen e Tsai (2017). Já a mensuração dos proventos empresariais considerou a figura da recompra de ações e o pagamento de juros sobre capital próprio, conforme especificidade do mercado brasileiro, seguindo o modelo aplicado por Dittmar (2000) e Sousa (2017). Os achados indicam que a assimetria tem um efeito negativo e significativo estatisticamente a nível de 1% sobre os dividendos, podendo indicar que os proprietários fazem uso dos proventos para reduzir o fluxo de caixa da companhia e restringir decisões de investimentos por parte dos administrados, mitigando assim, possíveis atuações oportunistas dos últimos.

Palavras-chave: Assimetria de informações. Distribuição de proventos. Mercado emergente.

1 INTRODUÇÃO

Os proventos são consideradas das decisões financeiras mais importantes na vida das organizações, além de ser um tema amplamente debatido na área de finança, por representar a remuneração que será destinada aos sócios organizacionais, impactando diretamente no fluxo de caixa e na escolha dos investimentos corporativos (ALMEIDA; TAVARES; PEREIRA, 2014; ZANON; ARAUJO; NUNES, 2017).

Todavia, Miller e Modigliani (1961), mediante abordagem empírica e se baseando em um mercado perfeito, consideram que os proventos não são relevantes, uma vez que os investidores objetivam ganhos de capitais através da valorização de suas ações, fator esse que, segundo os autores, ocorreria apenas pelo aumento do lucro líquido empresarial.

Contudo, quando se analisam os dividendos em meio às imperfeições de mercado, ganha destaque a presença da assimetria informacional, uma vez que essa pode resultar em precificações

equivocadas por parte dos investidores, mediante disparidade ou ausência de dados entre estes e os gestores, causando volatilidade no valor das ações negociadas (TAVARES; MOREIRA; PEREIRA, 2012; CAMARGOS; BARBOSA, 2015).

Com isso, possibilitando uma maior compreensão sobre a relação entre proventos e assimetria informacional, são ressaltadas na literatura a teoria da agência que compreende essa associação no âmbito interno das firmas e as teorias das fontes hierárquicas (POT), sinalização e *Bird in the hand* que analisam essa perspectiva no ambiente de mercado (KRONBAUER *et al.*, 2015).

A *Bird in the hand Theory* defende que os investidores objetivam mitigar as incertezas de mercado, e dessa forma privilegiam ações distribuidoras de proventos, uma vez que estas asseguram maior probabilidade de retorno financeiro, cuja pesquisa de Lintner (1956) é considerada uma das precursoras desta teoria, uma vez que seus achados destacam o desejo dos credores por dividendos graduais e constantes.

No que diz respeito à teoria da agência elaborada por Jensen e Meckling (1976), essa destaca que, devido a separação entre controle e propriedade empresarial, conflitos de interesse envolvendo executivos e proprietários podem ocorrer nas firmas, e que neste contexto, a utilização dos proventos como um mecanismo de controle, com o intuito de reduzir o fluxo de caixa livre e mitigar a tomada de decisão acerca dos novos investimentos corporativos, passam a ser utilizados pelos sócios, restringindo assim, a atuação dos gerentes do negócio (LOPES JUNIOR, 2016).

Dessa maneira, mediante redução do capital disponível nas organizações, ocasionada por essa desconfiança entre gestores e proprietários, as companhias podem vir a fazer uso de capitais externos, para que concretizem os seus projetos organizacionais, todavia, recursos de terceiros geralmente são adquiridos de forma mais onerosa, dada a necessidade do retorno financeiro destes últimos, cujo fator pode vir a restringir a viabilidade de alguns investimentos corporativos (ROCHA *et al.*, 2012; MARQUES *et al.*, 2015).

Quanto aos recursos captados de forma mais dispendiosa pelas firmas, estes são relacionados com a POT, tendo em vista que, mediante o aumento da disparidade de dados entre agentes de mercado e executivos, os primeiros passam a exigir maiores recompensas do capital que fora destinado à companhia, considerando o aumento do risco e da incerteza desse investimento, fazendo com que os gestores evitem trabalhar com este tipo de recurso, devido ao seu elevado custo financeiro (MAYERS, 1984; MAYERS; MAJLUF, 1984; MARQUES *et al.*, 2015).

No que se refere à Teoria da Sinalização, a mesma argumenta que em ambientes assimétricos, os administradores fazem uso dos proventos para repassar, ao mercado, sinais acerca do desempenho futuro da companhia, cujo aumento na distribuição de lucros resulta em uma valorização no valor do

empreendimento, já uma redução ocasiona desvalorização das ações da firma (MARTINS; FAMÁ, 2012).

Nesta perspectiva, estudos foram realizados (LI; ZHAO, 2008; PIETRO NETO; GALLI; DECOURT, 2008; DROBETZ; GRÜNINGER; HIRSCHVOGL, 2010; AGGARWAL; CAO; CHEN, 2012; BACHMANN; AZEVEDO; CLEMENTE, 2012; VIEIRA; PINHO; LEITE, 2013; HAIL; TAHOUN; WANG, 2014; LIN; CHEN; TSAI, 2017) com o intuito de analisar o efeito gerado pela assimetria informacional sobre os proventos organizacionais, todavia, os seus achados são considerados controversos, divergindo de acordo com a metodologia empregada e com as especificidades dos mercados observados.

Todavia, como ressaltado pela teoria da agência, conflitos de interesse entre administradores e sócios são comuns nas firmas, dessa forma, em ambientes de elevada assimetria, os primeiros podem tomar decisões em benefício próprio, objetivando o aumento de recursos disponíveis no caixa da firma e futuras compensações salariais estabelecidas em seus contratos, por meio do atendimento de metas contábeis, expropriando, dessa forma, os anseios dos sócios (MACHADO; BEUREN, 2014; SILVA; RUFINO; ARAÚJO, 2017).

Nesse sentido, o presente estudo, visando contribuir com a literatura sobre o assunto, apresenta como objetivo verificar o efeito causado pela assimetria informacional nos proventos das companhias atuantes no mercado de capitais brasileiro. Em que os achados podem facilitar uma melhor compreensão acerca dessa temática, sobretudo porque pesquisas anteriores apresentaram explicações parciais e muitas vezes conflitantes (VERDI, 2001). Ademais, os resultados encontrados podem indicar a necessidade de um maior controle e acompanhamento das decisões dos gestores, por parte dos proprietários, a fim de que ocorra uma alocação dos recursos organizacionais mais eficiente, atendendo aos interesses de ambas as partes dos componentes do empreendimento, e conseqüentemente, reduzindo a disparidade de dados entre as mesmas.

O estudo está dividido em cinco seções, cuja introdução compreende a primeira. Na seção 2 é detalhado o referencial teórico que embasa a pesquisa e as evidências empíricas sobre o assunto. A seção 3 orienta-se ao método que fora aplicado. E por fim, na seção 4, é apresentada a análise dos resultados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DISTRIBUIÇÕES DE PROVENTOS

Os proventos representam uma decisão dos gestores acerca da porcentagem do lucro líquido que será destinada aos acionistas da empresa, e após a sua determinação, o valor excedente dos rendimentos será reinvestido nos projetos futuros da firma (ALMEIDA; TAVARES; PEREIRA, 2014; ZANON; ARAUJO; NUNES, 2017). Adicionalmente, Holanda e Coelho (2012) endossam que os dividendos se configuram como uma das principais deliberações financeiras das organizações, por estes causarem uma redução de capital no fluxo de caixa da companhia, impactando diretamente na escolha dos investimentos e nas fontes de financiamento corporativo.

Nesse aspecto também é importante ressaltar a atuação dos proventos no ambiente externo às firmas, uma vez que são considerados pelos credores como um fator crucial nas suas decisões de investimento, representando a remuneração do seu capital (FONTELES *et al.*, 2012; KRONBAUER *et al.*, 2015). Todavia, estudos sobre esse tema são considerados controversos, tendo em vista que os seus achados têm apresentando explicações parciais sobre o assunto (VERDI, 2001). Com isso, novas teorias a respeito dessa temática foram desenvolvidas, sendo destacadas na literatura a *Bird in the hand theory*, as teorias da irrelevância, agência e sinalização, bem como o efeito clientela e a *Pecking order theory* (KRONBAUER *et al.*, 2015; GONÇALVES; SILVA; BORGES JUNIOR, 2018).

A primeira teoria que identificou o papel dos proventos nos mercados acionários foi a *bird in the hand theory*, que enfatiza a preferência dos credores por possuírem ações distribuidoras de proventos, em detrimento à obtenção de ganhos de capitais, uma vez que aqueles objetivam mitigar as incertezas e os riscos de mercado (BRIGHAM; GAPENSKI; EHRHARDT, 2001).

Um dos estudos que originaram a *bird in the hand theory* foi o de Lintner (1956), que demonstrou o desejo dos investidores da época por um crescimento gradual nos dividendos, destacando o caráter informativo que estes repesavam ao mercado e provocando nos credores uma perspectiva de solidez financeira por parte das firmas, quando estas distribuíam proventos de maneira estável, além de reduzir a assimetria informacional existente.

Posteriormente, Miller e Modigliani (1961), refutando os estudos anteriores, elaboraram a teoria de irrelevância, baseando-se em um mercado perfeito e sustentando o pressuposto de que os proventos não ocasionavam elevação no valor de mercado do empreendimento, logo, esses não deveriam ser relevantes para os credores, cuja valoração das ações ocorreria apenas pela capacidade dos ativos da companhia em gerar lucros.

Contudo, Decourt e Procianoy (2009) argumentam que os proventos detêm um papel central na valorização das ações organizacionais. Ratificando, Bachmann, Azevedo e Clemente (2012) destacam que a teoria da irrelevância se contrapõe a diversas hipóteses que tratam dos dividendos, justamente por não apresentar uma relação direta com a realidade vivenciada pelas empresas.

Desta forma, Miller e Modigliani (1961), mediante diversas críticas enfrentadas pela teoria da irrelevância, desenvolveram uma segunda hipótese, denominada de efeito clientela, em que identificaram a preferência dos credores em obterem rendimentos líquidos, dessa maneira, se os proventos apresentassem menor alíquota de taxaço, estes seriam mais desejados do que os ganhos de capitais que sofreriam uma maior incidência de impostos e reduziriam a margem de lucro dos investidores (MARTINS; FAMÁ, 2012).

Nesse contexto, Holanda e Coelho (2012) destacam que no Brasil existe uma vantagem para as companhias ao trabalharem com dividendos, já que estes não sofrem taxaço. Adicionalmente, Fonteles *et al.* (2012) aborda que o efeito clientela se faz presente de forma mais incisiva no mercado estadunidense, devido as diferentes taxaço existentes naquele país, porém a sua atuação no mercado nacional é praticamente nula, mediante a sua não tributaço.

Com isso, a relação entre proventos e assimetria informacional se torna mais evidente através da teoria da agência, enfatizada no âmbito interno das organizações, e pelas teorias da sinalizaço e fontes hierárquicas, destinadas a compreender a disparidade de dados entre administradores e investidores presentes no ambiente de mercado.

Jensen e Meckling (1976), amparados pelas relações de trabalho existente nas firmas, desenvolveram a teoria da agência, em que os acionistas tidos como principal, atuavam como provedores de recursos ao negócio, e os gestores denominados agentes, deveriam tomar decisões referentes à gestão da firma, de modo a trabalhar em favor do primeiro.

A partir do estabelecimento desse contrato, ocorreu a separação entre controle e propriedade empresarial, em que os executivos objetivavam a longevidade do empreendimento e os proprietários a mais valia de suas ações, ocasionando assim em um conflito de interesses entre ambas as partes (CARVALHO, 2002; LOPES JUNIOR, 2016).

Dessa maneira, a figura dos proventos se fez presente, atuando como um mecanismo de controle do agente pelo principal, reduzindo o capital disponível no caixa da firma e obrigando, inicialmente, os gestores a elencarem projetos que apresentem menor risco empresarial, para onde deverão ser destinados os recursos corporativos e, posteriormente, para que a corporação concretize a sua política de investimentos, pode-se tornar necessária à utilização de capitais externos (ROCHA *et al.*, 2012; ALMEIDA; TAVARES; PEREIRA, 2014; MARQUES *et al.*, 2015).

Em meio a esse contexto, a teoria das fontes hierarquias ganha destaque uma vez que os administradores priorizam a utilização de capital interno, contudo, devido às dificuldades em custear os projetos organizacionais, esses optam por trabalhar com recursos externos, mediante emissão de dívidas e, por fim, como última alternativa, emitindo novas ações para captação de fundos junto ao mercado, com o intuito de financiar os investimentos da firma (MAYERS, 1984; MAYERS; MAJLUF, 1984).

Esse receio dos gestores em operar com capitais externos é explicado pela POT, pois mediante elevada assimetria de dados entre executivos e credores, estes últimos passam a exigir maiores retornos financeiros dos seus investimentos, dado o aumento da incerteza dessa operação, resultando em um custeio de capital mais oneroso para as companhias, tendo em vista que os seus novos investidores irão requerer quantias mais elevadas para remunerar os recursos que aplicaram na empresa (MARQUES *et al.*, 2015; GONÇALVES; SILVA; BORGES JUNIOR, 2018).

Já a teoria de sinalização defende que os administradores são melhores informados acerca do estado atual da companhia devido ao seu maior acesso sobre os dados corporativos, provocando uma assimetria de informações entre estes e os investidores que obtêm informações acerca do negócio em diferentes momentos (ABOODY; LEV, 2000).

Com isso, visando reduzir o efeito dessa disparidade de dados, os executivos repassam informações ao mercado por meio dos proventos, em que um aumento no pagamento destes poderia indicar um bom desempenho futuro da firma, bem como um corte nos mesmos causaria desvalorização no mercado, por refletir falta de solidez ou situação financeira desfavorável (MARTINS; FAMÁ, 2012; VIEIRA; PINHO; LEITE, 2013).

Desta forma, se torna evidente a atuação da assimetria de dados sobre o pagamento dos proventos corporativos, cujos investidores apresentam uma relação de dependência com os gestores organizacionais, sendo necessária a utilização dos dividendos tanto para controlar os executivos quanto para repassar sinais ao mercado de capitais. Ademais, estudos sobre o assunto têm apresentado resultados controversos, permitindo que pesquisadores desenvolvessem teorias que explicam parcialmente essa associação, sem contudo obterem resultados irrefutáveis ou que possibilitem uma compreensão por completo dessa relação.

2.2 ASSIMETRIA INFORMACIONAL DO MERCADO DE CAPITAIS

A assimetria informacional é caracterizada pela disparidade de dados entre agentes econômicos, de modo a favorecer a obtenção de ganhos de capitais por parte daquele que detém acesso a informações privilegiadas (GONÇALVES; SILVA; BORGES JUNIOR, 2018). Conforme

destacado anteriormente, dentro das organizações a assimetria se faz presente por meio dos conflitos de interesses entre executivos e investidores tal qual aborda a teoria da agência, sendo que os primeiros, devido a sua atuação na firma, detêm um panorama mais detalhado acerca do negócio, podendo fazer uso dessa vantagem informacional para aumentar a quantidade de recursos disponíveis na empresa, mediante expropriação dos interesses dos sócios (ABOODY; LEV, 2000; DROBETZ; GRÜNINGER; HIRSCHVOGL, 2010).

Diante dessa situação, os proprietários fazem uso dos dividendos para reduzir o fluxo de caixa livre, uma vez que aqueles são oriundos do lucro líquido corporativo, mitigando o processo de tomada de decisão por parte dos administradores e fazendo com que estes últimos destinem os recursos financeiros da organização a projetos que apresentem valor presente líquido (VPL) positivo ou que detenham menor grau de risco, cuja atitude de monitoramento por parte do principal é conhecida na literatura como custos de agência, e resulta em uma capitalização mais onerosa para os investimentos corporativos, como enfatizado pela POT (ROCHA *et al.*, 2012; LOPES JUNIOR, 2016).

Todavia, tais disparidades de dados citadas anteriormente também afetam os mercados de capitais, impactando na capacidade destes em precificar os ativos negociados, conforme ressaltado por Tavares, Moreira e Pereira (2012). Assim, transações que ocorrem em ambientes de elevada assimetria podem se dar sem o seu valor justo, pois, nesse contexto, diferentes interpretações são passíveis de serem feitas pelos investidores, gerando volatilidade nos preços das ações tanto de forma positiva quanto negativa.

Acerca desse assunto, Camargos e Barbosa (2015) destacam que em ambientes assimétricos, algumas informações relevantes podem não ser divulgadas de forma ampla ao mercado, dentre esses dados importantes, os autores destacam os proventos, uma vez que estes impactam tanto sobre o fluxo de caixa quanto sobre desempenho futuro da firma, tal qual é destacado pelas teorias da agência e sinalização, sendo que a última ampara as proposições de Lintner (1956), ao ressaltarem o desejo dos investidores por um comportamento estável dos dividendos.

Com isso, os administradores podem realizar uma distribuição constante e gradual dos proventos corporativos, repassando sinais positivos ao mercado, atendendo aos objetivos dos credores, e se beneficiando com a assimetria informacional acerca do empreendimento, destinando uma pequena parte do lucro líquido empresarial aos proprietários, e aplicando um percentual maior desse montante na política de investimentos da firma, reduzindo assim o custeio dos projetos organizacionais (DROBETZ, GRÜNINGER; HIRSCHVOGL, 2010).

Nesse contexto, os proventos passam a atender os interesses dos executivos que agem não apenas com o intuito de aumentar o fluxo de caixa corporativo, como também de maximizar a sua utilidade pessoal, pois, como destacado por Silva, Rufino e Araújo (2017), a fim de alinhar os

objetivos dos gestores com os dos sócios e mitigar possíveis problemas de agência, foram estabelecidos aos primeiros, pacotes de remuneração que variam de acordo com os resultados da companhia. Dessa forma, uma maior quantidade de capital disponível permite aos executivos elencarem investimentos que não apresentam VPL positivo ou se encontram em condições menos favoráveis do ponto de vista financeiro, com o intuito de atender a metas contábeis relacionadas às suas compensações contratuais (MACHADO; BEUREN, 2014; MARQUES *et al.*, 2015).

Adicionalmente, Herling *et al.* (2012) ressaltam que a redução nos custos de capitais, geralmente associados pela utilização de recursos próprios, sem a necessidade de participação de terceiros, permite aumentar a probabilidade de investimentos menos atrativos por apresentarem resultados positivos. Todavia, McNichols e Stubben (2008) destacam que o desenvolvimento de projetos questionáveis pode ocasionar em desempenho financeiro de longo prazo abaixo do desejado pelos proprietários, porém atendendo as metas contábeis estabelecidas aos gestores.

Assim, diante do exposto, fica evidente que a assimetria informacional impacta tanto nas relações internas quanto externas às corporações, cuja dependência dos investidores se dá devido ao menor acesso aos dados corporativos, permitindo que administradores realizem práticas oportunistas a fim de atender a benefícios próprios e expropriando os interesses dos sócios, podendo ocasionar problemas no desempenho futuro da firma e na capacidade dos mercados de capitais em precificar adequadamente as suas ações negociadas.

2.3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Essa seção é destinada à revisão da literatura, apresentando um resumo dos principais estudos que tratam dos proventos e a sua correlação com a assimetria tanto em âmbito nacional como internacional.

Li e Zhao (2008) utilizaram como *proxies* para informações assimétricas, a dispersão das previsões e os erros dos analistas de mercado para o lucro das ações, relacionando tais mensurações com o pagamento de proventos das empresas americanas. Seus resultados evidenciam que quanto maior a disparidade de dados, menor era a porcentagem paga em dividendos e mais alta a relutância das empresas em alterar estes, não condizendo com os pressupostos da teoria da sinalização.

Pietro Neto, Galli e Decourt (2008) analisaram a presença da assimetria informacional nos avisos de distribuição de dividendos das empresas brasileiras, identificando uma associação entre divulgação de informações privilegiadas e retornos anormais dos investidores, durante o período de 1998 a 2006. Sua amostra foi composta pelas empresas presentes na carteira teórica do Ibovespa entre os meses de janeiro a abril de 2006.

Dessa forma, os autores observaram a janela de negociação das ações durante o período de cinco dias antes e depois da data de realização dos anúncios sobre proventos, compreendendo a presença de retornos anormais em diversos momentos, e adicionalmente identificando que tais comunicações corporativas eram vistas de forma positiva pelo mercado, uma vez que impactavam na cotação das companhias, tal qual aborda a hipótese da sinalização.

Drobtz, Grüninger e Hirschvogel (2010), sob a ótica da teoria da agência, examinaram a relação entre informações assimétricas e menor disponibilidade de fluxo de caixa livre em companhias de 45 países europeus, para tanto aplicaram as mesmas *proxies* de Li e Zhao (2008), que empregam a dispersão das previsões e os erros dos analistas de mercado para o lucro das ações. Seus achados corroboram a teoria da agência, na qual fora identificada uma associação positiva e significativa entre dividendos e a assimetria, ao passo que o aumento em ambos reflete em uma redução de capital no fluxo de caixa organizacional.

Aggarwal, Cao e Chen (2012) observaram a associação entre a quantidade de informações públicas disponíveis sobre as firmas e o grau informacional dos seus dividendos no mercado de capitais norte-americano. Assim, a amostra do estudo compreendeu-se por empresas não americanas que se cruzavam nas bolsas de valores dos Estados Unidos, sob a forma de *American Depository Receipts* (ADR), entre os anos de 1991 a 2007, excluindo-se as companhias financeiras. A *proxy* utilizada para assimetria foi desenvolvida pelos autores baseando-se em métricas aplicadas em pesquisas anteriores, bem como em dados e previsões de retorno das ações.

Seus resultados evidenciam que as companhias emitentes de ADR's, que disponibilizavam uma grande quantidade de informações aos investidores americanos, não apresentam incentivos para aumentar o seu pagamento de dividendos, tão pouco necessitavam destes como um dispositivo de sinalização ao mercado.

Bachmann, Azevedo e Clemente (2012) observaram a regularidade no pagamento de proventos das empresas presentes no mercado tradicional e nos segmentos especiais de governança corporativa da bolsa brasileira, durante o período de 2001 a 2010. Para tanto, utilizaram uma correlação de *Pearson*, analisando o coeficiente de variação dos proventos e as quantias destinadas aos acionistas preferenciais, ordinários, bem como o total pago em dividendos pelas firmas. Dessa maneira, reconheceram uma relação negativa entre governança e regularidade na distribuição de proventos, também identificando que estas se associavam de maneira positiva quando se trata de ações preferenciais.

Examinando se a divulgação de alterações em dividendos afetava o preço das ações negociadas em Portugal, França e Reino Unido, durante o período de 2004 a 2010, Vieira, Pinho e Leite (2013) não identificaram uma relação significativa, todavia estes observaram que, diante de

modificações em proventos não comunicadas os investidores, apenas o mercado português que apresentava menor proteção aos acionistas e índices mais baixos em governança era impactado por essas alterações e sofria oscilações nos de preços das transações.

Hail, Tahoun e Wang (2014) por meio de uma amostra global de firmas oriundas de 49 nações, examinaram se a adoção ao padrão contábil internacional *IFRS* e a execução de leis mais severas contra negociações envolvendo informações privilegiadas em diversos países, reduziram a assimetria de dados nos mercados de capitais e afetaram a política de proventos destas organizações, observando o período de 1993 a 2008. Os resultados indicam que as empresas de países que passaram por ambos os eventos analisados, são menos propensas a aumentar os dividendos e mais sujeitas a cortar a distribuição destes, uma vez que esses não apresentam o mesmo grau informacional que tinham anteriormente, devido a maior simetria de dados no mercado.

Por fim, Lin, Chen e Tsai (2017) verificaram no emergente mercado chinês, o impacto da disparidade de dados entre os agentes de mercado no pagamento dos proventos empresariais, entre os anos de 2003 a 2012, sendo aplicadas as mesmas *proxies* de Li e Zhao (2008) e Drobetz, Grüninger e Hirschvogel (2010) para mensurar a assimetria. Seus achados corroboraram o estudo de Li e Zhao (2008) ao identificar uma relação negativa entre dividendos e informações assimétricas.

3 METODOLOGIA

Nessa seção serão detalhados os procedimentos metodológicos da pesquisa, que fora dividida em a) coleta da amostra e tratamento dos dados, e b) descrição das variáveis utilizadas.

3.1 COLETA DE AMOSTRA E TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados relativos às informações contábeis e de mercado utilizados nesta pesquisa foram obtidos por meio do banco de dados da Thomson Reuters®, em que foram analisadas as empresas listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3), entre os anos de 2010 a 2016, sendo excluídas as firmas financeiras e de seguros, bem como as companhias que não apresentaram lucros durante os exercícios observados, evitando assim, a presença de pagamentos negativos nos proventos e, por fim, foram desconsiderados os valores faltantes. Com isso, a amostra foi composta por 518 observações e uma média de 74 corporações analisadas por ano, considerando que se trata de um painel não balanceado, como destacado na Tabela 1.

Tabela 1 – Amostra da Pesquisa

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Observações Brutas	563	563	563	563	563	563	563	3.941
(-) Finanças e Seguros	53	53	53	53	53	53	53	371
(-) Valores Faltantes	446	435	404	406	402	415	475	2.983
(-) Pagamento Negativo	-	6	15	8	14	20	6	69
(=) Total	64	69	91	96	94	75	29	518

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

A técnica de dados em painel fora aplicada para realizar o agrupamento de dados do estudo. Como destaca Brooks (2008), essa técnica apresenta três abordagens, sendo estas o efeito fixo, efeito aleatório e o *pooled*. Dessa forma, foram realizados o teste de *chow* e o teste *Lagrange Multiplier* (LM) de *Breusch-Pagan* para identificar qual a abordagem mais adequada deveria ser aplicada nos dados da pesquisa, como destacado na Tabela 2.

Tabela 2 - Testes para identificação do tipo de dado em painel a ser utilizado

Testes	Estatística do Teste	P-Valor
Teste de Chow	1,050	0,667
Teste LM de Breusch-Pagan	0,010	0,851

Fonte: Resultados da Pesquisa (2017).

Conforme demonstra a Tabela 2, o teste de *Chow*, que compara a abordagem *pooled* versus efeito fixo, indicou que entre as duas tipologias averiguadas a mais adequada é a *pooled*. Já o teste de *Breusch-Pagan* que analisa o método *pooled* versus efeito aleatório, também demonstrou que o tipo *pooled* é o mais propício aos dados analisados. Dessa forma, para o estudo fora aplicado o modelo de painel do tipo *pooled*, não balanceado, em que a estimação dos parâmetros se deu pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), por meio do *software* Gretl.

3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

O cálculo da variável DIV considerou as especificidades do mercado acionário nacional, incorporando os juros sobre capital próprio e a recompra de ações para mensuração do pagamento de proventos. Como destacam Kronbauer *et al.* (2015), tais opções são frequentemente usadas pelas organizações, seja para a distribuição de capital excedente no caixa corporativo ou pela redução do

imposto de renda da companhia propiciada pelos juros sobre capital próprio, com isso, baseado nas propostas de Dittmar (2000) e Sousa (2017), fora elaborada a Equação 1.

$$i_{i,t} = \left[\frac{DividendosPagos_{i,t} + JSCP_{i,t} + RecompradeAções_{i,t}}{LucroLíquido_{i,t}} \right] \times 100 \quad (1)$$

Onde, $i_{i,t}$ = taxa de pagamento de dividendos da empresa i , no período t ; $DividendosPagos_{i,t}$ = valor pago em pagamento de dividendos da empresa i , no período t ; $JSCP_{i,t}$ = valor distribuído em juros sobre o capital próprio da empresa i , no período t ; $RecompradeAções_{i,t}$ = valor pago em recompra de ações da empresa i , no período t ; e o $LucroLíquido_{i,t}$ = lucro líquido do exercício da empresa i , no período t .

Para mensurar a variável relacionada à assimetria informacional (ASY), foi utilizado o mesmo método empregado por Li e Zhao (2008), Drobetz, Grüninger e Hirschvogel (2010), e Lin, Chen e Tsai (2017), conforme apresentado na equação 2.

$$ASY_{i,t} = \ln \left(1 + \frac{MedianadasPrevisões_{i,t} \vee DesvioPadrãodaPrevisãodosAnalistas_{i,t}}{LucroLíquido_{i,t}} \right) \quad (2)$$

Em que, $ASY_{i,t}$ = variável dependente para informação assimétrica da empresa i , no período t ; $DesvioPadrãodaPrevisãodosAnalistas_{i,t}$ = valor do desvio padrão da previsão de lucros pelos analistas de mercado, para a empresa i , no período t ; e a $MedianadasPrevisões_{i,t}$ = valor da mediana da previsão de lucros pelos analistas de mercado, para a empresa i , no período t .

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA

A seguir, na Tabela 3, serão detalhadas as estatísticas descritivas referentes às variáveis em estudo, precisamente, a média, a mediana, o desvio padrão (DP), e os valores mínimo e máximo observados durante a análise.

Tabela 3 – Estatísticas Descritivas das Variáveis

Variável	Média	Mediana	DP	Mínimo	Máximo
DIV	0,7921	0,34626	3,7999	0,0000	81,3767

ASY	0,2136	0,1245	0,3484	0,0000	4,2415
-----	--------	--------	--------	--------	--------

Legenda: DIV: *Proxy* para Pagamento de Dividendos; ASY: *Proxy* para Informação Assimétrica;
 Fonte: Resultados da Pesquisa (2017).

Conforme a Tabela 3, a assimetria informacional demonstrou uma média de 0,2136, reforçando o estudo de Lin, Cheng e Tsi (2017), que obtiveram uma média de 0,2060 durante sua observação das empresas chinesas, entre os anos de 2003 a 2012. Já o pagamento de proventos apresentou valor máximo de 81,3767 e mínimo de 0,0000, cuja média foi de 0,7921 e seu desvio padrão de 3,7999, tais resultados não condizem com os achados de Lin, Cheng e Tsi (2017), que obtiveram resultados inferiores.

Em seguida, fora realizada a matriz de correlação de Pearson, a fim de averiguar as relações das variáveis utilizadas no estudo. De acordo com a Tabela 4, a variável DIV demonstrou uma correlação negativa e significativa com a variável independente ASY, ratificando os resultados obtidos por Li e Zhao (2008) e Lin, Cheng e Tsi (2017).

Tabela 4 - Matriz de Correlação de Pearson

Variáveis	DIV	ASY
DIV	1	
ASY	-0,0133*	1

Nota: Significância: *: 10%
 Fonte: Resultados da Pesquisa (2017).

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são destacados os resultados da estimação que analisou a atuação da disparidade de dados entre administradores e investidores na distribuição de proventos ao mercado brasileiro, como apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - Resultados da Estimação

	Coefficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor	
ASY	-0,154927	0,0420322	-3,6859	0,0003	***

Nota: Significância: ***: 1%.
 Fonte: Resultados da Pesquisa (2017).

Conforme a Tabela 5, o resultado da estimação do estudo indica que a variável assimetria informacional gera um impacto negativo na distribuição de proventos, e significativo a nível de 1% para o mercado de capitais brasileiro, podendo indicar que em um contexto de elevada disparidade de dados entre executivos e sócios, os últimos podem fazer uso dos dividendos com o intuito de reduzir o fluxo de caixa da companhia e restringir as decisões de investimentos por parte dos primeiros, mitigando assim, possíveis atuações oportunistas dos gestores.

Os achados corroboram os estudos de Li e Zhao (2008) e Lin, Cheng e Tsi (2017) que obtiveram conclusões semelhantes ao observarem o mercado norte-americano e chinês, respectivamente. Sendo importante destacar que os resultados obtidos por essa pesquisa se restringem a companhias não financeiras e de seguros, e ao período analisado.

REFERÊNCIAS

ABOODY, David; LEV, Baruch. Information asymmetry, R&D, and insider gains. **The Journal of Finance**, v. 55, n. 6, p. 2747-2766, 2000.

ALMEIDA, L. A. G.; TAVARES, F. O.; PEREIRA, E. T. Determinante da política de dividendos em Portugal. **Revista Universo Contábil**, v. 10, n. 4, p. 162-181, 2014.

BACHMANN, R. K. B.; AZEVEDO, S. U.; CLEMENTE, A. Regularidade no pagamento de dividendos e governança Corporativa: estudo em companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 2, p. 68, 2012.

BRIGHAM, E. F.; GAPENSKI, L. C.; EHRHARDT, M. C. **Administração Financeira: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

BROOKS, C. **Introductory econometrics for finance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. Eficiência informacional do mercado de capitais brasileiro em anúncios de fusões e aquisições. **Production**, v. 25, p. 571-584, 2015.

CARVALHO, A. G. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. São Paulo, **Revista de Administração**. 37, n. 3, p. 19-32, 2002.

DECOURT, R. F.; PROCIANOY, J. L. O processo decisório da distribuição de lucros das empresas listadas na Bovespa. 2009. In: **Encontro Brasileiro de Finanças**, 9, 2009, São Leopoldo, 2009.

DITTMAR, A. K. Why do firms repurchase stock? **The Journal of Business**, v. 73, n. 3, p. 331-355, 2000.

DROBETZ, W.; GRÜNINGER, M. C.; HIRSCHVOGL, S. Information asymmetry and the value of cash. **Journal of Banking e Finance**, v. 34, n. 9, p. 2168-2184, 2010.

FONTELES, I. V.; PEIXOTO JÚNIOR, C. A.; VASCONCELOS, A. C.; DE LUCA, M. M. M. Política de dividendos das empresas participantes do índice dividendos da BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, v. 23, n. 3, 2012.

GONÇALVES, T. J. C.; SILVA, A. R. P.; BORGES JUNIOR, P. A Forma de Financiamento das Companhias Abertas sob os Pressupostos da Pecking Order Theory e Trade Off Theory. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 6, n. 1, p. 101-118, 2018.

HAIL, L.; TAHOUN, A.; WANG, C. Dividend payouts and information shocks. **Journal of Accounting Research**, v. 52, n. 2, p. 403-456, 2014.

HERLING, L. H. D.; LIMA, M. V. A.; MORITZ, G. O.; MARANGONI, P. H. Testando a hipótese de eficiência de mercado por meio de redes neurais artificiais: um estudo de caso com as dez principais ações do Ibovespa do primeiro quadrimestre de 2011. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategy**, v. 4, n. 2, p. 164-187, 2012.

HOLANDA, A. P.; COELHO, A. C. D. **Dividendos e efeito clientela**: evidências no mercado brasileiro. **RAE**, v. 52, p. 448-463, 2012.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost, and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KRONBAUER, C. A.; LOPES, J. C. S.; BARBOSA, M. A. G.; SCHWERZ, M. B. Uma análise dos Estudos sobre Política de Dividendos nos Periódicos Brasileiros no Período de 2007 a 2012. **Revista de Ciências Jurídicas**, v. 15, n. 2, 2015.

LI, K.; ZHAO, X. Asymmetric information and dividend policy. **Financial management**, v. 37, n. 4, p. 673-694, 2008.

LIN, T. J.; CHEN, Y. P.; TSAI, H. F. The relationship among information asymmetry, dividend policy and ownership structure. **Finance Research Letters**, v. 20, p. 1-12, 2017.

LINTNER, J. Distribution of incomes of corporations among dividends, retained earnings, and taxes. **American Economic Review**, v. 46, n.2, p. 97-113, 1956.

LOPES JUNIOR, E. P. **Efeito do ambiente político sobre o investimento realizado por empresas estatais**. 2016. 127p. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2016.

MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Gerenciamento de resultados: análise das publicações em periódicos brasileiros de contabilidade. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 33, n. 1, p. 19-36, 2014.

MARTINS, A. I.; FAMÁ, R. O que revelam os estudos realizados no Brasil sobre política de dividendos? **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 1, p. 24-39, 2012.

MARQUES, V. A.; ALVES, R. F. C.; AMARAL, H. F.; SOUZA, A. A. Relação entre Níveis de Governança, Política de Dividendos, Endividamento e Valor das Empresas Brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, v. 3, n. 2, p. 4-26, 2015.

MAYERS, S. The Capital Structure Puzzle. **Journal of Finance**, v.39, n. 3, p.575-592, (1984).

_____ ; MAJLUF, N.S. Corporate financing and investment decisions when firms have information that investors do not have. **Journal of Financial Economics**, v.13, n. 2, p. 187-221, 1984.

MILLER, M. H.; MODIGLIANI, F. Dividend policy, growth, and the valuation of shares. **The Journal of Business**, v. XXXIV, n. 4, p. 411-433, 1961.

MCNICHOLS, M. F.; STUBBEN, S. R. Does earnings management affect firms' investment decisions? **The accounting review**, v. 83, n. 6, p. 1571-1603, 2008.

PIETRO NETO, J.; GALLI, O. C.; DECOURT, R. F. Volatilidade, magnitude dos proventos e a sinalização na política de distribuição de lucros. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 1, n. 1, 2008.

ROCHA, I.; PEREIRA, A. M.; BEZERRA, F. A.; NASCIMENTO, S. Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação. **Revista de Gestão USP – REGE**, v. 19, p. 327, 2012.

SILVA, P. Z. P.; RUFINO, M. A.; ARAUJO, V. R. B. S. Compensação de Executivo, Gerenciamento de Resultado e Investimento: evidências Empíricas no Mercado Brasileiro. In: **XX SemeAd - Seminários em Administração**, São Paulo, 2017.

SOUSA, R. A. M. de. **Persistência de dividendos e gerenciamento de resultados em mercados de capitais da América Latina**. 2017. 69 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

TAVARES, F. O.; MOREIRA, A. C.; PEREIRA, E. T. Assimetria de informação no mercado imobiliário: uma revisão da literatura. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 2, p. 146-164, 2012.

VERDI, R. S. **A influência dos impostos sobre o pagamento de dividendos no preço das ações: um estudo do mercado**. 2001. 75 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

VIEIRA, E. S.; PINHO, C.; LEITE, S. Reação do mercado ao anúncio de dividendos: evidência em países europeus. **Estudos do ISCA**, n. 5, 2013.

ZANON, A. R. M.; ARAÚJO, C. G.; NUNES, A. Influência da Política de Dividendos no Valor de Mercado das Empresas Brasileiras. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. v. 7, n. 3, p. 326-339, 2017.

Capítulo 6

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA GRENDENE S/A

CÍCERA EDNA DA SILVA

Universidade Federal do Cariri (UFCA) | E-mail: c.ednasilva@gmail.com

POLYANDRA ZAMPIERE PESSOA DA SILVA

Universidade Federal do Cariri (UFCA) | E-mail: polyandra@live.com

RESUMO

A análise do desempenho econômico-financeiro das demonstrações contábeis é uma ferramenta essencial para a geração de informações, que fornecem aos administradores das empresas uma melhor visão das tendências dos negócios assegurando um ambiente vantajoso para o crescimento da organização. Neste contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar o desempenho econômico-financeiro da empresa Grendene S/A no período de 2015 a 2017. Para isto, realizou-se um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, baseado em indicadores econômico-financeiros de liquidez, endividamento, rentabilidade e atividade, calculados basicamente a partir das demonstrações contábeis da empresa Grendene S/A, publicadas na BM&FBOVESPA. Os resultados da pesquisa apontam por meio dos índices de liquidez que a empresa apresentou resultados satisfatórios quanto a sua capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo. Em relação ao seu endividamento, os dados revelam que a empresa não tem grande dependência de capitais de terceiros, demonstrando uma margem de segurança. No que se refere aos índices de rentabilidade, foram obtidos valores positivos para a média dos anos analisados. Enquanto os índices de atividade apresentaram variações positivas. Portanto, pode-se observar que os indicadores econômico-financeiros da empresa Grendene nos anos de 2015 e 2017 apresentaram variações relevantes, demonstrando um desempenho econômico-financeiro satisfatório.

Palavras-chave: Desempenho econômico. Financeiro. Análise. Indicadores.

1 INTRODUÇÃO

Em meio às exigências fiscais e à competitividade, as organizações, para obterem maiores chances no mercado atual, encontram nas informações extraídas das análises de suas demonstrações, os subsídios para compreender e monitorar o desempenho para a vantajosa tomada de decisões das mesmas. A análise do desempenho econômico-financeiro das demonstrações contábeis é uma ferramenta essencial para a geração de informações, as quais fornecem aos administradores das empresas uma melhor visão das tendências dos negócios assegurando um bom planejamento estratégico para o crescimento da organização.

Segundo Assaf Neto (2010), as Demonstrações Financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa. Com base nessas informações contábeis fornecidas é relatada a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e a futura, atendendo os objetivos de análise dos investidores, credores e do mercado econômico.

Nesse sentido, José Carlos Marion (2010) relata que através dos indicadores financeiros como os índices de liquidez, índices de rentabilidade, índices de endividamento, que são elaborados a partir das demonstrações contábeis, são feitos os relatórios que apresentam a situação econômico-financeira da empresa, e através destes relatórios que têm como base as demonstrações contábeis, o gestor tomará as medidas para o crescimento organizacional.

Levando em consideração a importância da geração de informações que a análise de desempenho econômico-financeiro das demonstrações contábeis fornece aos administradores das empresas, dando uma melhor visão das tendências dos negócios e assegurando um ambiente vantajoso para o crescimento da organização, o presente estudo busca responder o seguinte questionamento: Qual o desempenho econômico-financeiro da empresa Grendene S/A no período de 2015 a 2017?

O objetivo deste estudo é analisar o desempenho econômico-financeiro da Grendene S/A, empresa listada na BM&FBOVESPA, no período de 2015 a 2017. Para atender o objetivo foi necessário levantar os indicadores econômico-financeiros de liquidez, endividamento, rentabilidade e atividade, calculados basicamente a partir das demonstrações contábeis da empresa Grendene S/A e pesquisa bibliográfica.

Em relação à estruturação, este trabalho se divide em quatro seções. Após esta parte introdutória, apresenta-se o referencial teórico; em seguida, na terceira seção, é apresentada a metodologia utilizada; na quarta, apresentam-se os resultados obtidos com as análises. Por fim, são apresentadas as considerações finais da realização do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Desde os primórdios da contabilidade, a análise das demonstrações contábeis é realizada, pois os analistas já se preocupavam em anotar as variações quantitativas e qualitativas das várias categorias de bens existentes em seu inventário antes mesmo da existência das próprias demonstrações (LUCIDIUS, 2010).

Segundo Assaf Neto (2009), a análise das demonstrações visa demonstrar com base nas informações contábeis extraídas das empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas de sua evolução e as tendências futuras, analisando o presente com base no passado. Com a análise das demonstrações financeiras, o analista transformará as informações que permitem concluir o estado da empresa quanto ao crédito, quanto à sua administração, se tem como pagar as suas dívidas, se está

obtendo lucratividade, retorno dos investimentos, ou seja, as variações econômicas e financeiras na execução de suas atividades (MATARAZZO, 2003).

O objetivo da análise das demonstrações contábeis como instrumento de gerência e controle consiste em proporcionar aos administradores da empresa uma melhor visão das tendências dos negócios, pois as decisões administrativas devem ser tomadas em conexão com as informações contábeis, visando demonstrar o quanto os elementos das demonstrações contábeis são fundamentais para a tomada de decisão nas organizações (CRISTIANE, 2014).

2.2 ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica (ESTRUTURA CONCEITUAL CPC 00, 2008, p.7). Segundo Matarazzo (2003, p. 15):

As demonstrações Financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.

São várias as demonstrações contábeis que as empresas são obrigadas a apresentar no final de cada exercício financeiro, como o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e outras demonstrações que servirão para apresentar as informações tanto para os usuários internos como os externos interessados na empresa. A abordagem deste estudo será sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, pois demonstram, respectivamente, a situação financeira e econômica, a qual será estudada, por ser grande modelo sintético de decisão para a gestão econômica (PADOVEZE, 2004).

2.3 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo básico e obrigatório que apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa, em sentido estático. Ele é composto por três partes essenciais: Ativo (bens, direitos e demais aplicações de recursos), capaz de gerar benefícios econômicos futuros; Passivo (obrigações, origem dos recursos); Patrimônio Líquido (capital investido pelos sócios) é constituído de duas colunas que são: lado direito o Passivo e Patrimônio Líquido, do lado esquerdo o Ativo, por mera convenção (IUDÍCIBUS, 2010).

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) é um sistema de cálculo ordenado que se baseia pelo princípio da competência, aonde as receitas e despesas serão apuradas de acordo com a ocorrência do fato e não pelo seu recebimento ou desembolso. Através da DRE é apurado o lucro, ou possível prejuízo, que caso a empresa venha a ter mediante a aplicação dos recursos na sua atividade empresarial. De acordo com Iudícibus (2010, p. 38-39):

A demonstração o resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutível (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).

2.5 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DE ÍNDICES

O conceito de análise de balanço é representado classicamente pelo conjunto de indicadores econômico-financeiros que consistem em números e percentuais resultantes de diversas inter-relações possíveis entre os elementos patrimoniais constantes no Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, buscando através dessas correlações os elementos que deem maior clareza para constatar a situação econômica da empresa (PADOVEZE, 2004).

No quadro exposto abaixo encontram-se três índices para cada grupo de indicadores econômicos financeiros, escolhidos para realizar a análise das demonstrações financeiras neste estudo. Entre eles os índices de liquidez, os índices de estrutura de capitais e os índices de atividade que avaliam a situação financeira da empresa e os índices de rentabilidade que avaliam a situação econômica, através dos dados extraídos do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício, respectivamente.

Quadro 1: Indicadores Econômicos e Financeiros

INDICADORES	FÓRMULA
Índices de Liquidez	
1. Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não circulante}}$
2. Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
3. Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
Índices de Estrutura de Capital	

4. Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante} \times 100}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
5. Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$
6. Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Imobilizado} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Índices de Rentabilidade	
7. Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$
8. Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo Total}}$
9. Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Índices de Atividade	
10. Prazo médio de Renovação dos Estoques	$\frac{\text{Estoque} \times 360}{\text{Custo das mercadorias vendidas/ Produtos Vendidos}}$
11. Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores	$\frac{\text{Fornecedores} \times 360}{\text{Compras}}$
12. Prazo Médio de Cobrança de Recebíveis	$\frac{\text{Clientes} \times 360}{\text{Receita de Vendas}}$

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003) e Assaf Neto (2010).

2.5.1 Índices de Liquidez

Para Assaf (2010), a liquidez de uma empresa é analisada através da sua capacidade de pagamento de suas obrigações de curto prazo frente a seus compromissos financeiros e Marion (2010) aponta que esses índices são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos sendo que essa capacidade de pagamento deve ser avaliada considerando o curto, longo ou prazo imediato. Para uma empresa ter boas condições de pagar suas dívidas, deve ter bons índices de liquidez.

A **Liquidez Geral** representa quanto a empresa possui no ativo circulante e realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total. Quanto maior for a liquidez geral, melhor é para a empresa. Na liquidez geral, o quociente serve para detectar a saúde financeira de longo prazo do empreendimento. Mais uma vez o problema dos prazos empobrece o sentido e a utilidade do quociente, a não ser que seja explicitamente levado em sua devida conta (IUDÍCIBUS, 2010). O índice de liquidez geral reúne todos os valores conversíveis, ativo circulante e realizável em longo prazo, em comparação com o total das responsabilidades, passivo circulante e exigível em longo prazo.

Na **Liquidez Corrente**, o quociente demonstra o percentual dos compromissos de curto prazo da empresa, que poderiam ser liquidados com a utilização dos recursos aplicados no Ativo Circulante. Comparando o ativo circulante com o passivo circulante, permite a possibilidade de solução dos compromissos em caso de conversão total dos direitos em curto prazo.

O quociente de **Liquidez Seca** evidencia, percentualmente, quanto dos compromissos financeiros de curto prazo a empresa teria condições de liquidar com a utilização dos recursos aplicados em seu Ativo Circulante, porém, sem a necessidade da utilização de seus estoques. Segundo Iudícibus (2010), este tipo de quociente pode se traduzir num quociente bastante conservador visto a alta rotatividade dos estoques. O quociente apresenta uma posição bem conservadora da liquidez da empresa em determinado momento sendo preferido pelos emprestadores de capitais. A liquidez seca compara o ativo circulante menos o estoque, com o exigível em curto prazo, com isso conhecerá a situação de solvabilidade da empresa em face das obrigações.

2.5.2 Índices de Endividamento

A Análise de Endividamento apresenta indicadores utilizados para analisar as fontes dos recursos obtidos pela empresa, informando as que têm vencimento em maior parte a curto prazo (Circulante) ou a longo prazo (Exigível a longo prazo) (MARION, 2010). Os índices de endividamento têm como principal objetivo mostrar o grau de comprometimento do capital próprio de uma empresa, com o capital de terceiros. Além de esses índices mostrarem o quanto por cento de capital de terceiros vencem a curto prazo, é possível verificar o quanto do capital próprio e dos recursos não correntes foram aplicados no ativo permanente.

O índice de **Participação de Terceiros** demonstra o valor que o endividamento da empresa representa sobre o Patrimônio Líquido, ou seja, quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$100,00 de capital próprio.

A **Composição de Endividamento** é o percentual de obrigações no curto prazo em relação ao exigido a longo prazo anual e passivo circulante. Indica quanto da dívida total da empresa deverá

ser pago a Curto Prazo, isto é, as Obrigações a Curto Prazo comparadas com as obrigações totais. Segundo Marion (2010), é mais favorável para a empresa as dívidas de longo prazo, pois dessa forma demandarão de um tempo maior para gerir recursos para saldá-las, e se as dívidas fossem no curto prazo, comprometeriam o ativo circulante da empresa.

O Índice de **Imobilização do Patrimônio Líquido** indica quanto do Patrimônio Líquido está investido no Ativo Permanente. Este índice demonstra que quanto mais a empresa investir no ativo imobilizado, menos recursos sobrarão para o ativo circulante e, conseqüentemente, maior será a dependência de capitais de terceiros para financiar o circulante (PADOVEZE, 2004).

2.5.3 Índices de Rentabilidade

A lucratividade reflete o quanto (percentual) da receita sobra para compor o resultado da empresa, a cada período, a rentabilidade da empresa está voltada para o seu potencial de vendas, para a sua habilidade de gerar resultados. Todos os índices de lucratividade podem ser calculados tendo-se por base a receita bruta ou a receita líquida. A definição fica a cargo do analista. A interpretação dos indicadores de lucratividade é quanto maior, melhor. Deve-se relacionar o lucro de um empreendimento com algum valor que expresse a dimensão relativa deste, para analisar quão bem se saiu a empresa em determinado período. O melhor conceito de dimensão poderá ser ora volume de vendas, ora valor do ativo total, ora valor do patrimônio líquido, ou do valor do ativo operacional, dependendo da aplicação que fizermos (IUDÍCIBUS, 2010).

A **Margem Líquida** revela a margem de lucratividade obtida pela empresa em função do seu faturamento, isto é, quanto a empresa obteve de lucro líquido para cada real vendido. É constituída pelos vários resultados da gestão dos ativos e passivos (ASSAF, 2010).

A **Rentabilidade do ativo** é útil para comparação com outras empresas do setor ou na evolução ao longo do tempo. Essa rentabilidade indica quão eficientemente estão aplicados os ativos, ou seja, quanto lucro eles estão gerando. Esse índice mede em porcentagem a eficiência da administração na geração de lucros com seus ativos totais, quanto maior, melhor.

A **Rentabilidade do patrimônio líquido** busca indicar a parcela do lucro que sobraria para os acionistas após o pagamento do capital de terceiros. Portanto, fornece o ganho percentual auferido pelos sócios (ASSAF, 2010).

2.5.4 Índices de Atividade

Os índices de atividade ajudam a expressar a situação financeira de uma empresa no que se refere à quantidade de dias em média para receber suas vendas, para pagar suas compras e para renovar o seu estoque (MARION, 2012), pois os indicadores da atividade operacional são dinâmicos e permitem a partir deles que seja analisado o desempenho operacional da empresa e suas necessidades de investimento em giro (ASSAF, 2010).

O **Prazo médio de renovação dos estoques** indica em média quantos dias a empresa leva para vender seu estoque, desde a aquisição do material (ASSAF, 2010). Já o número de dias que decorrem entre a compra de mercadoria e o pagamento ao fornecedor é calculado através do indicador do **prazo médio de pagamento de fornecedores** (REIS, 2009).

O **Prazo médio de cobrança de recebíveis** demonstra em média quantos dias a empresa demora para pagar suas compras (MARION, 2012). Através desse grupo de índices é possível observar que se a empresa estiver em dificuldades financeiras, pode ser que o prazo de recebimento esteja muito posterior ao prazo de pagamento dos fornecedores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo classifica-se como uma pesquisa exploratória. Com base em seu objetivo geral, pois conforme Gil (2010), a pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações importantes sobre o objeto da mesma.

Caracteriza-se também como tipo de estudo descritivo porque tem como proposta levantar informações a respeito da área financeira de um escritório de contabilidade vinculando a teoria com a prática, bem como relatar esses resultados no presente trabalho. De acordo com Bervianet (2007), a descrição constitui a habilidade de fazer com que o outro imagine o que o pesquisador observou.

Já quanto aos procedimentos técnicos foi realizado um estudo de caso. Como plano de coleta de dados, primeiramente, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa objetiva colocar o pesquisador de frente com o que já foi escrito acerca do assunto. Conforme Bervianet al (2007), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Foram pesquisados como fontes para a preparação teórica, artigos e livro referente ao tema. Foi realizada pesquisa documental no Balanço Patrimonial (BP) e no Demonstrativo de resultado (DRE) da empresa, nos exercícios sociais considerados na análise.

O objetivo do estudo foi analisar o desempenho econômico e financeiro da empresa calçadista Grendene S/A no período de 2015 a 2017, a partir dos indicadores econômico-financeiros, utilizando-se de abordagem quantitativa, visto que ela é direcionada exclusivamente para a geração de medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise dos dados. As pesquisas quantitativas são bastante

utilizadas a partir de uma amostragem e é apropriada para medir opiniões, atitudes e preferências como comportamentos. Os dados da análise quantitativa podem ser representados em percentuais (MARCONI; LAKATOS, 2012).

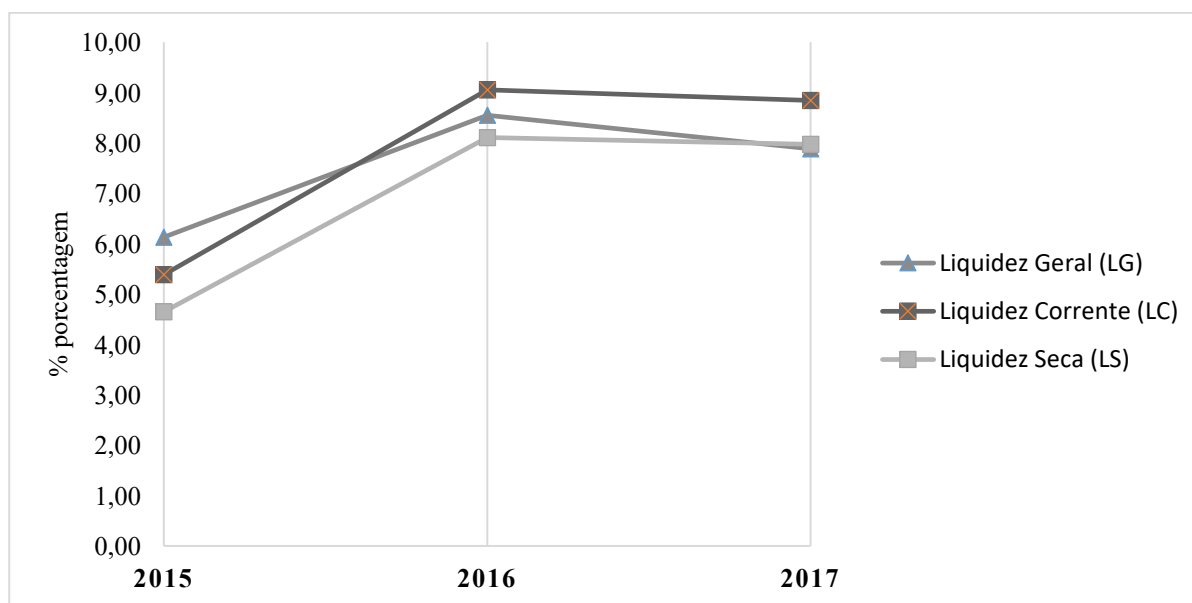
Em relação aos indicadores que foram utilizados para a análise do desempenho econômico foram escolhidos os índices de liquidez, rentabilidade, estrutura de capitais e de atividades.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados abaixo demonstram os dados acerca dos grupos de indicadores econômico-financeiros de liquidez, endividamento, rentabilidade e atividade, baseados nas demonstrações contábeis Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício da empresa calçadista Grendene S/A, no período de 2015 a 2017, publicadas na BM&FBOVESPA, objetivando-se analisar o seu desempenho econômico e financeiro.

4.1 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Gráfico 1: Dados dos indicadores de liquidez



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

No gráfico 1 são demonstrados os resultados obtidos dos índices de liquidez geral que permitem verificar a capacidade de pagamento a curto e a longo prazo, ou seja, quanto a empresa tem de valores disponíveis e realizáveis no curto e longo prazo para garantir o pagamento de suas dívidas vencíveis no mesmo período (REIS, 2009). A empresa Grendene S/A apresenta-se em um cenário positivo de modo geral, cujos índices de liquidez geral apresentam-se superiores a 4,0 nos anos de

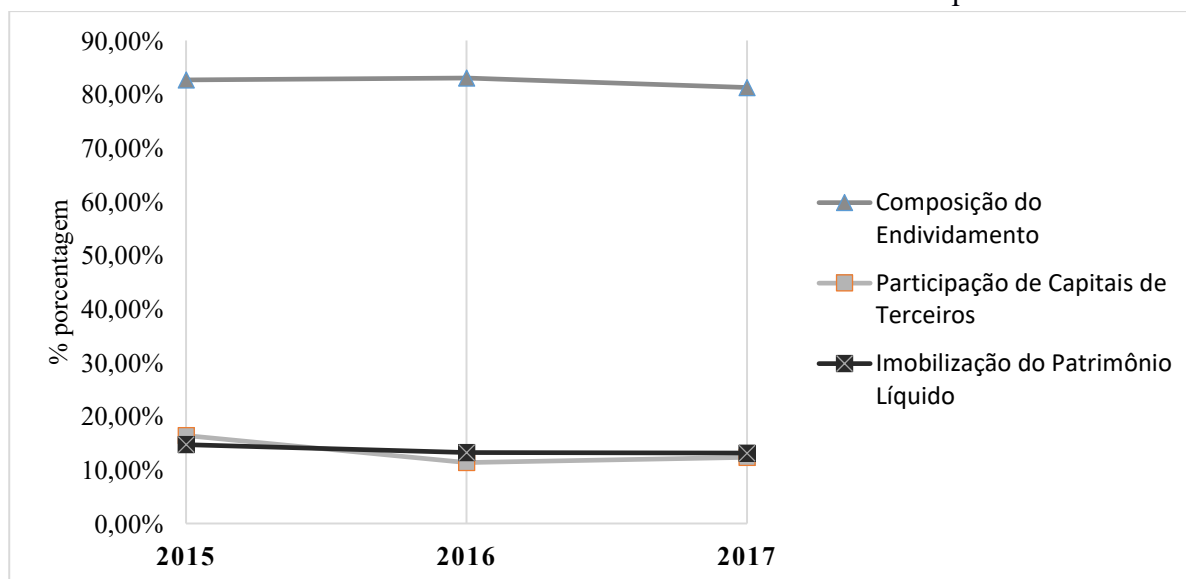
2015, 2016 e 2017, o que significa que a empresa consegue quitar suas dívidas tanto de curto como de longo prazo e ainda gera disponibilidade financeira considerável. Para cada 1,00 de dívida, a empresa possui em torno de 7,00 de recursos a curto e a longo prazo.

Com relação à liquidez corrente, observa-se que entre o ano de 2015 a 2017, a empresa Grendene apresentou uma liquidez saudável, tendo os seus valores maiores que 1,00, ou seja, evidenciando que os investimentos no ativo circulante são suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo.

Quanto ao índice de liquidez seca que evidencia se o ativo circulante líquido é suficiente para saldar os compromissos de curto prazo, é uma variante adequada para se verificar conservadoramente a liquidez da empresa, já que despreza os estoques eliminando uma fonte de incerteza (ASSAF, 2010). Através deles observamos se a empresa não é dependente de seus estoques para a liquidação de suas obrigações a curto prazo, isto é, se ela não vender seus estoques ela conseguirá tranquilamente saldar suas dívidas diante dos bens e direitos que possui a curto prazo. Levando em consideração o índice de liquidez seca, a empresa apresentou valores satisfatórios, porque mesmo desprezando os valores que ele teria nos estoques apresentou valores de maiores de 4,0 com média de 6,9 nos anos analisados.

4.2 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DOS ÍNDICES DE ESTRUTURAS DE CAPITAIS

Gráfico 2: Dados dos indicadores de estrutura de capitais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Ao observar o gráfico 2, são apresentados os resultados dos índices de estrutura de capitais, através dos quais é possível analisar o nível de endividamento da empresa, e trazer informações acerca da utilização de recursos de terceiros ou de recursos dos sócios, verificar se as obrigações têm seus vencimentos em maior parte a curto ou longo prazo (MARION, 2012).

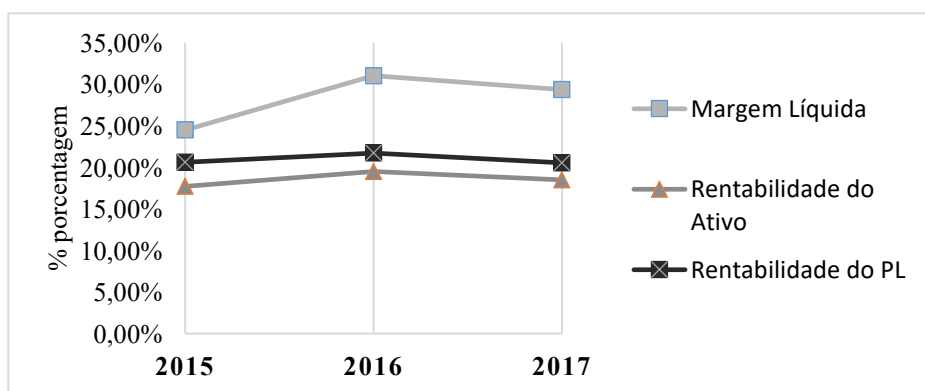
Em relação ao índice de composição do endividamento que avalia a participação das obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais da empresa, a Grendene apresentou uma média de 82% dos anos de 2015 a 2017, demonstrando que suas operações são realizadas com mais dívidas no curto prazo, ou seja, no passivo circulante.

Contudo, em se tratando do índice da participação de capital de terceiros, nota-se que em 2015 a empresa possuía uma dependência de capital de terceiros de 16%, sendo menor em 2016 e 2017, onde apresentou 11% e 12%, respectivamente, demonstrando que houve diminuição na captação de recursos de terceiros. Com isso, apresentando uma margem de segurança, onde em média a empresa financia 92% de suas atividades com recursos próprios nos exercícios de 2015 a 2017. O índice de participação de capital de terceiros é um dos mais utilizados para demonstrar o posicionamento das empresas com relação à dependência de capitais de terceiros, onde quanto menor, melhor (IUDÍCIBUS, 2010).

Quanto ao índice de imobilização do patrimônio líquido que indica quanto do patrimônio líquido da empresa está aplicado no ativo não circulante (KUNH, 2012), analisa-se que no ano de 2015 a 2017, a empresa investiu em média 14% do patrimônio líquido no seu imobilizado, sendo considerado um valor favorável, pois cerca de 86% dos recursos próprios são investidos na ativo circulante da empresa.

4.3 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS ECONÔMICOS POR MEIO DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Gráfico 3 – Dados dos indicadores de rentabilidade



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

O gráfico 3 mostra os dados referentes aos indicadores de rentabilidade da empresa Grendene. Para tal foram utilizados os índices de margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido, que são responsáveis por medir o desempenho econômico de uma empresa (ASSAF, 2010).

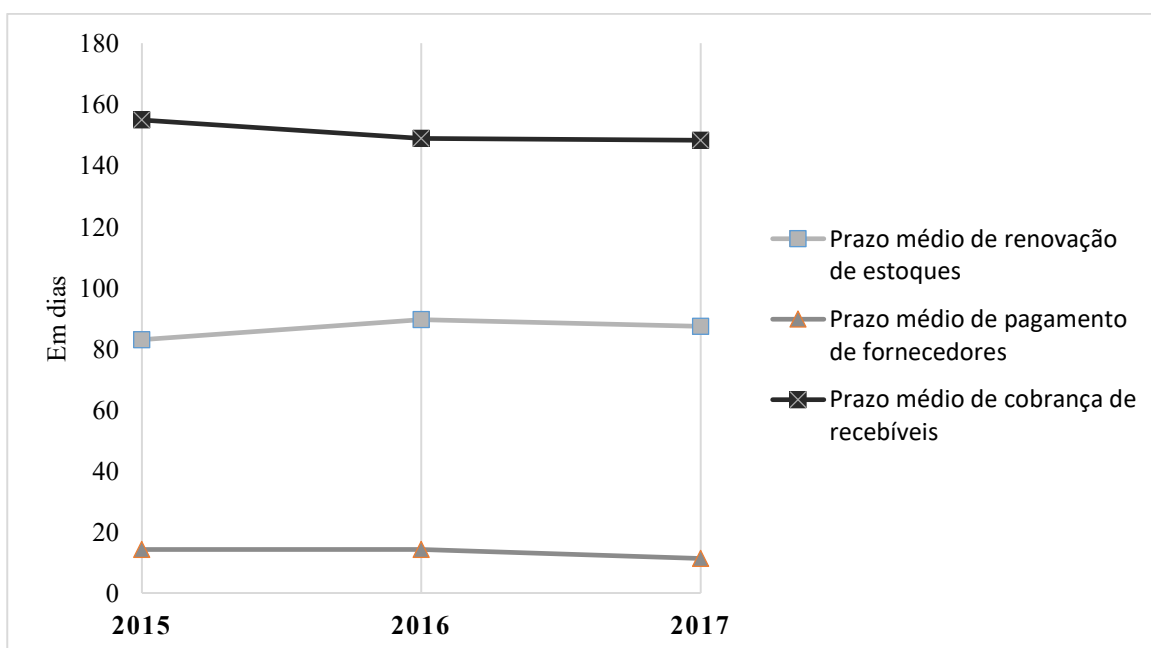
Com relação à margem líquida, em 2015, a empresa apresentou o valor de 24% de lucro líquido em relação ao valor de suas vendas líquidas, mas obteve um aumento de 7% no ano de 2016 e, posteriormente, uma queda de 2% em 2017, resultando uma média de 28%, levando em consideração os anos analisados.

Quanto à rentabilidade do ativo, que demonstra a taxa de retorno sobre o investimento (IUDÍCIBUS, 2010), observa-se que no ano de 2015 a taxa foi de 18%, tendo um aumento de 1% em 2016, voltando a apresentar o valor de 18% em 2017, ou seja, em média de 19% de taxa de retorno do investimento.

O resultado da avaliação do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido mostra quanto é a taxa de retorno em relação ao capital investido pelos sócios (MARION, 2012). No que se refere à rentabilidade, a empresa Grendene apresentou uma média de 21% de 2015 a 2017, sendo que em 2017 houve uma queda de 1,17% em relação ao ano anterior.

4.3 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DOS ÍNDICES DE ATIVIDADE

Gráfico 3 – Dados dos indicadores de atividade



Em relação ao prazo médio de renovação de estoques, observa-se (conforme o gráfico 4) que em 2015 o prazo era de 83 dias, aumentando mais 6 dias em 2016 e fixando o prazo de 87 dias em 2017, ou seja, a empresa Grendene, nos três anos analisados, obteve uma média de 87 dias para renovar e vender os seus estoques. Quanto ao prazo médio de pagamento de fornecedores, verifica-se que houve uma redução do período de 2015 a 2017, tendo como média 13 dias.

Por fim, tem-se o prazo médio de recebíveis, que indica em média quantos dias a empresa espera para receber as suas vendas a prazo (MARION, 2012), constatando-se que de 2015 a 2017 houve uma redução neste índice, algo que é favorável para a empresa Grendene.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o desempenho econômico-financeiro da empresa calçadista Grendene S/A no período de 2015 a 2017. Para que isto fosse possível, foi feita uma análise dos indicadores econômico-financeiros da empresa no período de 2015 a 2017, com base nas demonstrações contábeis publicadas na BM&FBOVESPA.

Os resultados dos indicadores econômico-financeiros revelaram que a Grendene, no que diz respeito aos índices de liquidez, sofreu uma variação positiva, pois mesmo o ano de 2017 apresentando um declínio em relação a 2016, a empresa se apresenta num cenário positivo de modo geral, pois a liquidez geral, a liquidez corrente e liquidez seca apresentam-se superiores a 4 anos do estudo. Analisando os índices de estrutura de capitais, também apresenta uma margem de segurança quanto à dependência de participação de capital de terceiros na organização, pois a empresa financia em média 92% de suas atividades com recursos próprios nos exercícios de 2015 a 2017.

No que se refere aos índices de rentabilidade, constatou-se uma média de 23% nos resultados encontrados, demonstrando uma variação positiva, mesmo considerando uma queda de 1% no ano de 2017 em relação ao ano de 2016. Finalmente, no que concerne aos indicadores de atividade, houve uma redução dos prazos de pagamento a fornecedores e recebíveis. Portanto, a análise dos indicadores econômico-financeiros da empresa Grendene S/A dos anos de 2015 a 2017 demonstrou variações positivas.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

BERVIAN, P. A. C.; SILVA, R. **Metodologia Científica** - 6ª Edição. São Paulo: Pearson, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10 ed. -n2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade empresarial**. 7ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, C. L. **Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2004.

PEROSA, Cristiane. **A influência da análise das demonstrações contábeis no processo gerencial**. Disponível em: www.faers.com.br/uploads/.../e2aad3fbe3b7582d20c4e5def1cfc180.pdf. Acesso em: 10 de março de 2018.

REIS, A. C. R. **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Capítulo 7

EDUCAÇÃO E CONTABILIDADE: ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA IES DE JUAZEIRO DO NORTE – CE

JOSÉ JONAS ALVES CORREIA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | E-mail: profjonaslaves@gmail.com

ANDREZA CRISTIANE SILVA DE LIMA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | E-mail: andrezacslima@gmail.com

ALEXANDRE CÉSAR BATISTA DA SILVA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | E-mail: acbspe@uol.com.br

RAMON RODRIGUES DOS SANTOS

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | E-mail: ramonrdgs@gmail.com

RESUMO

O objetivo do artigo consiste em identificar quais elementos compõem a prática pedagógica dos docentes do Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. O instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado que buscou coletar informações acerca do perfil, experiências, didáticas e conhecimentos pedagógicos dos docentes. Para responder ao objetivo da pesquisa utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa descritiva, com uma abordagem de cunho qualitativo. Como resultados, identificou-se que a formação docente trabalhada com destreza para o ensino superior é indispensável para que se tenha uma boa atuação profissional no campo da educação, não só nos cursos de Ciências Contábeis, como nas demais áreas do conhecimento. As conclusões apontam que os docentes estão sempre buscando novos conhecimentos, para isso, as buscas por qualificação, atualização e melhoria nas questões de didática de ensino, ocorrem de forma constante, principalmente no que tange a assuntos relacionados à área a qual lecionam, com a finalidade de construir novos saberes para consecução da prática educativa, cuja intenção é o melhor repasse de informações aos discentes, e assim, contribuir para uma formação sólida, qualificada e eficaz.

Palavras-Chave: Docência. Ensino Superior. Prática Pedagógica. Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Há um processo contínuo e constante de mudanças nos arranjos e processos sociais, econômicos, culturais e educacionais, em âmbito mundial e nacional. No que concerne aos processos educacionais, mais especificamente, a reflexão sobre os conceitos de emancipação, liberdade e autonomia, podem propiciar uma melhor compreensão e uma maior criticidade acerca dessas questões contemporâneas. Nesse contexto, sob a ótica das relações sócio educacionais, o professor pode ser considerado um dos agentes de melhoramento para modificar as atuais realidades do ensino brasileiro, desde a formação básica até o ensino superior (BARBOSA, 2009).

O professor, nesse cenário, exerce a precípua função de agente que pode propiciar a modificação do contexto social, uma vez que a sua formação, prática docente e aprendizagem geram investigações teóricas e práticas na área da educação. Os campos de atuação da carreira docente são permeados por um universo de possibilidades de execução e desenvolvimento das atividades, logo, o professor pode ocupar desde uma sala de aula de formação infantil até os centros universitários, que é o campo de interesse deste estudo. Assim, no processo de ensino-aprendizagem na educação superior, dentre os fatores mais relevantes, tem destaque a formação dos docentes, sendo considerada questão institucional e de valorização profissional, seja em âmbito sociopolítico ou econômico (SARAIVA, 2007).

A formação docente se dá por um complexo de vivências e experiências que vão além do conhecimento específico correlato à área de formação daquele docente. Desta forma, destaca-se a preocupação que muitas instituições têm ao receber novos professores que podem não possuir uma formação “concreta” para a docência no ensino superior, muitas vezes eles possuem um conhecimento teórico muito bom, porém têm dificuldades na prática pedagógica (SOUZA NETO *et al*, 2007).

A docência no ensino superior é uma área abrangente para o desenvolvimento de novas pesquisas, uma vez que ela não se restringe apenas à análise de conhecimentos específicos, está ligada a todo um aparato didático-pedagógico que perpassa a especificidade de um determinado assunto, tendo assim uma correlação com questões de formação social e cultural dos indivíduos. Assim, os docentes das ciências sociais aplicadas, especificamente os que atuam na área das Ciências Contábeis, necessitam deter não somente os conhecimentos e habilidades da área contábil, mas também conhecimentos culturais, sociais, teóricos, estruturais, didáticos e pedagógicos (ANDERE; ARAÚJO, 2008).

No contexto acadêmico, as competências de um professor universitário compreendem “[...] o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias para o exercício das atividades de ensino e pesquisa na educação superior” (PEREIRA, 2007, p. 83). Essa realidade é comum a todas as áreas de conhecimento e nas Ciências Contábeis isso não é diferente, pois o professor de cursos de contabilidade, para exercer seu papel com destreza, precisa além de uma boa formação, se utilizar de ferramentas que o auxiliem no desenvolvimento das suas atividades, além de atuar em um contexto onde o planejamento, a reflexão e a interação pedagógica ocorram de forma contínua e constante (CAMARGO, 2006).

Tendo por base o cenário apresentado, a questão norteadora do presente estudo é: **Quais elementos compõem a prática pedagógica dos docentes do Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES) de Juazeiro do Norte – CE?** Para responder ao problema

proposto, o trabalho tem por objetivo identificar quais elementos compõem a prática pedagógica dos docentes do Curso de Ciências Contábeis de uma IES de Juazeiro do Norte – CE.

A potencial contribuição desse estudo está em discutir sobre a formação do profissional para o exercício da docência. Embora esteja direcionado para a área específica das Ciências Contábeis, tem sua relevância para qualquer área do conhecimento, uma vez que aborda assuntos pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho está dividido em cinco seções, sendo esta uma seção introdutória onde foi apresentado e contextualizado o problema de pesquisa e seu objetivo. Nas próximas seções serão apresentadas características referentes à formação docente para o ensino superior, contabilidade e docência, didática no ensino superior e suas dimensões no curso de Ciências Contábeis e saberes pedagógicos à prática docente. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa serão o alvo da terceira seção. Em seguida, serão apresentadas a análise e discussão dos resultados, e por fim, as conclusões na quinta e última seção.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO SUPERIOR

Ao se discutir acerca da formação docente para o ensino superior devem ser observadas as condições pessoais, sociais e políticas que são impostas a esses profissionais para sua inserção na vida acadêmica (REIS; REIS, 2010). Partindo desse princípio, emergem reflexões sobre os diversos paradigmas e enfoques relativos aos saberes da pedagogia e epistemologia que fazem parte da docência. Nesse sentido, as IES têm por foco de atuação a formação superior embasada no ensino, na pesquisa e na extensão. Assim, há de se questionar, no âmbito de cada instituição, o que é produzido de conhecimento e qual a sua qualidade e, ainda, como se dão os processos educativos pelos quais a instituição é responsável, tecendo pontos quanto à produção, disseminação e captação do conhecimento científico no que diz respeito à formação dos profissionais de diversas áreas para atuação pedagógica (MELO; NAVES, 2012).

O professor universitário atua de forma reflexiva, crítica e investigativa, impulsionado pela transformação da sociedade e pelo avanço exponencial da ciência, que possibilita a todos o acesso aos saberes elaborados no campo da pedagogia (PIMENTA; ANASTASIOU; CAVALLET, 2003). O exercício da ação docente em nível superior exige desse profissional uma preparação específica num determinado campo do conhecimento, mas, para que se consiga tal feito, faz-se necessário que o professor tenha consciência reflexiva e crítica de sua trajetória de formação e também de sua prática pedagógica.

O conhecimento construído pelo professor é uma ferramenta valiosa, pois lhe capacita a lidar com as imposições e diversas situações oriundas do dia a dia em sala de aula, o que o torna um ser mais consciente na construção do conhecimento, propiciando meios para que o aluno também seja capaz de construir sua própria linha de pensamento (FREIRE, 1996).

A formação e a prática educativa são elementos em transformação contínua, o que demanda do professor uma constante conexão com os acontecimentos sociais, políticos e econômicos dos quais ele faz parte, para que assim ele construa conhecimento associado ao meio em que vive, com as dimensões profissionais e pessoais relacionadas intimamente a sua área de atuação. A falta de uma formação pedagógica às vezes se torna um entrave na atuação do docente quando este não está totalmente preparado para essa prática. Há casos em que muitos docentes não têm a capacidade de formular respostas para questões norteadoras que permeiam a profissão do professor, como “o que ensinar”, “como ensinar” e “a quem ensinar” (BARBOSA, 2009).

No que concerne à identidade docente, pode-se dizer que esta é caracterizada pela individualidade, que não se desenvolve somente nos cursos de graduação, mas na complexidade onde o docente projeta sua formação inicial e vai de forma paulatina ganhando espaço conforme suas experiências pedagógicas, vivências no cotidiano (sociedade, família, prática, pedagogia), ou seja, é nas relações e interações que cada docente constrói sua identidade profissional e pessoal, através das contradições vivenciadas durante as experiências (MELO; NAVES, 2012). Neste diapasão, percebe-se que “a preocupação com a qualidade dos resultados do ensino superior, sobretudo os de graduação, aponta para a importância da preparação política, científica e pedagógica de seus docentes” (PIMENTA; ANASTASIOU; CAVALLET, 2003).

De forma ampla, os cursos de graduação têm como objetivo a formação de profissionais com capacidade competitiva para o mercado de trabalho. No entanto, é preciso que os docentes tenham toda uma preparação teórica da área do conhecimento e sua aplicabilidade. O professor precisa pelo menos buscar uma assimilação de toda a área do que leciona, não se restringindo às disciplinas específicas (LIMA, 2009).

Estudos sobre formação de professores foram desenvolvidos no Brasil, como o de André *et al* (1999), que buscaram fazer uma síntese integrativa do conhecimento sobre o tema da formação de professores com base na análise de dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação em educação do país entre 1990 a 1996 e nos artigos publicados em 10 periódicos da área entre 1990 e 1997. Com a análise de conteúdo, identificaram uma significativa preocupação com o preparo do professor para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental, evidenciou-se o silêncio quase total em relação à formação do professor para o ensino superior, para a educação de jovens e adultos, para o ensino técnico e rural, para atuar nos movimentos sociais e com crianças em situação de risco.

Freitas (2002) analisou as políticas de formação de professores centrando-se na análise das diretrizes nacionais para formação inicial de professores para a educação básica em nível superior. Como resultado desta análise, o autor sintetiza que é preciso ser colocado em questão as construções históricas dos educadores na luta pela formação de qualidade e por uma política global de formação dos profissionais da educação e de valorização do magistério.

Miranda (2010) observou através de um estudo documental na base de dados da capes relativo às avaliações dos programas no ano de 2006, quais disciplinas e conteúdos didático-pedagógicos eram oferecidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Ciências Contábeis no Brasil. Constatou-se que entre os dezoito programas de mestrado e os três de doutorado existentes no Brasil até 2008, em apenas dois (mestrado) existiam a obrigatoriedade de se cursarem disciplinas didático-pedagógicas, ainda assim, com pequena carga horária. Com isso, evidenciou a necessidade de uma formação pedagógica inicial e continuada aos docentes de contabilidade, sendo necessária uma maior preparação para o ofício de professor, pois a experiência apenas não é suficiente para formar. É por meio da formação para a docência que tornará possível valer-se da própria experiência no magistério para refletir sobre a prática pedagógica vivenciada.

2.2 CONTABILIDADE E DOCÊNCIA

A contabilidade surgiu nos primórdios das antigas civilizações, no entanto, em termos do campo de conhecimento como ciência e exploração de pesquisas, pode-se dizer que é relativamente nova. Arelada ao desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, esta ciência vem sendo revolucionada com seus métodos e técnicas em pesquisa (LOPES; MARTINS, 2005).

Neste contexto, Greco, Gartner e Arend (2009) definem contabilidade como um conjunto de conhecimentos que tem seu objeto de estudo definido, obedecendo a princípios e normas próprias, sendo uma ciência administrativa. Já Marion (2009) conceitua Contabilidade como sendo o instrumento que fornece o máximo de informações úteis aos seus usuários, para auxiliá-los na tomada de decisões.

O objetivo da contabilidade é o de permitir ao usuário a avaliação da situação econômico-financeira da entidade, podendo auxiliá-lo no momento de tomar decisões, possibilitando-lhe fazer inferências sobre as tendências da informação contábil (IUDÍCIBUS, MARION; FARIA, 2009). No entanto, vale salientar que nem sempre uma informação que é útil a um determinado usuário, necessariamente será para outro, o que faz da contabilidade essa complexa base de “arquivo de informação” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009).

A contabilidade contribui no desenvolvimento das organizações por ser uma área do conhecimento que, através da informação, mensura e analisa os aspectos econômicos e financeiros e,

assim, auxilia os gestores das entidades no seu processo decisório, tornando-as competitivas (LAFFIN, 2005).

No que concerne à pesquisa na área contábil, um estudo realizado por Miranda (2010) enfatiza que o atraso no campo de pesquisas em contabilidade no Brasil estava atrelado à pouca expansão dos cursos, sem oferecer estruturas apropriadas, pouco investimento das instituições de ensino, além da área ser considerada pouca atrativa na carreira acadêmica e com pouco número de cursos *stricto sensu*. Vale salientar que o avanço da pesquisa contábil vem quebrando esses paradigmas. Embora considerada tardia, a pesquisa acadêmica na área de contabilidade vem avançando gradativamente, sendo influenciada na década de 60 por pesquisas realizadas em outras áreas do conhecimento como sociologia, economia, psicologia, finanças, econometria, dentre outras (LOPES; LIMA, 2001).

Em relação à docência nos cursos de contabilidade, Borges (2000) enfatiza que muitos professores-contadores se limitam a ministrar as aulas apenas de algumas disciplinas, pois não são especialistas em todos os ramos da área, no entanto, no campo da docência, é fundamental que o professor possua conhecimento referente à área contábil de forma global.

Vale ressaltar que um docente da área contábil precisa estar atualizado, pois a contabilidade recebe influência das constantes mudanças legais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, exigindo do professor um acompanhamento. Nessa visão, o ensino contábil é mais bem trabalhado quando se une a teoria e a prática, para que haja um melhor aproveitamento, e conseqüentemente, uma maior eficiência na absorção do conhecimento por parte do aluno (LAFFIN, 2005).

O professor de contabilidade no momento que conhece e participa de discussões pedagógicas do curso, de certa forma, se apropria de habilidades que favorecerão na sua condução e discussões de planejamento, na organização e avaliação das disciplinas lecionadas, construindo com isso, um elo na aprendizagem (LAFFIN, 2005). Assim como em outros cursos, a graduação em Ciências Contábeis exige de seus docentes adequação às novas tecnologias, principalmente nas disciplinas práticas de formação profissional que, quando bem utilizadas, contribuem com a qualidade do ensino.

2.3 DIDÁTICA NO ENSINO SUPERIOR

A relação entre docentes e discentes no âmbito do ensino-aprendizagem na educação superior se aperfeiçoa conforme as demandas exigidas pelo tempo. O processo de aprendizagem vem tomando novas dimensões no que concerne à educação e à didática. Na atualidade, a educação no ensino superior é uma temática que muito se discute. É inadmissível a existência de professores neste grau

educacional sem uma formação pedagógica concreta. No entanto, ainda são percebidos muitos docentes em salas de aula no nível superior sem conhecimentos da prática educativa, e um dos principais julgamentos negativos atrelados aos docentes em cursos superiores, principalmente nos de bacharelados, é exatamente essa falta de didática (VEIGA, 2004).

Defendida como a “arte de ensinar”, com o objetivo de articular o “como fazer” da prática pedagógica com o “para que fazer” e o “porque fazer”, a didática defende a superação da dicotomia entre teoria e prática do ensino, interligando o conhecimento teórico e empírico com as formas de utilizá-lo e colocá-lo em prática, proporcionalizando uma socialização e ampliação de saberes (BARBOSA, 2009).

Cabe à didática o desenvolvimento de competências técnico-pedagógicas aliadas ao compromisso político-social, viabilizando a transformação do indivíduo e do meio que o cerca, ou seja, o processo de ensino-aprendizagem vai além do espaço da sala de aula, ele também acontece em decorrência do convívio social (LIBÂNEO, 2013).

A didática centra-se na valorização da construção da sociedade, na condição para a emancipação do ser humano e transformação social trazida pela formação do educador. É nesta nova configuração que a didática transforma o meio social alicerçado no “tripé da ação pedagógica”: professor, aluno e conhecimento (BARBOSA, 2009).

A docência é parte integrante do processo educativo pelo qual a sociedade se prepara para se inserir no meio social. Assim, a prática educativa, ou seja, a educação é necessária para a existência da sociedade (BARBOSA, 2009). A educação surge através da interação humana com o meio natural e social, onde o homem adquire valores, expressa comportamentos, aprende costumes e desenvolvem características éticas, religiosas, políticas e culturais (FARIAS *et al.*, 2011).

É pela ação educativa que se dá a inércia que as influências exercem sobre os indivíduos, tornando-os capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora da sociedade. A educação constitui objeto de estudo e campo de investigação da pedagogia, que busca descrevê-la, explicá-la e compreendê-la, visando a sua transformação. A didática, por sua vez, tem fundamento na Pedagogia, configurando-se como disciplina pedagógica que estuda os múltiplos aspectos do processo de ensino (LIBÂNEO, 2013).

2.3.1 Dimensões da didática no curso de Ciências Contábeis

Diante dos novos panoramas do estudo docente, a didática é vista como uma reflexão sobre a prática pedagógica que leva em consideração todos os aspectos ligados às relações sociais. Assim, a forma de “transmissão” do conhecimento pode ser observada pelas várias dimensões, as quais, quando desenvolvidas conjuntamente, dão uma maior autonomia ao saber docente. Nos cursos de

Ciências Contábeis observam-se três dimensões, a saber: humana, político-social e técnica, as quais são utilizadas para analisar e avaliar a formação do professor contador, estabelecendo uma ligação entre as áreas profissionais e pedagógicas, enfatizando a interdisciplinaridade numa perspectiva de ressignificação e produção de novos conhecimentos (SANTOS, 2010).

A dimensão humana da didática se caracteriza pela compreensão da afetividade, emoção, razão, valores éticos, crenças religiosas etc., compreendendo o homem como um ser de múltiplas determinações, atuando no processo dinâmico da construção da sociedade (BARBOSA, 2009). Nesse sentido, entende-se que o discente é um ser social integrado, afetivo e social, ou seja, um ser com múltiplas dimensionalidades.

A dimensão humana exige uma ação docente na qual o professor precisa atuar com reflexão, criticidade, responsabilidade e competência, uma vez que se espera que o docente tenha um poder de persuasão, uma boa relação com os alunos, mantenha o ambiente de respeito mútuo em sala e que consiga observar os discentes com maiores dificuldades na disciplina. É nesta dimensão que ocorre o processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva interativa, contribuindo para a construção do conhecimento (SANTOS, 2010).

No desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem em que contemple os desejos da sociedade de forma satisfatória, é preciso que o docente entenda que a prática educativa se realiza em conformidade com o meio social. A dimensão sociopolítica reflete na própria vida do docente e do aluno e está alienada na conduta destes atores perante a sociedade e pode ser observada no convívio social de cada um, nas ideologias, culturas e atitudes, onde a formação social e política é algo que deve ser destacada. É a partir deste momento que o professor identifica o aluno enquanto pessoa, conhecendo o seu meio e observando as diferenças dentro de uma sala de aula, sua responsabilidade para com a formação de seus alunos. A educação tem o papel transformador e é comprometida com a emancipação dos sujeitos (REIS; REIS, 2010). Uma forma de compreender a dimensão sociopolítica é ter a percepção de que a ação pedagógica por si tem um papel político na sociedade e que cada docente com sua metodologia de ensino contribui numa proposta política pedagógica (SANTOS, 2010).

O professor-contador precisa ter entendimento vasto dos contextos sociais nos quais está inserido, calcado numa concepção de que as relações sociais ocorrem diariamente no cotidiano e que para conviver com as adversidades impostas é preciso ter embargo e personalidade formadora. Em suma, a dimensão sociopolítica contempla toda a prática pedagógica (LAFFIN, 2005).

A dimensão técnica da didática refere-se na execução das técnicas pedagógicas para transmissão do conhecimento. Pode ser caracterizada como as formas que o docente utiliza para socializar a disciplina e disseminar o ensino através dos recursos postos à sua disposição (BARBOSA,

2009). Destarte, é por meio das técnicas que é estabelecido o elo educativo entre o professor e o aluno, ou seja, se constituem as intermediações do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, considera-se que no processo de ensino-aprendizagem relativo às atividades acadêmicas, que o docente, no conjunto de suas habilidades e competências, precisa definir suas próprias dimensões didáticas (SANTOS, 2010).

Em se tratando de dimensões no ensino, Miranda (2010) observou quais dimensões da formação pedagógica predominavam nos programas de pós-graduação em Ciências Contábeis. Verificou-se com a pesquisa que a dimensão técnica é a que mais aparece nas ementas das disciplinas. A dimensão humana é pouco enfatizada nos conteúdos ementados. As relações envolvendo professor e aluno, apoio a discentes com dificuldades, afetividade em sala de aula, emocionalidade e o aluno como sujeito do processo ensino-aprendizagem não aparecem nas ementas. A dimensão sociopolítica aparece em determinados momentos, mas a preocupação está centrada em questões institucionais.

2.4 SABERES PEDAGÓGICOS À PRÁTICA DOCENTE

Os homens vêm construindo e transmitindo para as gerações posteriores saberes adquiridos pela sua vivência em sociedade. Os avanços tecnológicos e científicos trazidos com as transformações sociais têm deixado explícito que o conhecimento é inacabado e está sempre em construção. Por sua vez, os saberes pedagógicos estão alicerçados pela dimensão dos conhecimentos teórico-práticos que são construídos com o processo educativo ao qual o homem está sujeito, pela caracterização do docente como ator facilitador do conhecimento e pela forma como este estabelece a relação de ensino-aprendizagem da educação (MELO; NAVES, 2012).

Os saberes pedagógicos são caracterizados como elementos que conscientizam o docente e contribuem na sua atuação social, com perspectivas de formar uma sociedade mais humanística e construtiva. O saber construído pelo docente está intimamente relacionado com o meio ao qual este profissional está inserido, com uma associação do “poder docente” por ele exercido, cabendo a este personagem da educação elaborar e transmitir seus próprios saberes. Desta forma, “o saber docente como processo de aprender é encorajado por aqueles que se encontram relacionados com sua história de vida, sua história acadêmica e sua história profissional” (SANTOS, 2010, p. 72).

Outra fonte na qual pode-se mergulhar na busca pelos diversos saberes pedagógicos está na obra de Freire (1996), intitulada *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Ao enfatizar que o conhecimento ora adquirido jamais será transferido para outrem e que, no entanto, a forma como este é repassado para seu receptor é que é levado em consideração, Freire (1996, p. 21) sintetiza que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Ainda nesta linha de raciocínio, tendo por base as competências necessárias para que o docente exerça um papel de formador na construção do conhecimento, o quadro 1 ilustra os diversos saberes estruturados por estudiosos da área pedagógica.

Quadro 1 – Síntese de tipologias sobre os saberes docentes

Autores	Tipologias
Shulman (1986)	Conhecimento do conteúdo da matéria ensinada; conhecimento pedagógico da matéria; conhecimento curricular.
Tardif, Lessard, Lahaye (1991)	Saberes da formação profissional; saberes disciplinares; saberes curriculares; saberes da experiência.
Saviani (1996)	Saber atitudinal; saber crítico-contextual; saber específico; saber pedagógico; saber didático-curricular.
Gauthier (1998)	Saberes disciplinares; saberes curriculares; saberes das Ciências da Educação; saberes da tradição pedagógica; saberes experienciais; saberes da ação pedagógica.
Pimenta (1999)	Saberes do conhecimento; saberes pedagógicos; saberes da experiência.

Fonte: Adaptado de Farias *et al* (2011).

De acordo com o abordado, percebe-se que a primazia da potencialidade dos saberes pedagógicos do docente centra nas possibilidades e meios de como se colocar em prática, principalmente se mobilizados a partir dos problemas que a prática aponta, considerando a dependência desta em relação aos aspectos teóricos dos saberes.

3 METODOLOGIA

Quanto ao objetivo proposto, este trabalho é caracterizado como uma pesquisa descritiva. No que concerne à abordagem do problema, o estudo é classificado como qualitativo. Para obtenção dos dados da pesquisa foi construído um questionário semiestruturado, contendo interrogações diretas aos participantes que fizeram parte da amostra com o objetivo de solicitar informações acerca do problema em estudo, tipo de pesquisa que Gil (2010) caracteriza como levantamento.

Como a pesquisa teve o intuito de abordar questões referentes à formação de docentes do ensino superior em Ciências Contábeis, foi escolhido por critério de conveniência uma Instituição de Ensino Superior do município de Juazeiro do Norte, localizado no estado do Ceará, para realizar a aplicação do questionário. A escolha da IES se deu pelo fato de a demanda pelo curso na região ter apresentado um aumento nos últimos anos. Dessa forma, dos 24 professores que compõem o quadro de docentes da instituição, conseguiu-se taxa de resposta de 67%, os quais se dispuseram a responder o questionário. Assim, criou-se um quadro com cinco seções que buscou analisar pontos ligados à formação e à didática dos professores.

Quadro 2 – Objetivo do questionário

Seção do Questionário	Objetivo da seção	Principais questionamentos
------------------------------	--------------------------	-----------------------------------

Seção 1	Perfil dos docentes	Identificar principais características dos docentes.
Seção 2	Formação acadêmica	Titulação e experiências profissionais dos docentes.
Seção 3	Atuação do docente	Atuante apenas na docência ou tem atividades paralelas.
Seção 4	Relação teoria-prática	Como utiliza esta relação na sala de aula.
Seção 5	Auto avaliação	De que forma a pedagogia contribuiu na sua formação.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, para analisar os dados da pesquisa utilizou-se da análise de conteúdo, onde os dados extraídos do questionário durante a entrevista passaram pelo processo de interpretação e se transformaram em informações que serviram de suporte na análise feita na sessão de resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, foram observados os perfis dos docentes, identificando características como o sexo, idade e naturalidade. Da amostra estudada, 56% dos professores que lecionam na IES são do sexo masculino. No entanto, salienta-se que as mulheres têm obtido uma razoável inserção no mercado de trabalho, não só na docência como em outras áreas profissionais, conforme apontado na tabela 01.

Tabela 01 – Perfil docente: sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	9	56
Feminino	7	44
Total	16	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos docentes do curso de Ciências Contábeis da IES pesquisada possuem idades entre 40 e 50 anos, conforme destaca a tabela 2, dando uma representativa de 44% em relação ao seu total. Seguido dos professores com idades entre 30 e 40 anos e entre 50 e 60, ambos apresentando 25%. Apenas um docente possui entre 20 e 30 anos de idade.

Tabela 02 – Perfil docente: idade

Idade	Quantidade	%
20 – 30 anos	1	6
30 – 40 anos	4	25
40 – 50 anos	7	44
50 – 60 anos	4	25
Acima de 60 anos	0	0
Total	16	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntados sobre naturalidade, 75% docentes disseram ser do estado do Ceará, como evidencia a tabela 03. Apenas 25% nasceram em outras unidades federativas: Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro. Vale ressaltar que dos 14 docentes nascidos no Ceará, 83% são da Região Metropolitana do Cariri.

Tabela 03 – Perfil docente: naturalidade

Naturalidade	Quantidade
Estado do Ceará	12
Outro Estado do País	4
Total	16

Fonte: Dados da pesquisa.

Concernente à formação dos docentes, 31% deles possuem apenas nível de especialização; 63% possuem nível de mestrado. É pertinente ressaltar que mesmo a IES já possuindo fomento para atenuar o tripé da educação (ensino, pesquisa e extensão), deve-se buscar para composição do seu quadro profissionais com qualificação *stricto sensu*. Dos docentes respondentes, apenas um deles (6%) está com doutorado em andamento. Acrescenta-se que dos 16 docentes, 7 possuem especialização em docência no ensino superior, e dos mestres, 3 deles possuem mestrado acadêmico em educação.

Tabela 04 – Formação acadêmica dos docentes

Nível de formação	Quantidade	%
Graduação	0	0
Especialização	5	31
Mestrado	10	63
Mestrado em andamento	0	0
Doutorado	0	0
Doutorado em andamento	1	6
Total	16	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A abordagem apresentada na tabela 05 leva em consideração o tempo de experiência em docência no ensino superior. Observa-se que 31% possuem entre 1 e 5 anos de experiência neste nível de ensino. Entre os que já têm entre 5 e 10 anos de profissão, bem como entre 10 e 15, apresentaram para ambos 25%. Os docentes com experiência entre 15 e 20 anos de magistério são em torno de 19%.

Tabela 05 – Tempo de experiência em docência no ensino superior

Tempo	Quantidade	%
Menos de 1 ano	0	0
1 – 5 anos	5	31
5 – 10 anos	4	25
10 – 15 anos	4	25

15 – 20 anos	3	19
Acima de 20 anos	0	0
Total	16	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao extrair as informações contidas na seção 4 do questionário, obtiveram-se pontos que corroboraram com a questão da dicotomia teoria-prática. Nesta parte do questionário, buscou-se observar as principais técnicas utilizadas pelos docentes, bem como ferramentas e métodos para explorarem a didática e como estes trabalham a relação da teoria e prática nas suas disciplinas. Percebeu-se que, por unanimidade, os docentes utilizam aulas expositivas; discussões das temáticas pertinentes à disciplina; livros-textos; exploram estudos de casos; tratam com objetividade a relação da teoria e prática, haja vista o curso ser considerado como sendo de formação profissional. E um ponto importantíssimo, estimulam os discentes a desenvolverem suas próprias habilidades, atitudes e autonomia.

No que concerne à auto avaliação docente, ao serem questionados de como avaliam o planejamento e gestão das disciplinas lecionadas, 87% dos docentes responderam como bom e 13% como excelente. Quando se questionou a respeito de como este avalia a absorção dos conteúdos por parte dos discentes, 94% disseram que bom e 6% que excelente. 63% responderam como bom, quando perguntados de como avaliam o domínio da sala de aula e da disciplina que ministram, 31% disseram avaliar como excelente e 6% como regular.

A formação docente é de suma importância para a atuação do professor. A seção 5 do questionário possui uma pergunta subjetiva sobre a contribuição de uma especialização em Docência no Ensino Superior, antes ou durante a atividade como professor, cuja exposição pode ser apresentada na tabela 06.

Tabela 06 – Contribuição da docência no ensino superior

Trechos da declaração dos professores obtidos no questionário

“Permitiu o conhecimento dos diversos outros métodos de ensino-aprendizagem, o que possibilitou a variação na utilização dos mesmos, tornando os encontros (aulas) mais atrativos. Ademais, contribuiu positivamente para o amadurecimento do processo avaliativo” (DOCENTE, 2015) [Grifos nossos].

“Abertura de uma visão extraordinária da ciência da educação de uma forma jamais experimentada. A partir daí, mudou totalmente a práxis da sala de aula” (DOCENTE, 2015) [Grifos nossos].

“Foi de grande relevância, pois ampliou meus conhecimentos direcionados ao processo de ensino/aprendizagem. Permitiu-me reconhecer que ser professor é renovar-se a cada dia, pois o saber é infinito e jamais estaremos perfeitos e acabados, pois a prática pedagógica é dinâmica e exige estudar sempre” (DOCENTE, 2015) [Grifos nossos].

“Importante, pois o fato de dominar os conhecimentos da área de formação não é garantia para transferir conhecimento de forma satisfatória. A formação na área de docência do ensino superior vem instrumentalizá-lo com conhecimentos da pedagogia, a fim de que o docente possa levar informação de forma simples para o discente” (DOCENTE, 2015) [Grifos nossos].

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nas informações exploradas nesta seção, conseguiu-se identificar que os docentes do curso de graduação em Ciências Contábeis da IES estudada buscam uma preparação para atuação na prática educativa, levando em consideração o que foi explorado nas primeiras sessões deste artigo.

5 CONCLUSÕES

O objetivo do artigo consistiu na identificação dos elementos que compõem a prática pedagógica dos docentes do Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior do município de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará. Dessa forma, verificou-se pelo perfil dos docentes que o curso contém um quadro de 24 professores, com idades entre 30 e 60 anos. Tais docentes possuem desde a especialização até doutorado em andamento, com experiências no ensino superior, variando de 3 a 17 anos.

Percebeu-se que uma formação docente trabalhada com destreza para o ensino superior é indispensável para que se tenha uma boa atuação profissional no campo da educação, não só nos cursos de Ciências Contábeis, como nas demais áreas do conhecimento, pois o conhecimento é inacabado e faz-se necessário o aprimoramento contínuo deste para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. No entanto, é preciso estimular e aperfeiçoar rotineiramente seus saberes pedagógicos para aplicação na prática educativa.

A realização desta pesquisa possibilitou uma visão dos saberes dos docentes da IES pesquisada. Com isso, espera-se que estes resultados possam contribuir para que gestores educacionais e demais professores busquem sempre planejar e aprimorar os procedimentos necessários à didática pedagógica e que também sirvam como embasamento para futuras pesquisas em outras IES do município, do estado e até do país.

Fica a proposta para pesquisas futuras, a ampliação da aplicação do questionário e/ou entrevista nas demais instituições de ensino superior do estado do Ceará, a fim de traçar o perfil de formação de docentes dos cursos de Ciências Contábeis do Estado, bem como em outras regiões do país, nos níveis de graduação e pós-graduação, observando os pontos fortes e fracos geralmente encontrados dentro das instituições e que podem interferir ou não na formação de novos profissionais da área contábil.

REFERÊNCIAS

- ANDERE, M. A.; ARAÚJO, A. P. Aspectos da formação do professor de ensino superior de ciências contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, v. 19, n. 48, p.91-102, 2008.
- ANDRÉ, M.; SIMÕES, R. H. S.; CARVALHO, J. M.; BRZEZINSKI, I. Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 68, p. 301-309, dez./2009.
- BARBOSA, J. R. A. **Didática no ensino superior**. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2009.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996.
- BORGES, M. V. Buscando a qualidade de ensino profissional através da informação. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia. **Anais...Goiana**: GO, 2000.
- CAMARGO, S. R. **Desenvolvimento profissional do professor**: um estudo diagnóstico das necessidades de formação dos professores do curso de ciências contábeis da UEPG. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FARIAS, I. M. S.; SALES, J. O. C. B.; BRAGA, M. M. S. C.; FRANÇA, M. S. L. M. **Didática e docência**: aprendendo a profissão. 3 ed. – Brasília: Líber Livro, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, H. C. L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-167, set./2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. - São Paulo: Atlas, 2010.
- GRECO, A.; GARTNER, G.; AREND, L. **Contabilidade**: teoria e práticas básicas. 2 ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2009.
- LAFFIN, M. **De Contador a Professor**: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2 ed - São Paulo: Cortez, 2013.
- LIMA, P. G. **Formação de professores**: por uma resignificação do trabalho pedagógico na escola. Dourados, MS: UFGD Editora, 2009.

LOPES, A. B.; LIMA, I. S. Perspectivas para a pesquisa em contabilidade: o impacto dos derivativos. **Revista Contabilidade e Finanças FIPECAFI – FEA – USP**, São Paulo, FIPECAFI, v. 15, n. 26, p. 25-41, mai./ago. 2001.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10 ed – São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, G. F.; NAVES, M. L. P. (Org). **Didática e docência universitária**. Uberlândia: EDUFU, 2012.

MIRANDA, G. J. Docência universitária: uma análise das disciplinas na área da formação pedagógica oferecidas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em ciências contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPeC**, Brasília, v. 4, n. 2, art. 5, p. 81-98, mai./ago. 2010.

PEREIRA, M. A. C. **Competências para o ensino e a pesquisa: um survey com docentes de engenharia química**. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. G.; CAVALLET, V. J. Docência no Ensino Superior: construir caminhos. In: BARBOSA, R. L. L. (Org). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 267-278.

REIS; J. R.; REIS, S. S. Professor do ensino superior: considerações sobre a (in)existência de um perfil ideal. In: **XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, Fortaleza – CE, 09-12 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3382.pdf>. Acesso em: 06 de out de 2015.

SANTOS, M. S. G. **Saberes da prática na docência do ensino superior: análise de sua produção nos cursos de licenciaturas da UEMA**. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SARAIVA, A. C. L. C. **Representações sociais da aprendizagem docente de professores universitários em suas trajetórias de formação**. Tese (Doutorado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2007.

SOUZA NETO, S.; CARDOZO, A. S.; SILVA, D. B.; RIBEIRO, B. P.; SILVA, J. S.; BRUM, E. V.; CEREGATTO, L.; CESANA, J.; BENITTES, L. C.; MOTTA, A. I. A escolha do magistério como profissão. In: **IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/8eixo.pdf>. Acesso em: 08 de out de 2015.

VEIGA, I. P. A. (Coord). **Repensando a didática**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

Capítulo 8

CONHECIMENTO E TRANSPARÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: O CASO DE UM GESTOR ESCOLAR DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (RMR)

ANDREZA CRISTIANE SILVA DE LIMA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | E-mail: andrezacslima@gmail.com

JOSÉ JONAS ALVES CORREIA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | E-mail: profjonaslaves@gmail.com

RAMON RODRIGUES DOS SANTOS

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | E-mail: ramonrdgs@gmail.com

NADIELLI MARIA SANTOS GALVÃO

Universidade Federal de Sergipe (UFS) | E-mail: profa.nadielligalvao@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo verificar se os gestores escolares utilizam mecanismos para promover a transparência da utilização dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), quando a eles delegados e se os recursos disponíveis foram aplicados conforme versa a legislação específica durante o período de 2013 e 2012. Para tal, foi escolhida a Escola Estadual Coronel Othon, localizada na cidade do Recife. Concernente à metodologia, a pesquisa foi do tipo exploratória, utilizando-se de um questionário semiestruturado e um formulário base. A pesquisa é caracterizada como qualitativa, sendo realizada por meio de um estudo de caso. Como principais resultados, constatou-se que o programa trouxe resultados na questão pedagógica, bem como na infraestrutura da instituição. Dessa forma, concluiu-se que os recursos do PDDE alocados à instituição e demonstrados através da prestação de contas foram efetivamente investidos naquilo que é a sua proposta como programa governamental.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Prestação de Contas. Programa Dinheiro Direto na Escola.

1 INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, é notável a ocorrência de diversos eventos sociais, econômicos e políticos que vêm influenciando a sociedade. Dentro desse ambiente mutável, o estado vem apoiando de forma frequente o mercado por meio de estímulos, intervenções, regulações e mediações que fazem com que o governo adote novas medidas no que diz respeito à gestão dos recursos públicos (NUNES; FONTES, 2010).

Com base nessa abordagem, compreende-se que o Estado tem, no âmbito de sua competência e no exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, que buscar mecanismos para atender as demandas sociais, que são inúmeras (BRASIL, 2009). Dentre essas demandas está a educação, essencial para o desenvolvimento da sociedade e preparação de cidadãos. A Constituição

Federal de 1988 afirma em seu art. 205 que a educação é um direito de todos e que o Estado juntamente com as famílias têm a competência de promovê-la e incentivá-la.

Em 1995 foi criado pelo governo federal o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o qual tem a finalidade de prestar assistência financeira de forma suplementar às escolas públicas da educação básica das redes Municipais, Estaduais e do Distrito Federal. Assim como o próprio nome já diz, recurso público diretamente ligado à gestão da escola, para que a própria unidade o administre sem intervenção dos demais órgãos do governo (OLIVEIRA, 2011).

Dessa forma, o objetivo norteador do presente estudo é verificar se um determinado gestor escolar utiliza mecanismos para promover a transparência da utilização dos recursos do PDDE a ele delegados e se os recursos disponíveis foram aplicados conforme versa a legislação específica durante o período de 2013 e 2012. Para tal, foi escolhida a Escola Estadual Coronel Othon, localizada na cidade do Recife.

Em termos estruturais, o presente trabalho está dividido em cinco seções. A primeira seção trata da introdução, onde ocorre a apresentação do tema a ser abordado. Na segunda seção é apresentada a fundamentação teórica, onde serão discutidos o contexto histórico e a finalidade do PDDE, teorias que tratam da transparência de recursos públicos e da prestação de contas. A terceira seção mostra os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa. Em seguida, os resultados obtidos são apresentados juntamente com uma análise. E na última seção, apresentam-se as conclusões e as sugestões para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Em 1995, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), o qual tinha o objetivo de transferir recursos públicos da União às Escolas Públicas do Ensino Fundamental, cujo emprego do dinheiro ocorreria para despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (OLIVEIRA, 2011). Posteriormente, através da Medida Provisória nº 1784, de 14 de dezembro de 1998, ocorreu uma alteração em sua nomenclatura, passando a ser chamado de Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O PDDE tem como finalidade o repasse de recursos financeiros às escolas cadastradas, com a intenção de cobrir as despesas com custeio e manutenção de pequenos investimentos, de forma que contribua para o progresso na estrutura física e pedagógica das instituições beneficiadas pelo

programa. Dessa forma, o recurso deve ser empregado em ações que visem a manutenção e conservação do espaço escolar, aquisição de materiais necessários para o funcionamento da escola, capacitação do projeto pedagógico, compra de materiais didático-pedagógicos, além de desenvolvimento de atividades educacionais através dos mais variados métodos (BRASIL, 1995b).

O valor do repasse de recurso é calculado com base no quantitativo de alunos cadastrados na escola em relação ao ano anterior ao do repasse, dados extraídos do censo, cuja gestão é feita por uma pessoa da escola, nomeada a Presidente da Unidade Executora (UEX) que, normalmente, é o diretor da instituição. As UEX são “entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que representa a unidade escolar, responsáveis pelo recebimento e execução dos recursos financeiros recebidos pelo FNDE (...)” (BRASIL, 1997c).

De acordo com a Resolução nº 3, de 04 de março de 1997, o convênio das intuições para recebimento do recurso se dá através do cadastro das UEX, cujo financiamento é feito pelo FNDE, “dotando-se como referência o quantitativo de matrículas” e [...] “observando, como instrumento de redução das desigualdades sócio-educacionais existentes entre as regiões brasileiras”. Os recursos financeiros são destinados às escolas, na proporção de 80% para cobrir as despesas com custeio e 20% despesas de capital, tomando um parâmetro de intervalos de classe de números de alunos (BRASIL, 2012) expresso na Tabela 1:

Tabela 1 – Referencial de Cálculo da Parcela Principal

Intervalo de Classe de Número de Alunos	Custeio – R\$ (80%)	Capital – R\$ (20%)	Total – R\$
Até 199	6.640,00	1.660,00	8.300,00
200 a 499	8.000,00	2.000,00	10.000,00
500 a 1000	10.000,00	2.500,00	12.500,00
Acima de 1000	12.000,00	3.000,00	15.000,00

Fonte: Extraída da Resolução FNDE nº 27 de 27 de julho de 2012.

Analisando a Tabela 1, observa-se que os recursos são distribuídos entre Custeio e Capital, sendo as Despesas com Custeio “aqueles destinados à aquisição de bens e materiais de consumo e à contratação de serviço para a realização de atividades de manutenção, necessários ao regular funcionamento da escola”, e Despesas com Capital “aqueles destinados a cobrir despesas com a aquisição de equipamentos e material permanente para as escolas, que resultem em reposição ou elevação patrimonial”, de acordo com o Portal do FNDE através do Manual de Orientações Básicas do PDDE 2003.

Dessa forma, o recurso é transferido através de depósito na conta corrente da UEX aberta pelo FNDE para créditos dos repasses efetuados, amparada pela Resolução nº 7 de 2012, e o monitoramento ocorre por parte da SECADI/MEC; as UEX devem construir um Plano de

Atendimento por meio do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação, o SISMEC (BRASIL, 2012).

Os recursos recebidos para um determinado ano devem ser empregados dentro daquele exercício. Se todo o recurso não for consumido, o dinheiro deve ser reprogramado para o ano seguinte. Caso a conta bancária de recebimento apresente um saldo superior a 30% do total de recurso disponível ao final do exercício, o valor que exceder tal percentual será deduzido para o próximo repasse. Se esse percentual foi inferior a 30%, não incorrerá desconto no ano seguinte.

A prestação de contas dos recursos recebidos durante o exercício deve ser elaborada durante o exercício corrente e disponibilizada até o primeiro dia útil do ano subsequente ao do repasse de forma física, enviada à Secretaria de Educação do Estado onde a escola funciona, em atenção à Gerência Regional da Educação (GRE) e também por meio digital, sendo todos os documentos digitalizados e submetidos ao SiGPC, mediante a apresentação dos seguintes documentos: Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa e de Pagamentos Efetuados, Relação de Bens Adquiridos ou Produzidos e Extrato bancário da conta específica do PDDE, os quais ficam disponíveis no Portal do FNDE.

Uma vez disponibilizada aos seus órgãos competentes, a prestação de contas passa por análise junto ao FNDE, sendo a análise financeira das prestações de contas realizada pela Coordenação Geral de Contabilidade e Acompanhamento de Prestação de Contas da Diretoria Financeira do FNDE (CGCAP/DIFIN), e a análise técnica encarregada às demais unidades do FNDE, às Secretarias do MEC (Ministério da Educação) e aos órgãos gestores das políticas públicas dos recursos geridos pela autarquia.

A inclusão da prestação de contas digital ocorreu através da Resolução nº 2, de 18 de Janeiro de 2012 do FNDE, cujo objetivo foi o processamento online de todas as fases relacionadas ao processo da construção da prestação de contas dos recursos repassados a título de Transferências Voluntárias e Obrigatório-Legais, sendo a maior contribuição desse novo método, a promoção da transparência da aplicação de recursos públicos (BRASIL, 2012).

A aprovação da prestação de contas pode ser acompanhada através do Portal do FNDE, cujo *status* é sempre atualizado na medida em que os documentos passam pelo processo de verificação. Uma vez não entregues, implicará no não recebimento dos recursos para serem empregados no ano posterior.

2.2 TEORIA DA *ACCOUNTABILITY* E A TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS PÚBLICOS

Uma das abordagens mais centralizadas na teoria política da atualidade é a democratização do Estado, cuja intenção é realizar mudanças amparadas no diagnóstico das frequentes crises. Tal

processo de descentralização do Estado se dá com o objetivo de encarar as incoerências expressas pela corrupção, pouca credibilidade dos processos eleitorais no cotidiano, alto nível de violência e aumento da vulnerabilidade social, os quais acontecem mesmo nos países centralizados no capitalismo (FILGUEIRAS, 1992).

O acontecimento dessas incoerências na estrutura da democracia atual, segundo Filgueiras (2011, p. 2), “desencadearam, por sua vez, o surgimento de diferentes concepções de reformas do Estado, com o intuito de resgatar uma ideia mais forte de legitimidade democrática” e, completa que “um ponto de interseção entre essas diferentes tradições de pensamento político é o reconhecimento de que a democratização do Estado demanda o aprofundamento da *accountability*”.

Muitas são as abordagens a respeito da *accountability*, porém, o tema é bastante confundido quanto a sua perspectiva, pois são realizadas diversas tentativas de apresentar visões a fim de relacionar-se à tal teoria, o que acaba distorcendo o seu real sentido, principalmente quando tentam explicar sua aplicabilidade dentro da administração pública.

Segundo Rocha (2011), existem muitas críticas em relação ao desempenho dos órgãos de controle, uma vez que buscam, no geral, apenas fiscalizar a conformidade da execução dos órgãos públicos, enquanto também deveriam acompanhar os resultados, o efeito e impacto social que estes recursos, uma vez empregados, podem causar à sociedade.

Diante disso, a Teoria da *Accountability* pode ser compreendida como sendo “o dever de prestar contas”, ou seja, transparecer para a sociedade suas ações. Outros autores pontuam como sendo a transparência e o dever de eficiência daqueles responsáveis pela realização da atividade financeira do Estado. Dessa forma, tal teoria é direcionada para mostrar que quanto mais transparência e divulgação da utilização de recursos públicos, maior o nível de confiabilidade passado para a sociedade (ALBUQUERQUE et al., 2003).

Nessa discussão, quanto mais transparência dos resultados públicos, melhor e mais eficiente é o modelo de gestão, o que implica no nível de confiabilidade que pode ser atribuído àqueles que tomam as decisões quanto ao emprego dos recursos públicos. Quando há uma referência à *Accountability* e à representação, há uma “necessidade de que os agentes públicos, entendidos no sentido amplo da palavra, prestem contas de seus atos aos cidadãos”, e essa transparência só ocorre de forma eficaz quando acontece no sentido de uma democracia representativa contemporânea, isso porque, para que eles prestem contas de suas atividades aos cidadãos, é necessário no mínimo, ter o conhecimento básico acerca da informação (MOTA, 2006).

2.3 TEORIA DA LEGITIMIDADE, EVIDENCIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os partidários da abordagem institucional consideram que o comportamento individual é modelado por padrões criados e compartilhados na interação, mas incorporados na forma de normas e regras objetivas, cristalizadas na sociedade como concepções legitimadas sobre a maneira mais eficaz de funcionamento das organizações (GUERREIRO et al., 2002).

Segundo Beuren (2007, p. 6), a teoria da legitimidade “baseia-se na ideia de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar”. A maneira de uma instituição demonstrar o cumprimento deste contrato é através da prestação de contas, como meio de evidenciação sobre aquilo que está sobre seu poder, sua gestão.

Gerir uma instituição de forma em que venha a dar destaque a participação de todos, a transparência e a democracia, ou seja, tomar as decisões de acordo com as escolhas de toda uma coletividade de maneira em que venha a beneficiar a todos pode ser o primeiro ponto a dar entendimento sobre o que vem a ser uma gestão democrática, elemento que merece destaque ao se abordar sobre a legitimidade. Isso porque se ela é compreendida como uma ideologia que afirma a existência de um contrato social entre organizações e sociedade, assim como já foi mencionado no presente estudo, e, portanto, deve haver representação de ambos os grupos dentro desse acordo, cuja participação deve ser ativa. Na educação, este comportamento ocorre no processo de descentralização da gestão escolar, hoje tido como tendência em nível mundial (LUCE; MEDEIROS, 2002).

Dessa forma, a gestão escolar requer diversas competências nos mais variados focos, pois a função apresenta uma infinidade de situações e desafios não tão frequentemente para gestores de organizações comuns. Constantemente há dinâmicas de situações que impõem novos desafios, uma vez que qualquer decisão acarretará um impacto à comunidade onde a instituição está inserida.

Todo recurso público deve utilizado para fins de melhoria na sociedade, devendo ser apresentados seus resultados através da prestação de contas. De acordo com a Constituição de 1988, qualquer ente, seja pessoas física, jurídica, pública ou privada, que utilize ou de alguma forma esteja com a posse de valores ou bens públicos, deverá prestar informações sobre como este recurso foi empregado.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Tomando como referência estudos anteriores que tratam dos gastos públicos em educação, Tavares e Alves (2015) realizaram uma pesquisa cujo objetivo foi analisar a evolução dos indicadores de desempenho dos gastos públicos em educação básica nos municípios do Cariri Ocidental da

Paraíba no período de 2007 e 2011. Os resultados apontaram que houve um crescimento nas taxas de aprovações das notas do IDEB e diminuição das taxas de reprovação, de abandono escolar e de distorção de idade-série e, portanto, chegaram à conclusão de que, concernente aos indicadores de desempenho dos gastos públicos em educação básica na região estudada, os resultados da média tendem a subir, ou seja, através desses investimentos há indícios que o desempenho local referente à educação apresente crescimento.

Ainda sobre estudos referentes aos gastos públicos com educação, Macêdo et al. (2015) realizou uma pesquisa cujo objetivo foi analisar a eficiência dos recursos públicos direcionados à educação nos municípios do Estado do Paraná. Dessa forma, observou que os municípios que mais apresentaram eficiência foram os que possuíam menos de 30 mil habitantes e verificou-se também que, dentre os 15 municípios menos eficientes do Paraná, encontram-se Curitiba e Londrina, as maiores cidades do estado. Portanto, concluiu-se que os recursos públicos destinados à educação tendem a possuir uma gestão mais eficiente nos menores municípios paranaenses.

Andrade, Teixeira e Fortunato (2014) pesquisaram a respeito da influência dos gastos públicos sociais sobre o PIB dos municípios do estado de Minas Gerais. O estudo teve como objetivo avaliar a influência dos tipos de gastos sociais (por exemplo, educação e saúde) no PIB *per capita* dos municípios do referido estado. Os resultados obtidos não foram capazes de permitir a conclusão de que os gastos sociais exercem influência significativa na formação do PIB *per capita* dos mineiros, com exceção dos gastos de saúde e de saneamento.

Borges e Pereira (2014) realizaram uma pesquisa abordando a temática da educação fiscal como variável influente sobre a eficiência pública municipal medida por meio da relação entre despesas como funções do governo e receitas tributárias próprias. Sendo assim, o trabalho teve a proposta de mensurar o nível de educação fiscal dos cidadãos, através de um questionário eletrônico que foi respondido por uma amostra de 1.804 pessoas, cujos dados municipais foram obtidos da base Finaças Brasil – Finbra, coletado do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, compondo informações dos períodos de 2004 a 2010. Ressalta-se que a amostra final foi definida para análise da eficiência de 689 municípios. O resultado obtido rejeitou a principal hipótese do trabalho, a qual informava que o nível de educação fiscal do cidadão se reveste de um instrumento de controle social que influencia a eficiência da gestão dos recursos públicos e aumenta o nível de transparência e *accountability* da administração pública municipal.

Sobre controle social, Rosa et al. (2016) construiu um estudo com o objetivo de identificar qual o percentual de municípios da região Sul do Brasil divulgam informações exigidas no art. 8º da Lei de Acesso à informação em seus sítios eletrônicos, sendo a pesquisa realizada por meio de consultas aos sítios eletrônicos de 216 municípios. A conclusão obtida pelos autores foi que os

municípios da região Sul do Brasil, com população superior a 10 mil habitantes, atendem de forma parcial os requisitos tratados no Art. 8 da LAI. Dessa forma, com esses resultados, espera-se que os cidadãos passem a cobrar mais aos governantes melhorias na qualidade das informações de interesse público divulgadas, exercendo o controle social e contribuindo para uma melhor gestão pública, inibindo a corrupção.

Augustinho, Oliveira e Guimarães (2014) realizaram uma pesquisa com o objetivo de conhecer o nível de entendimento dos líderes comunitários da cidade de Curitiba sobre as informações extraídas do Balanço Orçamentário, com base no seguinte questionamento: Como melhorar a compreensibilidade, pelo cidadão médio, sobre informação contida nas demonstrações contábeis públicas? A pesquisa foi feita através de uma análise documental e aplicação de questionário semiestruturado. Como resultado, obteve-se que, embora a maioria dos respondentes da pesquisa não busque identificar como o dinheiro público está sendo gasto, há interesse em conhecer o conteúdo da prestação de contas. Outro resultado também alcançado com a pesquisa é que são notadas restrições na comunicação contábil as quais podem ser reduzidas se essa for apresentada em linguagem mais fácil de compreensão, mediada por uma evidenciação complementar que traga não apenas os resultados, mas a análise e interpretação daqueles dados.

A fim de analisar o desempenho socioeconômico de municípios gaúchos emancipados, Souza, Marengo e Almeida (2014) investigaram se há diferenças no desempenho, nas dimensões financeiras e socioeconômicas de municípios gaúchos emancipados e respectivos municípios de origem, sendo o desempenho desses municípios comparados através de indicadores do ano anterior à data de emancipação com os da pós-emancipação. Os resultados sugerem que o desempenho dos municípios emancipados não difere, de forma significativa, dos municípios de origem, mas que, realizando a análise por município e indicador, 92% dos municípios emancipados apresentaram receita própria negativa, o que implica em uma forte dependência de recursos da União. Também se constatou que os indicadores que tratam dos gastos com educação, saúde, cultura, saneamento, habitação e urbanização são menores nos municípios emancipados, e tal fato ocorre com indicadores financeiros socioeconômicos.

Diante dessa discussão, notam-se várias pesquisas que visam abordar a respeito dos gastos públicos, bem como avaliar como estes estão sendo consumidos, e se, uma vez utilizados, eles estão sendo empregados visando contribuir positivamente na melhoria no que tange às questões sociais. Estudos que tratem da gestão pública, emprego adequado dos recursos e transparência é algo bastante notável em pesquisas que visam detectar essa relação através de pesquisa de campo.

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo exploratória e em relação aos procedimentos técnicos, é documental, caracterizando-se como qualitativa, sendo o método indutivo que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 28), “a partir da observação, é possível formular uma hipótese explicativa da causa do fenômeno”.

Delimitando a pesquisa, foi escolhida uma instituição pública estadual de Pernambuco, localizada na Região Metropolitana de Recife, chamada Escola Estadual Coronel Othon, integrada ao PDDE em 1999, cuja escolha ocorreu por critério de conveniência.

Para coletar os dados, o procedimento foi por meio de um estudo de caso que, para Martins (2008, p. 10), “é próprio para a construção de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real”, e, portanto, vai à busca de evidências. Os dados obtidos foram coletados por meio do questionário, o qual foi aplicado com Gestor Escolar, responsável pela elaboração e acompanhamento da Prestação de Contas e, também, foram extraídas informações do formulário base, elaborado para servir como guia no momento de verificar os documentos.

O questionário foi adaptado de um projeto de pesquisa intitulado por Gestão Política Pedagógica – Diálogo entre a Universidade e Comunidades Populares, sob a coordenação de um pesquisador Doutor da área contábil com foco no terceiro setor. O projeto tinha o objetivo de realizar pesquisas sobre a utilização dos recursos do PDDE nas escolas da rede pública estadual de Pernambuco, de onde a presente pesquisa nasceu. Dentre as modificações realizadas no questionário, ocorreu a inclusão de perguntas que visassem questionar o gestor a respeito do seu conhecimento sobre os marcos legais que regem o programa, no que tange à utilização do recurso e disponibilização dos resultados, ou seja, transparência desses recursos públicos aos usuários, sejam alunos, conselheiros e comunidade, sendo estas alterações validadas por este mesmo pesquisador. Diante deste exposto, foram realizadas 15 (quinze) perguntas entre abertas e fechadas, a este gestor, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Perguntas abordadas no questionário

01	Qual o turno em que trabalha na escola?
02	Qual o ano em que começou a trabalhar na escola?
03	Qual seu nível de formação?
04	Qual seu nível de conhecimento sobre os marcos legais?
05	Você faz parte de algum Conselho (moradores, escolar)?
06	Você participa das reuniões de monitoramento da escola?
07	Você participa ou tem interesse em participar da elaboração da Prestação de Contas?
08	Você participa das reuniões destinadas a discutir assuntos referentes às tomadas de decisões?
09	Nos últimos dois anos, você tem percebido melhorias na qualidade do ensino e infraestrutura da escola?
10	Você conhece o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)?
11	Quanto aos meios de acesso à informação, quais você acessa?

12	Há divulgação das informações sobre os Recursos Públicos da escola, tais como Prestação de Contas e acontecimentos geral?
13	Quais os meios de comunicação utilizados pela escola?
14	Você incentiva os usuários do serviço escolar a participarem das reuniões do Conselho Escolar?
15	Defina em uma palavra: O que você entende por Controle Social?

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Para a coleta de dados foi necessário comparecer à instituição em dois momentos: o primeiro para a entrega do projeto de pesquisa, validação e autorização para realizar o estudo; no segundo momento aconteceu a coleta de dados e a entrevista, onde o diretor respondeu as questões contidas no questionário, as prestações de contas foram entregues, analisadas, e construído um parecer com as informações que foram localizadas na prestação de contas.

A prestação de contas foi importante como forma de verificar a evidenciação dos recursos que foram recebidos e empregados na escola durante aquele período, cuja análise ocorreu a fim de constatar se tais documentos foram elaborados conforme orientações do Manual do FNDE, órgão que transfere o recurso à instituição e que apresenta informações sobre como a prestação de contas deve ser elaborada, acompanhada e devolvida para que a escola continue recebendo recursos do referido programa.

Dentre os documentos que foram analisados estão: parecer do conselho, cópias dos cheques, extratos bancários, pesquisa de cotação de menor preço, recibos, pagamentos executados corretamente, conciliação bancária, termos de doação e tombamento, notas fiscais, termo de execução de receitas e despesas, relação de oficinas realizadas e encaminhamento para pagamento de contas. Estes documentos são os exigidos pelo programa como componentes da prestação de contas anual, cujo objetivo é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Documentos que compõem a prestação de contas e que foram analisados

NOME DO DOCUMENTO	OBJETIVO
Parecer do Conselho Escolar	Verificar se a decisão do emprego daquele recurso foi tomada pelos membros do Conselho Escolar. O documento apresenta uma descrição sobre como os membros chegaram ao consenso de que o recurso seria mais bem empregado adquirindo determinado objeto, ou seja, trazendo a justificativa para comprar/contratar aquele item ou serviço.
Cópias dos cheques	Verificar se realmente o valor foi repassado de forma correta e para o fornecedor que foi aprovado na pesquisa de cotação de menor preço.
Extratos bancários	Verificar as movimentações dos recursos no que tange ao repasse de recurso de forma correta e para o fornecedor que foi aprovado na pesquisa de cotação de menor preço.

Pesquisa de cotação de menor preço	Verificar se, dentre as três cotações obtidas, a compra foi realizada pelo fornecedor que apresentou o menor preço para o determinado item ou serviço adquirido ou contratado. Além disso, constatar se a compra foi realizada dentro daquela região, já que, o intuito do recurso é que ele seja gasto nas regiões mais próximas da escola, a fim de movimentar e contribuir para a economia local.
Recibos	Verificar e comprovar que realmente o valor foi pago ao fornecedor que foi aprovado na pesquisa de cotação de menor preço.
Pagamentos executados corretamente	Verificar se a escola preencheu-o corretamente, conforme os demais documentos (cheques, extratos bancários, fornecedor escolhido) que compõem o processo de compra ou contratação de serviços com os recursos do referido programa.
Termo de execução de receitas e despesas	Verificar se o documento apresenta informações sobre o quanto a escola recebeu de recurso e o quanto ela gastou, cuja descrição desses gastos devem ser todos apresentados no mesmo.
Relação de oficinas realizadas e encaminhamento para pagamento de contas	Verificar se a escola listou todos os eventos (oficinas) realizadas com os recursos do programa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Também foi feita uma visita à escola a fim de verificar quais foram as aquisições feitas com os recursos, as quais serão mencionadas na seção de resultados. A entrevista foi apenas registrada nos documentos que foram os instrumentos de pesquisa (formulário base e questionário) e a análise feita foi a de conteúdo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, conforme abordado na metodologia, foram obtidos através de um questionário semiestruturado e um formulário base, este último com o intuito de servir como guia para analisar as evidências das prestações de contas, cujo critério de avaliação aconteceu a fim de identificar se tal documento é apresentado de acordo com o Manual do FNDE. Dessa forma, nas próximas seções, serão apresentados e interpretados os dados extraídos de ambos os instrumentos de coleta de dados.

4.1 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS EXTRAÍDOS PELO QUESTIONÁRIO-BASE

O questionário foi respondido pelo diretor da escola, o qual ingressou na instituição no ano de 1993, como professor, e em 2002, se tornou diretor da mesma. Além das atividades da gestão escolar, o diretor participa ativamente do Conselho Escolar, onde acompanha o desenvolvimento da instituição e com base no que é discutido, toma as decisões precisas para cada situação, sempre com a participação dos demais membros.

No quesito participação, informou que, para se tornar um Membro do Conselho Escolar, passou por um processo eleitoral, conforme um edital; possuía poder de liderança; disponibilidade para participar das reuniões, já que seu trabalho era de dedicação exclusiva; tinha interesse em promover melhorias para a comunidade escolar com o intuito de estimular a integração dos alunos às mais variadas comunidades, seja local, universitária, entre as demais.

Ao discutir sobre a conscientização a respeito do seu conhecimento quanto aos marcos legais, o gestor se autoavaliou utilizando apenas de duas escala, dentre as quatro expressas no questionário, cujo resultado apresenta-se no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Nível de conhecimento dos marcos legais do gestor escolar

MARCOS LEGAIS	GRAU DE CONHECIMENTO	
	MÉDIO	ALTO
Constituição Federal		X
Constituição do Estado		X
Estatuto da Criança e do Adolescente	X	
Normas do Conselho (Estatuto) da Escola		X
Lei das Diretrizes Orçamentárias	X	
Resolução/CD/FNDE (nº 10 de 18/04/2013)	X	
Lei nº 4.320 de 17/03/1964 (Lei de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços)	X	
Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (Licitação)		X
Lei nº 9.394 e 20/12/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional)		X
Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 (Finanças Públicas para Responsabilidade Fiscal)	X	
Lei nº 10.520 de 17/07/2002 (Modalidade de Licitação denominada Pregão)	X	
Lei nº 11.947 de 16/06/2019 (Alimentação Escola e PDDE)		X
Lei nº 12.708 de 17/08/2012 (Elaboração e Execução da Lei Orçamentária de 2013)	X	
Decreto nº 5.450 de 31/05/2005 (Regulamento do Pregão na forma eletrônica)	X	
Decreto nº 7.507 de 27/06/2014 (Recursos Federais Transferidos)	X	
Resolução nº 9 de 02/03/2011 (Aquisições à custas do PDDE)		X
Resolução nº 2 de 18/01/2012 (Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC)		X
Resolução nº 448 de 13/09/2002 (Divulgação do detalhamento das despesas)		X

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Sobre os acontecimentos a respeito das reuniões do Conselho, afirmou acontecer de forma bimestral e que estão passíveis do não acontecimento e que, quem preside o Conselho Escolar é um Membro do Poder Público, cujo processo decisório ocorre de forma participativa, ou seja, os conselheiros participam ativamente votando nas assembleias.

No quesito Prestação de Contas, quanto à periodicidade, informou que são elaboradas trimestralmente e suas formas se dão por meio manual (documentos físicos) e digital (documentos eletrônicos), sendo preparadas por um membro do Conselho juntamente com uma pessoa contratada pela escola para efetuar tal função. A Prestação de Contas é apresentada sempre nas reuniões do

Conselho e ocorre um debate a respeito dos recursos empregados, bem como o impacto que estão trazendo.

O diretor afirmou que não acessa o Portal da Transparência nem participa de grupos que discutem acerca do tema, e tem ciência que nesse portal pode encontrar informações úteis para o Conselho da escola. Por outro lado, assiste frequentemente os telejornais, lê diariamente os jornais impressos e busca informações nos sites de notícias, a fim de estar ciente dos acontecimentos que se referem à gestão dos recursos públicos e desenvolvimento da região.

Na posição de membro do Conselho, no que tange à multiplicação do conhecimento, afirmou que utiliza o Boletim Virtual, Boletim Impresso, folder e mural como meio de comunicar aos alunos os acontecimentos da escola, inclusive informações referentes aos resultados alcançados através da gestão.

Quando questionado sobre as medidas de prevenção de irregularidades, informou que acompanha as transferências dos recursos públicos, a prestação de contas, o processo licitatório e a entrega dos bens e prestação de serviços, com alta frequência, mas que pouco participa das audiências da Câmara dos Vereadores.

Ao questionar o diretor da instituição sobre seu conhecimento em relação ao que vem a ser o Programa Dinheiro Direto na Escola, ele informou ser: “Um programa que transfere os recursos para as escolas, através do FNDE” e definiu em uma palavra o Controle Social como sendo “Responsabilidade”, sendo esta responsabilidade obrigação de todos na questão de ter consciência de seus direitos, efetivar a cobrança e acompanhar a execução dos serviços públicos realizados pelos governantes.

4.2 ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.2.1 Prestação de Contas – Exercício 2012

Analisando a Prestação de Contas do ano de 2012, constatou-se que a instituição recebeu um valor de R\$ 26.472,06 referentes aos 1.055 alunos matriculados na instituição e distribuídos em ensino Fundamental e Médio, os quais foram pagos em 2012 para execução no referido ano, expresso no Quadro 4.

Quadro 4 – PDDE CEL OTHON 2012

PDDE CEL. OTHON 2012			
RECURSO	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
PDDE Fundamental	R\$ 6.040,90	R\$ 671,16	R\$ 6.712,06
PDDE Ensino Médio	R\$ 4.284,90	R\$ 476,10	R\$ 4.761,00
PDDE Acessibilidade	R\$ 12.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00

Total Geral	R\$ 22.325,80	R\$ 4.147,26	R\$ 26.473,06
--------------------	----------------------	---------------------	----------------------

Fonte: extraída da prestação de contas da Escola Estadual Coronel Othon.

A apresentam-se as análises quanto aos documentos apresentados durante a pesquisa:

- ✓ Demonstrativo da execução da receita e da despesa de pagamentos efetuados: boa parte do recurso foi destinada à aquisição de materiais de consumo e apenas bens permanentes (imobilizado). Juntamente com o formulário deste demonstrativo, continham todas as notas fiscais e recibos das compras efetuadas;
- ✓ Formulário da relação dos bens adquiridos: continha a informação detalhada do imobilizado adquirido e cujos objetos totalizaram um valor de R\$ 1.147,26, já com um desconto de R\$ 7,74, obtido durante a compra. Dessa forma, o equipamento também apresentou seu Termo de Adoção, cujos equipamentos foram tombados e incorporados ao patrimônio público destinado à escola. Foi localizado também um Ofício, cujo nº é 65/2013, onde é solicitado, junto à GRE, a visita de um técnico para fazer o tombamento referidos equipamentos;
- ✓ Ata da Assembleia Geral para Deliberação do Recurso Recebido pelo FNDE/PDDE: em 20/07/2012, reuniram-se os membros da Unidade Executora Conselho Escolar Coronel Othon, para decidir a respeito das prioridades da utilização dos recursos recebidos pelo FNDE / PDDE / Fundamental / Médio (transferidos no exercício de 2012). De acordo com as necessidades verificadas e apresentadas, foram priorizadas as seguintes:
 - a) Material Permanente: R\$ 1.147,26 → Destinado à aquisição de 07 ventiladores de paredes de 60 cm;
 - b) Material de Consumo: R\$ 10.325,34 → Material de expediente.
- ✓ Declaração: Foi localizada uma declaração que consta a assinatura do Presidente, 2 (dois) tesoureiros, uma secretária e 5 (cinco) conselheiros, concordando com a prestação de contas dos recursos usados através do PDDE.

Durante as observações, notou-se que os pagamentos das aquisições foram feitos através de cheques pré-datados, cujas evidências ficaram claras nos extratos bancários apresentados. As Notas Fiscais foram apresentadas com todos os carimbos exigidos pelo FNDE a fim de certificação e autorização das despesas.

As aquisições por meio dos recursos do PDDE devem acontecer nos lugares mais próximos da escola. Diante disso, verificou-se que as compras realmente foram feitas dentro da localidade, o que pode ser expresso através dos documentos de cadastro dos fornecedores, bem como as fichas de cotações.

Foi apresentada também uma demonstração da aplicação dos recursos recebidos pela escola, a qual funciona como uma espécie de Livro Diário, contendo as datas das aquisições, histórico, número do documento (ordem das aquisições por parte da escola) e o valor. No final, é informado o total geral das despesas incorridas, datado e assinado.

Por fim, analisou-se também o Movimento do Processo advindo da SEDUC, informando a devolução à UEx da Prestação de contas Original, exercício de 2012, que, após ser analisada pelo órgão, informou que nada constava no quesito de divergência, ou seja, todas as informações necessárias foram demonstradas.

O material analisado foi referente à aquisição de materiais de escritório, no valor de R\$ 3.000,00; aquisição de materiais de escritório complementar, no valor de R\$ 3.000,00; aquisição de ventiladores, material permanente, no valor de R\$ 1.147,26; aquisição de materiais de escritório no valor de R\$ 4.000,00 e aquisição de materiais de escritório no valor de R\$ 425,22. Todos apresentados com as evidências.

4.2.2 Prestação de Contas – Exercício 2013

A prestação de contas principal referente ao ano de 2013 se encontrava com a Gerência Regional de Educação (GRE), passando pelo processo de análise e, portanto, ficou impossibilitada de ser analisada. Por outro lado, constatou-se que havia uma prestação de contas com valor muito pequeno em relação ao que a escola recebe, dessa forma, foi questionado ao gestor o motivo daqueles documentos e o mesmo informou que aquela prestação se refere ao valor reprogramado, ou seja, ao fechar o ano de 2013 a conta bancária apresentou um saldo de R\$ 207,84, o qual precisou ser consumido para que a escola não deixasse de receber o recurso no ano em sequência.

Para fins de consumir o recurso, o valor ficou dividido em R\$ 4,50 referente a tarifas bancárias, mais R\$ 203,34 para aquisição de material de consumo, os quais foram definidos também em assembleia com os membros do conselho da Unidade Executora. A reprogramação ocorreu em 2014, cuja assembleia foi em 30/12/2013.

Verificou-se também que houve uma assembleia em 19/12/2013 para justificar que na utilização do recurso do programa PDE-Escola, houve tarifa bancária no valor de R\$ 4,50, cobrada pelo banco, mas que já foram depositados R\$ 17,60, a maior na conta de origem do recurso, não tendo prejuízo financeiro nenhum para o respectivo programa. E por fim, foi feita uma Declaração do Conselho Escolar concordando com a prestação de contas referentes às despesas incorridas com esse valor reprogramado.

Finalizando a análise, foram apresentados todos os extratos da Conta Bancária, bem como as movimentações ocorridas e, por fim, o saldo zerado da conta, a fim de demonstrar que realmente todos os recursos foram utilizados e empregados na escola com o intuito de promover melhorias nas atividades escolares.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Resgatando o conteúdo apresentado, identificou-se que o programa trouxe resultados positivos na questão pedagógica apresentada pela escola, pois novas atividades foram integradas à jornada escolar, cujos alunos passaram a ter mais opções de atividades extraclasse, podendo obter outros conhecimentos, além das matérias escolares. Comparando-se as prestações de contas do ano de 2012 e 2013, é verificável a utilização desse recurso para a questão da infraestrutura e materiais pedagógicos, ou seja, melhorias no ambiente, sejam em aspectos visuais e de ensino, o que influencia a continuidade do aluno da escola, pois o ambiente traz essa proporcionalidade.

Com o PDDE, a escola recebeu o Programa Mais Educação, regido pelo Decreto nº 7.083/2010, com a finalidade de contribuir na melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escolas públicas, mediante oferta de educação básica em tempo integral. Além disso, seu Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), calculado a cada dois anos, apresentou um resultado maior quando comparado 2011 e 2013, sendo este 3,1 e aquele 2,6, ou seja, um crescimento de 19,23% no referido índice.

Conciliando estes resultados com estudos anteriores, observa-se que, uma vez os recursos públicos sendo utilizados de forma adequada, ou seja, seguindo sua finalidade que é a de promover melhorias sociais em geral, os resultados são positivos, o que pôde ser visto nos estudos de Tavares e Alves (2015) e Macêdo et al (2015), os quais analisaram a evolução dos indicadores de desempenho dos gastos públicos com educação, bem como a eficiência dos recursos públicos destinados à educação e concluíram que, quando se há uma boa gestão destes recursos e a alocação ocorre de forma correta, com base nos objetivos propostos, os resultados tendem a ser os melhores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar se um determinado gestor escolar utiliza mecanismos para promover a transparência da utilização dos recursos do PDDE a ele delegados e se os recursos disponíveis foram aplicados conforme versa a legislação específica durante o período de 2013 e 2012. Para tal, foi escolhida a Escola Estadual Coronel Othon, localizada na cidade do Recife.

Após analisá-la, avalia-se como elaborada de forma eficaz tanto na questão técnica, pois todos os documentos foram apresentados de acordo com as exigências do FNDE, quanto na questão financeira e emprego correto dos recursos oriundos à instituição. Isso pelo fato de serem apresentadas todas as evidências necessárias e também repassadas as informações por parte da gestão escolar, quanto aos questionamentos para base discussão apresentada e que foram tratadas ao decorrer do trabalho.

Quanto aos impactos trazidos pelo programa dentro da comunidade na qual a escola está inserida, observou-se que os mesmos vêm contribuindo ao longo dos anos na manutenção do espaço escolar. O programa também trouxe resultados positivos na questão pedagógica hoje apresentada pela escola, isso porque novas atividades foram integradas durante a jornada escolar, cujos alunos passaram a ter diversas opções de atividades extra classes, onde podem obter outros conhecimentos, além dos apresentados nas matérias escolares e que são padrões de ensino.

Com o PDDE, a escola recebeu o Programa Mais Educação, regido pelo Decreto nº 7.083/2010, com finalidade de contribuir na melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escolas públicas, mediante oferta de educação básica em tempo integral. Além disso, seu IDEB, calculado a cada dois anos, apresentou um resultado pelhor quando comparado 2011 e 2013, sendo este 3,1 e aquele 2.6, ou seja, um crescimento de 19,23% no referido índice.

Diante disso, conclui-se que a prestação de contas dos recursos do PDDE alocados à Escola Estadual Coronel Othon, são efetivamente investidos naquilo que é a sua proposta como programa governamental, cujo emprego ocorre através de diversas aquisições visando um melhor aproveitamento da comunidade quanto aos serviços escolares e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos agentes naquele meio inserido. Para continuidade da pesquisa, fica a proposta de realizar o estudo com outras escolas dos bairros de Recife que recebem verbas do programa, a fim de traçar um perfil de como esses recursos estão sendo empregados e o resultado que eles estão trazendo para a instituição e alunos e, conseqüentemente, às comunidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Medeiros de; Cacilda Soares de; MONTEIRO, Geiziane Braga; RIBEIRO, Juliana Cândido. Um estudo sob a ótica da teoria do agenciamento sobre a *accountability* e a relação Estado-sociedade. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 7, 2017, São Paulo. **Anais do 7º Congresso USP Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: USP, 2007.

ANDRADE, Sandro Angelo; TEIXEIRA, Arilton; FORTUNATO, Graziela. Influência dos gastos públicos sociais sobre o PIB dos municípios do estado de Minas Gerais. **Revista economia e gestão**. V. 14, n. 35, abr./jun. 2014.

AUGUSTINHO, Sônia Maria; OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; GUIMARÃES, Inácio Andruski. Disclosure e Accountability nas demonstrações contábeis públicas como instrumento de controle social. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília: v. 9, n. 2, art. 4, p. 182-199, abr./jun. 2015.

BEUREN, Ilse Maria. **A Teoria da Legitimidade e o Custo Político nas Evidenciações Contábeis dos Governos Estaduais da Região Sudeste do Brasil**. São Paulo, 2009.

BORGES, Erivan Ferreira; PEREIRA, José Matias. Educação Fiscal e Eficiência Pública: um estudo das suas relações a partir da gestão dos recursos públicos. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília: v.8, n. 4, art. 6, 437-453, out./dez. 2014.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. Gestão Democrática da Educação. **Boletim 19 Outubro 2005**. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151253Gestaodemocratica.pdf>. Acesso em 29 ago. 2014.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil: 1988 - Da Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 23 maio 2014.

_____. **Decreto nº 7.083**, de 27 de janeiro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm. Acesso em: 07 abr. 2016.

_____. Ministério da Fazenda. **Escola de administração Fazendária**. Programa Nacional de educação Fiscal – PNEF. Gestão Democrática e Controle Social dos Recursos Públicos. 4 ed. Brasília: ESAF 2009.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 3**, de 4 de março de 1997. Brasília: FNDE, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº12**, de 10 de maio de 1995. Brasília: FNDE. Brasília, 1995.

_____. **Resolução nº 27**, de 27 de julho de 2012. Brasília: FNDE, 1997. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ddne-legislacao>. Acesso em 12 ago. 2014.

FILGUEIRAS, Fernando. Transparência, Publicidade e Accountability. **Texto para Discussão**. Belo Horizonte, 2011.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico – FNDE. **Dinheiro Direto na Escola**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-dinheiro-direto-na-escola>. Acesso em 13 ago. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul, 2009.

GUERREIRO, Reinaldo; FREZATTI, Fábio, LOPES, Alexandro Broedel, Pereira, Carlos Alberto. O entendimento da Contabilidade Gerencial sob a Ótica da Teoria Institucional. **O&S. Bahia**, n. 35, p. 91-106, out./dez. 2005.

Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=714721>. Acesso em 07 abr. 2016.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de. **Gestão Democrática Escolar.** [2008]. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2666/gestao-democratica-escolar>. Acesso em 27 jul. 2014.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; KLOEPPPEL, Nilton Roberto; RODRIGUES, Jorge Eduardo. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do Estado do Paraná. **Administração Pública e Gestão Social**, 7(2), abr.-jun. 2015, 54-62.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de Caso: Uma Reflexão sobre a Aplicabilidade em Pesquisas no Brasil. **RCO**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 8-18, jan/abr. 2008.

MOTA, Ana Carolina Yoshida Hirano de Andrade. **Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes**, 2006. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo.

NUNES, Marcio; FONTES, Ana. Um Estudo sobre as Impropriedades Técnicas Evidenciadas nos Relatórios de Prestação de Contas das Escolas Municipais da Região Metropolitana do Recife Inscritas no PEA/PDDE. In: APDR Congress, 18th., 2012, Faro – Portugal. **Anais do 18th APDR Congress**. Faro: p. 1120-1128, 2012.

OLIVEIRA, Marcos Silveira de. **Utilização dos Recursos Públicos do Programa Dinheiro Direto na Escola e a Prática Democrática.** Brasília, 2011. 38 f. : il.

PEREIRA, José Matias. A Governança Corporativa Aplicada ao Setor Público. **APGS**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 109-134, jan./mar. 2010.

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens.** Santa Catarina, p. 82-97, 2011.

ROSA et al. A Lei de Acesso à Informação como instrumento de controle social: diagnóstico dos municípios do sul do Brasil à luz do artigo 8º da lei 12.527/2011. **Revista de Gestão e Tecnologia - NAVUS**. Florianópolis – SC: v.6, n. 1, p. 72-87, jan./mar., 2016.

SOUZA, Marcos Antonio; MARENGO, Sabrina Trejes; ALMEIDA, Lauro Brito de. Análise do desempenho socioeconômico de municípios gaúchos emancipados. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade.** Brasília: v. 8, n. 3, art. 1, p. 232-250, jul./set. 2014.

TAVARES, Valquiria Braz; José Fagner Barbosa Alves. Políticas públicas: uma análise dos indicadores de desempenho dos gastos públicos em educação básica nos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, vol. 5, n.3, p. 76-92, 2015.